

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de História, Direito e Serviço Social
Campus de Franca

**A História em Revistas : periodismo cultural e
conhecimento histórico no Rio de Janeiro
Oitocentista**

Lílian Martins de Lima

2008

LÍLIAN MARTINS DE LIMA

A História em Revistas : periodismo cultural e conhecimento histórico no Rio de Janeiro Oitocentista

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Franca, como requisição para obtenção de título de mestre. Sob orientação do Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França.

Área de concentração: História e Cultura.

Linha de Pesquisa: História e Cultura Social.

LÍLIAN MARTINS DE LIMA

A História em Revistas : periodismo cultural e conhecimento histórico no Rio de Janeiro Oitocentista

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Franca, como requisição para obtenção de título de mestre. Sob orientação do Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França .

Área de concentração: História e Cultura.

Linha de Pesquisa : História e Cultura Social.

BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE: Jean Marcel Carvalho França

1ºEXAMINADOR

2º EXAMINADOR

Franca, de de 2008.

Aos meus pais.

“A história é um palácio do qual não descobriremos toda a extensão e do qual não podemos ver todas as alas ao mesmo tempo; assim não nos aborrecemos nunca nesse palácio em que estamos encerrados. [...]. Esse palácio é, para nós, um verdadeiro labirinto; a ciência dá-nos fórmulas bem construídas que nos permitem encontrar saídas, mas que não nos fornecem a planta do prédio”.

Paul Veyne

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França, por ser orientador no sentido pleno da palavra, pelas críticas, sugestões e conselhos ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

A Prof. Dra. Márcia Naxara e ao Prof. Dr. Luiz Roberto Velloso Cairo pelos comentários, críticas e sugestões durante o exame geral de qualificação.

A CAPES pela concessão de bolsa durante dois anos, permitindo que a realização da pesquisa ocorresse com a necessária tranquilidade e no tempo esperado.

Aos estimados amigos Pedro Zanquetta, Thiago Sanches e Rafael Andrade, que, em diferentes fases da pesquisa, me presentearam com a alegria de suas companhias e com uma amizade sincera.

Ao Arquivo Edgard Leuenronth da UNICAMP, especialmente Isabel e Mário pela ajuda com os microfilmes.

Ao Guilherme Arduini e a Angélica Job, por todos os auxílios prestados durante minha estadia em Campinas.

As queridas amigas Danielle Padovani, Isabela Sanchez e Sabrina Rodrigues pelo apoio e estima, pelas conversas, enfim, por tornarem a vida em Franca mais agradável. Ao Laércio Tardochi que, à distância, me brindou com sua amizade e claro, com sua ajuda nos assuntos referentes à informática.

Ao João Victor e a Kátia Michelin, pela inestimável amizade cultivada durante esses anos; pelas conversas, pelos desabafos, pela gentileza e pelo apoio.

Aos colegas de orientação: César, Elisa e Michelle por sugestões, dicas e apoio.

As minhas irmãs Aline e Stephanie pelo apoio e carinho.

Aos meus pais, pelo apoio e amor incondicional.

RESUMO

Ao longo do século XIX, os periódicos foram um dos palcos de discussão sobre o país, promovendo nas suas variadas seções a análise de temas considerados fundamentais para o progresso do Brasil. Pautados na idéia do caráter utilitário do conhecimento histórico, os letrados redigiram ensaios, artigos, reflexões e comentários sobre vários episódios da história brasileira, sempre no intuito de corrigir os erros do passado e de apontar para uma direção segura e de sucesso para os tempos vindouros.

No presente trabalho, abordamos de que maneira a história brasileira é retratada nas revistas que circularam na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1843 à 1869, período no qual ocorreu a proliferação das publicações desse gênero. A partir da análise da seção de história, foi possível compreender o destacado papel conferido e desempenhado pelo conhecimento histórico nesse cenário, seja através da análise dos anos coloniais, da reflexão sobre o momento vivenciado pelos letrados, ou então, por meio dos projetos vislumbrados a fim de conduzir o país ao progresso.

PALAVRAS-CHAVES : História, Cultura Letrada, Periodismo, Século XIX.

ABSTRACT

Throughout the nineteenth century, the journals were one of the stages of discussion on the country, promoting its various sections in the analysis of issues considered fundamental to the progress of Brazil. Supported by the idea of the character of the historical knowledge utility, the literate written essays, articles, thoughts and comments on several episodes of Brazilian history, always in order to correct the mistakes of the past and point to a safe direction and success for the times ahead.

In this work, discussing how the Brazilian history is depicted in the magazines that circulate in the city of Rio de Janeiro between the years of 1843 to 1869, in which period there was a proliferation of publications of this genre. From the analysis of the section of history, it was possible to understand the prominent role played by and given historical knowledge that setting, either through the years colonial analysis, reflection on the moment experienced by literate, or by means of the projects glimpsed order to lead the country to progress.

KEYWORDS: History, Literate Culture, Magazines, Nineteenth century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
------------------------	-----------

Capítulo 1 – Da cultura escrita e das revistas antecessoras.....	12
---	-----------

Capítulo 2 – Das revistas e dos colaboradores	38
--	-----------

Capítulo 3 – Da História em Revistas Oitocentistas.....	65
--	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98
--	-----------

Periódicos Oitocentistas.....	96
-------------------------------	----

Catálogos	97
-----------------	----

Estudos.....	97
--------------	----

Artigos.....	101
--------------	-----

INTRODUÇÃO

A imprensa periódica desempenhou um importante papel ao longo da primeira metade do século XIX. Palco privilegiado das discussões sobre o Brasil, os jornais, os panfletos, as folhas avulsas e as revistas colocaram em pauta nas suas colunas e seções temáticas diversas que tinham por objetivo comum auxiliar no *adiantamento* do país.

Na presente dissertação abordaremos um setor da imprensa periódica, as revistas que circularam na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1843 à 1869, período em que se fixa um formato de publicação, o qual gradativamente se consolida junto ao público leitor. Cabe destacar que é durante tal período que essas publicações proliferaram e se afirmaram como um meio de reflexão sobre o país, contando com a participação de um expressivo número de colaboradores e correspondentes. Das diversas seções que compunham uma revista da época – botânica, mineralogia, anedotas, geografia, química, economia política, modas e etiquetas –, analisaremos a seção de história, na busca de compreender o lugar ocupado pelo conhecimento histórico nesse cenário.

Para tal foi necessário, em primeiro lugar, conhecer o cenário, a cidade do Rio de Janeiro, que por meio de uma série de medidas do príncipe regente D. João VI, propiciou os meios para uma crescente reflexão sobre tudo aquilo que fosse relativo ao Brasil. A vinda de missões estrangeiras, o estabelecimento de liceus e de aulas régias, a introdução da imprensa, entre outras medidas, estimularam a vida cultural do país, até então pouco dinâmica como destacam testemunhos do período. O episódio da Independência é ilustrativo do crescente destaque da imprensa nesse cenário: a partir dos anos vinte, o número de periódicos aumenta e as discussões que fomentam sobre os rumos do país chegam a preocupar Pedro I pelo baixo tom utilizado.

A imprensa era concebida nesse cenário não apenas como um dos meios para se obter informações, mas, também, como um instrumento de aperfeiçoamento do homem e da sociedade. Logo, pautada no ideal de promover a instrução do maior número de pessoas, essas publicações destacaram assuntos que permitissem a formação de um leitor de bom gosto, “civilizado” como era corrente no vocabulário da época, e apto a colaborar com o progresso do Brasil.

Uma vez compreendido o cenário e as nuances que possibilitaram o crescente lugar de destaque da imprensa periódica, o segundo capítulo se concentra em apresentar ao leitor algumas características das revistas e daqueles que se dedicaram à elas, seja como redator

chefe, como colaborador ou, então, como correspondente. As dificuldades em manter uma revista, o apelo aos poucos rendimentos obtidos dividem espaço nos editoriais com os êxitos conquistados junto ao público: o crescente número de assinantes, a incorporação de novas temáticas, como a moda e a etiqueta para atrair a atenção de leitoras, são algumas tópicas presentes nessas publicações que, na maioria das vezes contavam em seu corpo editorial com importantes nomes da intelectualidade brasileira oitocentista. Uma breve incursão sobre os principais colaboradores dessas revistas revela o espaço ocupado pelos homens de letras nesse período da história brasileira: na sua maioria são profissionais liberais, médicos, advogados, que não se dedicam exclusivamente à carreira literária, mas, também, à vida política, ocupando cargos de deputados, governadores, senadores e contando sempre com a proteção do imperador Pedro II.

No terceiro e último capítulo, nossa atenção voltar-se-á exclusivamente para as seções de história das revistas e para os debates que abrigou. Por meio da análise dessas seções é possível evidenciar de que modo os episódios do passado, os acontecimentos do presente e algumas considerações sobre o futuro do país são analisadas e compreendidas pelos letrados. Para tanto, abordaremos, inicialmente, algumas discussões propostas pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que se fizeram presentes, anos depois, nas revistas. A discussão sobre como deveria ser escrita a história do Brasil, quais deveriam ser os marcos cronológicos, entre outras, foram alguns dos assuntos que ocuparam a atenção não somente dos membros do IHGB, como também dos colaboradores das revistas que, na maior parte das vezes, também faziam parte do instituto. Em seguida, destacamos algumas temáticas na seção de História que aparecem com frequência, como, por exemplo, a Revolução Francesa e a história norte americana. Esses são os assuntos mais recorrentes nas seções – no que se refere a temas de história universal –, onde o destaque fica por conta do caráter providencial da revolução de 1789, ou então, no caso dos Estados Unidos, do protagonismo ao qual estava predestinado, de acordo com as leis da história.

A análise das seções de história, em suma, busca responder nossa indagação inicial: qual leitura ou leituras da história do Brasil encontramos nas páginas das revistas literário-científicas que circularam no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Almejamos, em última instância, compreender o lugar conferido ao conhecimento histórico pelos homens de letras oitocentistas.

Capítulo 1 DA CULTURA ESCRITA E DAS REVISTAS ANTECESSORAS.

1.1 O cenário carioca

Não julguei nunca achar neste Arquivo coisas tão preciosas; mas tenho a maior pena de se lhes não dar o seu competente valor. [...]. *Aqui, há uma ignorância sôfrega ou uma sofreguidão material.*

Joaquim dos Santos Marrocos

Ao estudar a imprensa periódica na cidade do Rio de Janeiro do século XIX e, mais especificamente, um setor dela – as revistas –, é necessário apresentar e compreender o espaço ocupado pela cultura escrita num cenário que, desde os tempos coloniais, não se mostrava profícuo para o desenvolvimento das belas letras. Qualquer referência aos anos iniciais do país remete à exigüidade dos meios de produção de cultura, ao número restrito de público-leitor e às dificuldades da comunicação¹. Somem-se a tais fatores a proibição do estabelecimento da imprensa na colônia e a inexistência de universidades e ter-se-á uma idéia dos limites e do pouco alcance da cultura escrita.

Marrocos, um funcionário da Coroa responsável pela organização da Biblioteca Real no Rio de Janeiro, ao longo de suas cartas, escritas entre 1811 e 1821², ressalta as dificuldades para a promoção de idéias no país. Segundo ele, a pobreza material, aliada à falta de interesse, acabava condenando ao completo abandono os mais diversos ramos do conhecimento. Compartilha com essa idéia o inglês John Luccock que, em visita ao país no ano de 1808, teceu a seguinte observação sobre o atraso da cultura local: “Não é só por causa dos escassos meios de que o povo dispõe, como pela indiferença que entre eles domina [...] segue-se que a colônia está atolada em profunda ignorância.”³

Outro comentário do início do século XIX, que também enfatiza o quadro pouco estimulante da cultura no país, encontra-se nas *Memórias*, de Luiz Gonçalves dos Santos. De acordo com o *padre Perereca*, no entanto, com a presença da Corte Portuguesa, em 1808, o Brasil finalmente pôde vislumbrar as *luzes* :

¹ Sobre esse assunto remeto às seguintes obras: MORAES, Rubens Borba de. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp, 1979; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Linguagem, Cultura e Sociedade: O Rio de Janeiro de 1808 à 1821**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1973 (Tese de Livre Docência), Vol.I.; RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)**, São Paulo: Imesp, 1988.

² CABRAL, Alfredo do Vale. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1939.

³ LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil**. Trad. de Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1975, p.87.

O Brasil até o feliz dia 13 de maio de 1808 não conhecia o que era tipografia: foi necessário que a brilhante face do príncipe regente Nosso Senhor, bem como o refulgente sol, viessem vivificar este país, não só quanto à sua agricultura, comércio e indústria, mas também quanto às artes, e ciências, *dissipando as trevas da ignorância, cujas negras e medonhas nuvens cobriam todo o Brasil e, interceptavam as luzes da sabedoria [...]*⁴

A ênfase nas mudanças vivenciadas pelo país com a transmigração da Corte Portuguesa⁵, no ano de 1808, a propósito, é algo que está presente em praticamente todos os depoimentos dos letrados do século XIX, como por exemplo, o francês Ferdinand Denis que teceu o seguinte comentário:

Desde esse momento, o Rio de Janeiro deixou de apresentar o aspecto de uma colônia que se explora a força de leis repressivas; despertaram as inteligências; começou uma nova era.⁶

O poeta Magalhães, por sua vez, salientou que, graças à iniciativa do monarca de dotar o país de condições mínimas para o seu pleno desenvolvimento, como a criação de instituições de ensino técnico, foi possível criar um ambiente de estímulo para os letrados que formados na Europa, encontravam agora no solo pátrio as condições necessárias para o exercício de sua atividade.

Neste século, os moços que na Europa colheriam os frutos da sapiência trouxeram para o seio da pátria os germens de todas as Ciências e Artes; aqui, benigno acolhimento acharam nos espíritos ávidos de saber, e destarte se propagaram as luzes[...].⁷

Da escassez dos tempos da Colônia, dão-nos notícias os estudos do padre Serafim Leite que, na sua *História da Companhia de Jesus*, assevera:

*a Igreja foi a única educadora do Brasil até o fim do século XVIII, representada por todas as organizações religiosas do clero secular e do clero regular, que possuíam casas no Brasil.*⁸

⁴ SANTOS, Luiz Gonçalves dos. **Memórias para servir à História do Reino do Brasil**. São Paulo : Edusp, 1981, p.210, t.1.

⁵De acordo com Antonio Candido que denomina essa fase de Aufklärung: “Posto o cavaleiro entre um passado tateante e o século novo que se abriria triunfal como a Independência, viu o aparecimento dos primeiros públicos consumidores regulares de arte e literatura: a definição da posição social do intelectual; a aquisição, por parte dele, de hábitos e características mentais que o marcariam quase até os nossos dias. In: CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, , v.2, 1999 p.233,1981.

⁶ DENIS, Ferdinand. **Brasil**. Trad. João Etienne Filho e Malta Lima. São Paulo: Edusp,. 1980, p.113-4

⁷ MAGALHÃES, Gonçalves de. Sobre a História da Literatura. **Nitheroy**. Revista Brasiliense : Sciencias, Letras e Artes. Edição Fac-Simile. São Paulo: Academia Paulista de Letras.1978, p.151.

⁸ Apud MORAES, Op. Cit, p.14.

Foram às bibliotecas dos jesuítas os principais centros de acesso à cultura durante o período colonial, com destaque para a biblioteca de Salvador, que possuía cerca de 15.000 volumes – com grande número de obras de direito canônico, além de clássicos gregos e manuscritos –, seguidas das bibliotecas das ordens beneditinas e franciscanas. Mediante uma licença, era permitido aos interessados leigos terem acesso às dependências de suas bibliotecas e às obras aí depositadas. Cabe notar que a posse de livros e escritos em geral era fiscalizada, uma vez que o procedimento habitual era proibir aquelas obras que atentassem contra a ordem pública.

A partir do século XVIII, constata-se, com base nos inventários, um aumento do consumo de livros no país, especialmente na província de Minas Gerais e São Paulo.⁹ No sentido de promover a cultura, anos depois, com a chegada do regente ao país, uma série de medidas foi tomada como a vinda da Missão Artística Francesa, a edificação do Real Teatro de São João, a criação da Biblioteca Real, a implantação do ensino técnico-profissionalizante, entre outras medidas que possibilitaram uma nascente consciência sobre tudo que dissesse respeito à recente nação. O país beneficiou-se com a vinda de inúmeras missões científicas - comandadas por estrangeiros como Spix e Martius – que buscava um maior conhecimento sobre o Brasil; uma série de estudos foi realizada no sentido de catalogar as potencialidades do país, como os estudos mineralógicos, geológicos e históricos exemplificam. O país, aos poucos, adquiriu uma nova faceta, mais dinâmica do que aquela dos anos coloniais, e tornou-se o objeto da atenção dos letrados.

A cidade do Rio de Janeiro passou a gozar, então, de um novo status, sede do governo imperial, e, aos poucos, a vida social da cidade ganhou impulso, assim como as discussões sobre o futuro do país. Torres Homem, em um discurso proferido no Instituto Histórico de Paris, em 1836, ressaltou essa mudança no cenário cultural carioca a partir da transmigração do monarca português:

A travessia de um só homem coroado inverteu as posições respectivas de Portugal e do Brasil; o primeiro deixou de ser metrópole, o segundo, deixou de ser colônia: os papéis foram trocados. Dessa época data o aparecimento das ciências no Brasil; médicos, matemáticos, naturalistas, literatos para aí afluíram de todos os pontos de Portugal [...]. Em 1808, ano de sua chegada, transferiu para o Rio de Janeiro a Academia da Marinha, consagrada às ciências matemáticas e físico-matemáticas e ao estudo da artilharia, da navegação e do desenho; três anos mais tarde, atendendo aos conselhos do Conde de Linhares, seu ministro, fundou na mesma cidade uma Academia Militar com um curso de sete anos, em que se ensinavam as ciências

⁹ ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). **Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

matemáticas, militares e naturais; finalmente, anos depois, duas escolas de medicina e cirurgia foram criadas no Rio de Janeiro e na Bahia.¹⁰

Teatro, festas cívicas, aulas Régias, ensino técnico-profissionalizante, entre outras iniciativas de D. João VI tiveram o mérito de, aos poucos, incentivar entre os brasileiros reflexões sobre o país que ultrapassaram os anos joaninos¹¹. Por exemplo, em 1865, Moreira de Azevedo observava o avanço desse *espírito público* que, durante a Regência, foi responsável pelo aparecimento de diversas associações políticas.

Em 1831, adquiriu o espírito público amplo desenvolvimento, e sirva de prova mais de cem sociedades científicas, políticas e industriais que então se criaram no Império. Logo após a abdicação de D. Pedro I desenvolveu-se o espírito de sociabilidade, proclamando a união do povo.¹²

A instalação da Imprensa Régia, em maio de 1808, por sua vez, saudada por Luiz Gonçalves do Santos nas suas *Memórias*, deu-se prioritariamente por necessidades administrativas. No momento da partida da Corte em Lisboa, os prelos oriundos da Inglaterra ficaram sob a responsabilidade do Conde da Barca e, posteriormente, sob a supervisão do ministro dos negócios estrangeiros, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. A imperiosa necessidade burocrática fez-se presente na então nova sede do governo e, assim, o monarca viu-se obrigado a instalar a imprensa que durante os séculos anteriores foi expressamente proibida.

Tendo-me constado que os prelos que se acham nesta capital eram os destinados para a secretaria de estado dos negócios estrangeiros e da guerra; e atendendo à necessidade que há da oficina de impressão nestes meus estados, sou servido que a casa onde eles se estabelecerão sirva internamente de Impressão Régia, onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos que emanarem de qualquer repartição de meu real serviço; e se possam imprimir todas e quaisquer outras obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração à mesma secretaria.¹³

¹⁰ Apud DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Trad. Sergio Milliet. São Paulo : Edusp, 1978, p. 107, t.2, 3v..

¹¹ Essa dedicação entre os letrados de discutirem sobre tudo aquilo que fosse relativo ao país fica bem explicitada no primeiro número da Revista Nitheroy de 1836. De acordo com os editores, “há muito reconheciam eles a necessidade de uma obra periódica, que, desviando a atenção pública, sempre ávida de novidades, das diárias e habituais discussões sobre coisas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, os acostumasse a refletir sobre objetos do bem comum, e de glória da pátria.” *Revista Nitheroy*, número 1, 1836, s/p. (grifo nosso).

¹² AZEVEDO, Moreira de. Origem e Desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro. **Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, t. 28, v. 31, p. 194-5. jul/ago/set de 1865.

¹³ BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos Políticos da História do Brasil**. Brasília : Senado Federal, 1996, p. 328.

No tocante ao estabelecimento da imprensa entre nós, alguns historiadores sugerem que houve uma tentativa pioneira durante o domínio holandês. Por meio de uma carta,¹⁴ datada de fevereiro de 1642, tem-se notícia da solicitação de um prelo e da nomeação de um tipógrafo de nome Pieter Janszoon, em Pernambuco, mas sabe-se também que Janszoon morreu no ano seguinte, fracassando a suposta tentativa holandesa de implantar uma tipografia em Recife.

A historiografia destaca o ano de 1747, no Rio de Janeiro, como um marco da história tipográfica no Brasil, isso devido ao pedido do comerciante português Antonio Isidoro da Fonseca de instalar um prelo na cidade. Isidoro da Fonseca dirigiu-se para a capital do Império a fim de acompanhar mais de perto a negociação com a Coroa, mas o pedido foi negado; a justificativa para o indeferimento argumentava que não era conveniente a existência de uma tipografia na Colônia já que os custos de produção seriam bem maiores.

Mas voltemos a 1808. Uma vez instalada, a imprensa régia tinha o monopólio da publicação de todos os impressos do país – pelo menos até o ano de 1821 –, com destaque para a *Gazeta do Rio de Janeiro*, órgão de caráter oficial. Dirigia a instituição uma junta composta por três pessoas: José Bernardes de Castro, Mariano José Pereira da Fonseca e José da Silva Lisboa, que ocuparam o cargo até o ano de 1830, quando a direção passou a ser exercida por apenas uma pessoa, o cônego Januário da Cunha Barbosa. Entre os trabalhos publicados pela Imprensa Régia destacam-se *Ensaio de Morais de Pope* (1811), *Compendio da Riqueza das Nações* de Smith (1811), *Elementos de Álgebra* de Lacroix (1812), *Tratado de Óptica* de Caille (1813), *Obras de Virgílio* (1818), dentre outras publicações.

Em 1811, surge a *Idade d'Ouro no Brasil*¹⁵, revista publicada na Bahia por Manoel Silva e Serva. Aos poucos, como notou Morales de los Rios¹⁶, ao enumerar os panfletos, jornais e revistas que paulatinamente surgiram neste período, o número de publicação expandiu-se. Apesar da vida em geral curta dessa produção, cabe destacar a sua variedade; ao lado de publicações de cunho oficial, como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, surgem folhas dedicadas às artes, à literatura, à música, ao teatro, à medicina, à agricultura, à mulher, entre outras.

A partir do decreto real de maio de 1808, que autorizou o funcionamento da imprensa no país, a cidade assistiu a intensos debates sobre o futuro do país, postos em pauta nos mais

¹⁴ Informação presente na obra HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. Trad. Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz Editor/Edusp, 1985.

¹⁵ Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia**. Idade d'Ouro do Brasil. São Paulo: Cultrix, 1978

¹⁶ RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. **O Rio de Janeiro Imperial**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Topbooks/Univercidade, 2000.

diversos jornais, revistas, panfletos que passaram a circular. Ilustrativo do rápido e sólido avanço da imprensa no país foi o episódio das Cortes de Lisboa, em 1821. De posicionamento hostil às propostas vindas de Lisboa, os letrados, por meio da imprensa, guerrearam contra aquilo que consideravam um atraso para o país. Por meio de artigos e ensaios, o duelo entre brasileiros e portugueses preencheu cada vez mais os impressos, com intensos, e às vezes debochados ataques de parte a parte, que contribuíram, por sua vez, para a emergência de uma incipiente opinião pública.

Nas páginas dos jornais e panfletos dessa época é possível visualizar a contenda que tinha como fio condutor à ameaça, vinda de Portugal, de frear os avanços alcançados pelo país durante a administração de D. João VI. Os portugueses exigiam uma reordenação da política imperial com vistas a assegurar uma predominância do ponto de vista lisboeta. A polêmica instalou-se nos periódicos e estendeu-se até o episódio de 1822. A década de 20 e as seguintes foram especialmente marcadas pelas polêmicas¹⁷, pelo amplo uso do anonimato na redação dos impressos, pelo recurso ao humor, à chacota e às caricaturas¹⁸, e pelo tom combativo dos escritos, a ponto de Moreira de Azevedo escrever, em 1827:

Chegamos a uma época de exaltação, de agitação política, os partidos lutam na imprensa, e é veemente e imprópria a linguagem de que se servem; muitos periódicos transformam-se em pasquins, não há resguardo nos termos; os nomes aparecem estendidamente; as baldas públicas e secretas, os defeitos involuntários, os do corpo e os de geração – tudo fica patente.¹⁹

Em maio de 1830, o monarca Pedro I²⁰, por sua vez, ciente dos abusos que se cometiam na imprensa, sentenciava:

Vigilante e empenhado em manter a boa ordem, é do meu mais rigoroso dever lembrar-vos a necessidade de reprimir por meios legais o abuso que continua a fazer-se da liberdade de imprensa em todo o Império. Semelhante abuso ameaça grandes males; à Assembléia cumpre evitá-los.²¹

São ilustrativos dessa fase exaltada os títulos dos pequenos panfletos e jornais que circulavam, como *O Buscapé*, *Doutor Tirateimas* e *O Enfermeiro dos Doidos (1831)*, cujo caráter humorístico era expresso por meio de diálogos entre personagens que exemplificavam

¹⁷ Sobre esse assunto indico a leitura de LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos**. A guerra dos jornalistas na Independência. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁸ Morales de Los Rios tece o seguinte comentário a respeito das caricaturas nesse cenário; “[...] as caricaturas passam a ser vistas nas esquinas das ruas onde eram pregadas como cartazes. Referiam-se à assuntos políticos, mormente aos relativos à Independência. RIOS FILHO, Adolfo Morales de Los. Op. Cit, p.476.

¹⁹ AZEVEDO, Moreira de. Op. Cit, loc. cit.

²⁰ Cabe notar que o monarca participou ativamente dos debates dessa época.

²¹ Apud VIANNA, Hélio. **Contribuição à história da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Nacional, 1945, p.147.

as tendências políticas do período, ou por meio de versos, como os publicados no *Narciso*: “*Sem povo não vive rei/Sem rei existe nação*”.

A crescente discussão sobre os assuntos relacionados ao país e o aumento do número de impressos que circulavam na capital do Império foi notada pelo inglês Charles Bunbury que, entre os anos de 1833 e 1835, visitou o país. Disse Bunbury:

Ao tempo em que os viajantes bávaros Spix e Martius visitaram o Brasil existiam apenas dois jornais em todo o Império; agora, só no Rio de Janeiro são publicados doze ou catorze [...]. A maior parte contém mais injúrias pessoais e impróprios do que informação ou discussão instrutivas sobre princípios políticos.²²

Mas nem tudo era dissenso neste cenário; havia espaço para os conciliadores, para os partidários de uma união dos reinos, como um dos mais conceituados jornalistas da época, João da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, que era responsável pela redação do jornal *O Conciliador do Reino Unido*, de 1821. O jornalista lembrava, na publicação as cartas de lei de 1815 e 1816, onde D. João VI declarava a união dos reinos de Portugal, Brasil e Algarves e, assim, advogava a concórdia e a boa harmonia entre os cidadãos do Reino Unido.

Ao lado desses jornais publicados no Rio de Janeiro, destacou-se o *Correio Braziliense* que, publicado em Londres por Hipólito José da Costa²³, entre 1808 e 1822, se inseriu de maneira contundente nas discussões sobre o país. Partidário do liberalismo inglês, Hipólito advogava o uso do trabalho assalariado e a manutenção de uma forma de governo que pudesse garantir a ordem, preservando o país das convulsões sociais. O periódico foi proibido pela Coroa, mas circulou pelo país por meio do contrabando e teve grande impacto na nascente opinião pública. Ilustrativo do perfil do intelectual desse período, Hipólito, um filho da ilustração interessado em propagar o conhecimento no meio dos cidadãos, destacava no anúncio do primeiro número do seu jornal:

[...] O indivíduo que abrange o bem geral duma sociedade vem a ser o membro mais distinto dela: as luzes que ele espalha tiram das trevas ou da ilusão aqueles que a ignorância precipitou no labirinto da apatia, da inépcia ou do engano. Ninguém mais útil pois do que aquele que se destina a mostrar, com evidência, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do futuro.²⁴

Nos números seguintes da publicação, o jornalista salientou, reiteradas vezes, a necessidade do governo português empreender reformas que possibilitassem o avanço do país:

²² Ibidem, p.151.

²³ RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

²⁴ COSTA, Hipólito José da. **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, v. 1, 2001, p. 3.

Ninguém deseja mais do que nós as reformas úteis, mas ninguém aborrece mais do que nós sejam essas reformas feitas pelo povo. Reconhecemos as más conseqüências desse modo de reformar – desejamos as reformas, mas feitas pelo governo e urgimos que o governo as deve fazer enquanto é tempo para que se evite serem feitas pelo povo²⁵.

Ao lado da multiplicação dos jornais e impressos, a expansão das livrarias também muito colaborou para uma maior circulação de idéias na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o John Barrow, em 1793,

No Rio de Janeiro, após ter muito procurado, encontramos duas lojas de livros. Não foi preciso muito tempo para perceber que essas casas não tinham nada de parecido com aquilo que procurávamos. Os catálogos dessas duas lojas compunham-se basicamente de velhos manuais de medicina e de alquimia, além de muitas histórias da igreja e das suas querelas teológicas e de algumas crônicas dos feitos memoráveis da casa de Bragança. Não havia nada referente ao Brasil. Esta parte da América Meridional, uma das regiões mais férteis do globo não mereceu da pena portuguesa uma só pagina de história natural, de economia ou de estatística; nem mesmo a conquista do país suscitou-lhes interesse.²⁶

Já no ano de 1820 o número de livrarias havia aumentado para dezesseis²⁷, com uma clara predominância dos franceses no exercício dessa atividade.

Morales de Los Rios, em suas anotações sobre o Rio de Janeiro Imperial, destacou :

No terreno cultural, a preponderância francesa era evidente. [...]. Na estante dos estudiosos não deixavam de existir as obras dos poetas Molière, Corneille, Racine, Boileau e Lamartine; do escritor poeta trágico, filósofo e historiador Voltaire, do poeta e fabulista La Fontaine [...].²⁸

O mais antigo livreiro na cidade do Rio de Janeiro, Paul Martim, além de responsável pela distribuição da *Gazeta do Rio de Janeiro*, mantinha um estabelecimento que contava com grande número de impressos sobre assuntos de cunho político, sobretudo voltados para a temática das constituições, assunto muito debatido na época. Em seus anúncios, Paul Martim destacava, entre outras obras, o

(...) Direito das gentes e do foro ou princípios da lei natural de Vatel por 6\$400; Contrato Social de Rousseau por 4\$000. Estas obras que outrora foram proibidas presentemente se tornam inteiramente clássicas e necessárias a toda classe de pessoas, pois estão sendo citadas em todos os escritos constitucionais.²⁹

²⁵ Ibidem, p.64.

²⁶ Apud FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro Colonial**. Antologia de Textos (1531-1800). Rio de Janeiro: Editora da UERJ/José Olympio, 1999, p.219.

²⁷ HALLEWELL, Laurence. Op. Cit, p.47.

²⁸ RIOS FILHO, Adolfo Morales de. Op. Cit, p.449-450.

²⁹ Apud HALLEWELL, Laurence. Op cit, p.43.

A predominância francesa no setor das livrarias era evidente. Entre os principais livreiros do século XIX, destacou-se também Plancher, que no ano de 1824 se estabeleceu no Rio de Janeiro, na rua do Ouvidor, sendo o responsável pelas publicações das primeiras novelas no país e do periódico *Spectator Brasileiro*. Outro francês que, mais tarde, se destacou nesse setor foi Garnier, que em 1859 iniciou a publicação da *Revista Popular*.

No entanto, um nacional também destacou-se como um dos principais livreiros no Rio de Janeiro do Oitocentos: Paula Brito, cuja livraria em 1831 se transformou no principal ponto de encontro entre os homens de letras da época como, por exemplo, Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antonio de Almeida, Manuel de Araújo Porto-Alegre, e o ator João Caetano dos Santos, entre outros. De origem mulata, Francisco de Paula Brito foi considerado o sucessor de Plancher, pela ótima relação que mantinha com o monarca, conseguindo inclusive patrocínio para algumas publicações e até mesmo uma parceria na criação da Imperial Tipografia Dois de Dezembro, cujos assuntos principais foram às publicações de teses médicas e revistas voltadas para o público feminino.

A criação da Real Biblioteca, em 1813, com aproximadamente sessenta mil volumes forneceu subsídios para moldar o hábito da leitura do carioca, assim como aumentou as possibilidades do acesso ao escrito e à informação em geral, por meio da prática de salas de leitura e gabinetes literários³⁰.

Ao lado da expansão das livrarias, verifica-se também um aumento no número das tipografias, que até o ano de 1822 restringia-se à Imprensa Régia que publicou até essa data cerca de mil obras, com destaque para a edição de *Marília* de Dirceu e o *Uruguai*. Verifica-se uma expansão de tipografias não só na cidade do Rio de Janeiro, mas também em outras províncias como em Minas Gerais a partir da década de 1820; e em Pernambuco que apresentava uma intensa atividade panfletária.

Cabe observar que essa proliferação de folhas impressas, especialmente após o episódio da Independência, manteve-se nos períodos seguintes. A tônica das discussões agora não era mais as pressões da antiga metrópole mas sim a organização da nova nação, de modo a garantir o progresso e a ordem social. Aliada a essa questão maior, pode-se observar nestas publicações o crescente número de artigos que defendiam uma nova cara para o país, exaltando o progresso técnico-científico e o uso de mão de obra imigrante. Ambas as medidas

³⁰ Sobre esse assunto indico SCHAPOCHNIK, Nelson. Contextos de Leitura no Rio de Janeiro do século XIX: salões, gabinetes literários e bibliotecas. IN: BRESCIANI, Stella (org). **Imagens da Cidade – Séculos XIX e XX**. São Paulo: Marco Zero, 1993.

eram defendidas como fundamentais para se superar os obstáculos oriundos da época colonial, cujas heranças ainda se faziam presentes.

Saídos do regime colonial, o estado de coisas que dominava então devia necessariamente influir ainda por longo tempo em nossa indústria.

Não se destrói facilmente o império do hábito, nem tão pouco, repentina e violentamente, tomam uma justa direção as forças produtivas de um país.³¹

Lancemos pesada nuvem de esquecimento sobre esse passado inglório em que vivemos vida de escravos. Lancemos porque é doloroso percorrer um passado que devemos renegar. Nossa existência, pois começa com o grito de Liberdade aos majestosos campos do Ipiranga[...]. A Providência dotara o nosso país de condições tais que logo após a sua emancipação política, ele poderá marchar livremente o caminho do progresso e de civilização.³²

Para superar os obstáculos herdados da época colonial buscava-se alinhar o país com o que havia de mais adiantado no mundo do conhecimento, a Inglaterra e França, numa época em que o conhecimento é visto como um meio de alcançar o tão desejado mundo moderno.

Para melhor preencher este plano pediremos auxílio aos trabalhos dos sábios cujas luzes se espazem pelo mundo civilizado, recorreremos às meditações da profunda Alemanha, às produções da industriosa Inglaterra, da poética Itália e dos autores que são a glória da França.³³

Não falamos nós em combate! Sim, trata-se de saber se havemos de ser um povo artístico como o Grego e o Italiano ou se havemos de ser industrial como o Inglês da Europa e o Inglês da América.³⁴

Imprensa Régia, livrarias, jornais, pequenos panfletos e folhas avulsas paulatinamente passam a marcar sua presença no cotidiano carioca, seja para a divulgação de notícias oficiais, como decretos reais, seja para vincular discussões sobre, por exemplo, a melhor forma de organização política para a nação que surgiu. Nestes artigos fica claro o desejo de seus idealizadores de inaugurar uma fase na história do país, onde as belas letras teriam um importante papel a desempenhar e as restrições dos tempos coloniais ficariam apenas registradas no passado.

³¹ **A Abelha:** Semanário Científico, Industrial e Litterário, Rio de Janeiro: Typographia do Pereira, 09 de fevereiro de 1856, p.31.

³² **Ilustração Brasileira,** Rio de Janeiro: Typographia Vianna & Filhos, agosto de 1854, p.115.

³³ Ibidem, loc. cit.

³⁴ **Chronica Litteraria:** Jornal de Instrução e Recreio, Rio de Janeiro: Typographia do Editor José Ferreira Monteiro, 02 de janeiro de 1848, p. 1.

Apesar das mudanças promovidas pelo monarca português, havia um longo caminho a ser percorrido, pois, segundo notavam Manuel Porto Alegre e Joaquim Manuel de Macedo, em 1854, na revista *O Guanabara*,

(...) o pensamento, aliás louvável, que dirige a marcha da nossa educação intelectual ainda não está completo; o Estado faz grandes sacrifícios para obter obreiros porém a lei é uma espécie de Saturno que devora os próprios filhos. O obreiro da civilização, depois de educado nas escolas e formado no gabinete, precisa de quem cuide da sua sorte, de quem vigie o seu futuro porque não há progresso onde não há futuro.³⁵

1.2 Um ideal de imprensa

Ao percorrermos as páginas da produção impressa desse período, desde os pequenos panfletos até jornais e revistas de uma duração maior, é possível visualizar, por meio dos editoriais, o ideal de imprensa presente em cada publicação, os quais na sua maioria, compartilham de alguns pressupostos comuns. A presença desses elementos que indicaremos mais adiante ilustra o modelo por excelência dessas publicações: a França, por meio de seu *Mercure Français*, de 1611, e a Inglaterra, pelo *New Letter*, de 1642.

Através de suas seções, em especial aquelas voltadas para a participação do leitor, como, por exemplo, a *correspondência*, um diálogo instrutivo foi moldado com vistas a garantir o aperfeiçoamento moral do homem, considerada uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento geral da sociedade.

O caso inglês, por exemplo, como mostra a historiadora Maria Lucia Pallares-Burke³⁶, é exemplar: o periódico *The Spectator* que passou a circular a partir do ano de 1711, contou com a colaboração de seus leitores, em especial mulheres, que, por meio de cartas, discutiam assuntos como o valor do conhecimento na sociedade ou, então, qual o modelo ideal de esposa. Nas páginas do *Spectator* podemos vislumbrar todo um ideário que se fará presente no oitocentos brasileiro, do qual se destaca a noção da imprensa como destinada a colaborar para a instrução dos indivíduos e garantir uma sociedade mais avançada assim como também o caráter evangelizador conferido à essa atividade.

As publicações, nesse período, possuíam algumas características que faziam a definição de jornal e revista algo problemático, dada à semelhança no formato e até mesmo no próprio

³⁵ **O Guanabara:** Revista Artística, Científica e Litterária, Rio de Janeiro: Typographia Guanabarensis de L. A. F. de Menezes, 01 de setembro de 1854, p. 212.

³⁶ BURKE, Maria Lúcia Garcia Pallares. **The Spectator – O teatro das luzes: diálogo e imprensa no século XVIII.** São Paulo: Hucitec, 1995.

título da publicação; é comum, por exemplo, ao lado do nome da revista a presença da expressão *jornal*, como podemos observar no caso da *Minerva Brasiliense – jornal de ciências, letras e artes*. Como esclarece Ana Luiza Martins

[a revista é] um objeto de difícil definição. Defini-la como gênero de impresso esbarra nas fronteiras quase conjugadas às do jornal, periódico que lhe deu origem e do qual, no passado se aproximava tanto na forma – folhas soltas e in folio- como, por vezes, na disposição do conteúdo, isto é, seções semelhantes.³⁷

Além dessa semelhança na forma de exposição dos assuntos, era prática comum a encadernação dos vários números de uma determinada publicação, que dessa maneira se assemelhava a um livro, já que a numeração das páginas era sequencial, ou seja, os números subseqüentes de uma revista tinham o início com base na numeração da última página do número anterior. Surgida inicialmente como um complemento do jornal, as revistas tinham inicialmente um custo menor e tinham como meta o alcance de um público mais extenso como explicam os editores do *Le Siècle*, publicação de 1836:

Considerando a extrema modicidade do preço como a base de seu empreendimento, os fundadores de *Lê Siècle* tiveram em vista sobretudo estender os úteis ensinamentos da imprensa ao maior número possível de leitores. Não se trata unicamente de uma missão industrial que devem cumprir os senhores correspondentes ao contribuírem com todos os esforços para a propagação do jornal. Trata-se também de uma missão altamente civilizadora³⁸.

Com o passar do tempo essas publicações ganharam novas características, como o uso de ilustrações e a incorporação de uma capa que proporcionou um manuseio mais fácil e conferiu a essas publicações mais prestígios do que os jornais. Outra característica dessa produção está ligada ao caráter de síntese presente nos ensaios :

[...] o estilo periodista tende à síntese, à agilidade, à amenidade, à emoção imediata, à força direta e, geralmente à atualidade ou atualização dos fatos.³⁹

Uma vez esclarecida, ainda que de forma sumária, as especificidades dessa produção, passemos à análise dos elementos comuns presentes nas revistas que circularam no Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, cabe observar a maneira como os responsáveis pela publicação anunciam o início da empreitada que, de forma geral, tinha o intuito de ser guiada pela razão, pelo progresso e pela moralidade.

³⁷ MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revistas**. Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República. São Paulo: Edusp, 2001, p.43.

³⁸ Apud MEYRE, Marlyse. **Folhetim : uma história**. São Paulo: Companhia das letras, 1996, p.58.

³⁹ CIMORRA, Clemente. **Historia del periodismo**. Buenos Aires: Atlântida, 1946, p 157. (tradução nossa).

As notícias das descobertas e dos progressos da ciência e das artes e melhoramentos sociais serão admitidas, quando parecerem de interesse para o país, assim como as matérias de moral e de literatura e as notícias da política externa, quando lhes deixar lugar a afluência de assuntos da política nacional. Em suma: dirigir a opinião para o verdadeiro melhoramento moral e material do país [...]⁴⁰.

Foi para esse fim que se fundou a Ilustração Brasileira: seus colaboradores têm por função atingir a verdade, quer por meio da ciência, quer por meio da arte.

[...].

Sem falar agora da influência, da missão da imprensa, afirmamos que os mesmos princípios e o mesmo espírito que presidirão sempre à todos os nossos atos se encontraram no vasto quadro dos assuntos de que se ocupará a Ilustração Brasileira, a saber: a moral pública, os costumes públicos, a política de interesse geral e do domínio da história, a economia política, a estatística e as leis de interesse geral, a eloquência parlamentar e judiciária, as ciências e belas artes, a literatura, a biografia, [...]⁴¹.

[..] Ela [a revista Idéia] pretende dar em suas páginas literatura para todas as idades, sexos e condições; ela deseja que o pintor, o músico, o escultor, o fabricante, o ator, o mecânico encontre na variedade dos seus escritos em que seja especial a sua profissão e donde possa colher útil e proveitosa lição para a doutrina da arte que professa.⁴²

Para compreendermos o ideal de imprensa presente nas publicações, devemos ter em mente o valor então dado à educação, à instrução pública. Nesse cenário, tudo aquilo que pudesse contribuir para o aprimoramento do homem deveria ser estimulado, desde as inovações técnicas, que geralmente eram noticiadas na abertura das revistas, até as noções de gramática francesa, uma vez que o conhecimento desse idioma era tido como fundamental para a formação do bom gosto.

A educação é a base primordial da felicidade humana, a fortuna sem ela torna-se um bem efêmero porque não pode ser aproveitada com a precisa regularidade. A educação nos instrui das regras do justo e do honesto para viver em sociedade com os outros homens⁴³.

A educação se apresenta, pois, como um elemento de suma importância para o desenvolvimento da sociedade como um todo; daí a ênfase dada pelos letrados do período na

⁴⁰ **O Indicador da Utilidade Pública:** folha política, científica e litterária, Rio de Janeiro: Typographia de Pereira, 12 de abril de 1836, p. 1-3.

⁴¹ **Ilustração Brasileira**, fevereiro de 1854, p. 1-2.

⁴² **A Idéia:** Revista Artística e Litteraria, Rio de Janeiro: Typographia de F. A. de Souza, maio de 1869, p. 34.

⁴³ **Beija Flor:** Jornal de Instrução e Recreio, Rio de Janeiro: Typographia Guanabarensis de L. A. F de Menezes, 02 de junho de 1849, p. 2.

imperiosa necessidade de instruir-se e instruir os povos. Desse modo, compreende-se o destaque dado ao jornalismo enquanto um divulgador das idéias em geral.

É incontestável a necessidade e utilidade do jornalismo, mormente nos países adolescentes onde a civilização se acha atrasada, tornando-se preciso trabalhar por lhes dar o impulso conveniente para que eles possam comparar-se na escala das nações.

[...]

*As luzes difundidas pelo jornalismo na população é um grande meio de conseguir-se o aperfeiçoamento moral de um povo nascente [...]*⁴⁴. [grifo nosso].

A imprensa tornou em nossos dias a leitura popular, o pensamento universal; continuou a revolução que o Evangelho tinha começado; deu a todos o que outrora só aos grandes e aos ricos se distribuía; foi procurar no abatimento e na solidão o pobre, o pequeno e o desvalido e sacudiu sobre eles o ramo da árvore da ciência carregado de orvalho, de fruto e flores.⁴⁵

Ao lado desse ideal de imprensa comprometida com os mais elevados princípios para a elevação do homem, encontramos também algumas queixas sobre o desvio de *tão nobre missão*. Na revista *O indicador da Utilidade Pública* de 1836, por exemplo, um longo ensaio é dedicado a ilustrar o mau uso da imprensa que, longe de promover a prosperidade nacional, era responsável tanto por uma série de atritos entre os diversos membros da sociedade, como pelo incentivo à descrença nas instituições do Império. De acordo com o ensaísta, o abuso no uso da imprensa era perceptível nas publicações que incitavam as paixões políticas e, não cansavam de salientar o atraso geral do país, o que impedia o afluxo de investimentos estrangeiros. Para solucionar tal situação, o ensaísta propõe que a imprensa se volte para os seus ideais, com vistas a garantir um desenvolvimento nacional sem grandes sobressaltos; diz o jornalista :

[...] tem tudo no Brasil servido nas mãos das facções quase unicamente de instrumentos de insultos, de calúnias e de desmoralização; e como meio de difundir por todas as classes da sociedade o hábito da abnegação de todos os sentimentos nobres e o desprezo pela autoridade pública e para todos os direitos gerais e individuais de satisfazer sórdidas ambições, ódios rancorosos e vinganças abjetas; de estabelecer em princípio a anarquia e de relaxar e dissolver todos os vínculos da Associação.

[...] os periódicos publicados desde a Independência do Império, ou seja, nos diferentes períodos do governo de Pedro I, ou nos que lhe sucederam desde sua abdicação, com limitadas exceções, tem todos aberrado mais ou menos do sublime e divino fim da arte de escrever e da faculdade da publicação dos pensamentos; todos mais ou menos se tem apartado da linha de conduta e do intuito a que deve tender o público escritor – a ilustração dos

⁴⁴ Ibidem, loc. cit.

⁴⁵ **Minerva Brasiliense** : Jornal de Sciencias, Letras e Artes, Rio de Janeiro: Typographia Austral, 01 de novembro de 1843, p.7.

homens e especialmente dos seus compatriotas, a divulgação das verdades úteis sobre tudo na ordem dos direitos e deveres e das necessidades e conveniências sociais, o encaminhamento do governo [...]. Os resultados deste constante abuso da imprensa tem sido dentro do Império, como é bem patente, uma continua flutuação e incerteza nos atos dos poderes políticos do Estado, a agitação contínua dos espíritos; o atraso em que nos achamos nas medidas de progresso e de melhoramentos que reclamam as necessidades públicas e que permitem imensas faculdades desta vasta e riquíssima porção do território americano; a fraqueza e impotência do governo nacional, o descrédito das instituições, particularmente da liberdade de imprensa; a violação do sagrado da vida privada; a perpetração e a repetição dos crimes destrutivos da ordem e da tranqüilidade pública e o desenvolvimento da imoralidade⁴⁶.

Anos depois, em 1854, em outra revista, *Guanabara*, encontramos um ensaio que aborda o papel do jornalista na sociedade e destaca o modo como esse profissional pode promover, ao mesmo tempo, a paz e a guerra. De acordo com esse ensaio intitulado “*O Jornalista*”, essa ambigüidade presente na atividade do jornalista está relacionada com a tensão entre a vida pública e a privada.

Não é ele que sob diversas formas se introduz no lar doméstico e abstraindo das posições sociais, acorda uns, adormece a outros, a este encanta, aquele incomoda e prende de todos a atenção para o seu salvo aproveitar o precioso tempo.[...].

Não é ele que excita ou acalma as paixões, que alimenta ou combate os vícios; que impele ou detém os inexpertos e faz a guerra ou a paz! Não é ele enfim que instrui os povos ou os deprava; que os engrandece ou abate, e anima a indústria ou a esmaga!⁴⁷

Já em outra revista, a *Revista Popular*, entre os temas postos em discussão em janeiro de 1860, vale destacar o modo como esses literatos concebiam a sua relação com a sociedade:

Conhecer essas grandes leis que regem o mundo moral, encarná-las nas instituições, nos costumes dos povos, traduzi-las em realidades práticas, aluminar a terra com o raio da verdade, eis a missão do filósofo, do literato⁴⁸.

Para desempenhar essa missão, os letrados do período se dedicaram à discussão de *tudo aquilo que pudesse ser útil à sociedade em geral* - como era comum no vocabulário da época – sendo os responsáveis pelas primeiras discussões sobre o *espírito brasileiro*. O poeta Gonçalves de Magalhães, por exemplo, um dos responsáveis pela publicação da revista

⁴⁶ **O Indicador da Utilidade Pública**, 12 de abril de 1836, p.1-3.

⁴⁷ **O Guanabara**, 07 de setembro de 1854, p.315,

⁴⁸ **Revista Popular** : Noticiosa, científica, industrial, histórica, litterária, artística, biographica, anedoctica, musical, etc, Rio de Janeiro: Typografia Moderna de Georges Bertrand, janeiro de 1860, p.92.

Nitheroy de 1836, observava as dificuldades encontradas naquele momento, no que concerne à escrita de uma história literária já que nada havia sido escrito sobre o país, com exceção de alguns textos redigidos por estrangeiros.

Aqueles que alguns lumes de conhecimentos possuem sobre a Literatura brasileira sabem que mesquinhos e esparsos são os documentos que sobre ela consultar-se podem. Nenhum nacional que nós conheçamos tenha se ocupado até hoje de tal objeto.⁴⁹

Essa geração de intelectuais foi assim responsável pelas primeiras indagações acerca do país em seus mais variados aspectos. Joaquim Norberto de Souza e Silva, por exemplo, redigiu inúmeros artigos para a *Revista Popular* em que realizava um balanço da contribuição indígena para a sociedade brasileira, chegando até mesmo a postular a existência de uma poesia indígena. Porto Alegre, por seu lado, foi um dos pioneiros a se dedicar a música e à arte plástica. À imprensa, portanto, cabia, por meio da propagação das idéias, assegurar o caminho da nação rumo ao progresso e, também, rumo ao desenvolvimento moral dos indivíduos.

Esse enaltecimento da educação como um instrumento para o alcance de metas tão elevadas é acompanhado, também, pelo conceito de civilização, outra constante na imprensa periódica do período. Num artigo publicado em agosto de 1854, na revista *Ilustração Brasileira*, com base em autores franceses – especialmente Guisot – dois sentidos são dados para a palavra civilização: num primeiro momento faz a identificação com todas as conquistas científicas do período para, em seguida, compreender enquanto a ordem social bem organizada.

Essa ordem social bem organizada seria alcançada, de acordo com o ideário da época através da atuação cada vez mais presente da intelectualidade que contava com estímulos que outrora – na época colonial- não existiam. A presença da imprensa, o surgimento de associações literário-científicas, entre outros fatores estimularam a emergência de um espaço de discussão sobre assuntos de ordem pública.

No parlamento, nas casas, nos pasquins e até mesmo nas ruas e praças públicas, aqueles que pretendiam dirigir os destinos de uma sociedade que julgava ter completado a sua emancipação da tutela metropolitana, expunham suas idéias e programas [...]. Serviam-se de imagens e conceitos cunhados em países distantes, buscavam referências para a compreensão do quadro em que se moviam, assim como procuravam ser semelhantes às nações que se apresentavam como portadoras de uma civilização.⁵⁰

⁴⁹ *Nitheroy*, 1836, p. 136.

⁵⁰ MATOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª Ed. São Paulo. Hucitec, 2004, p.1.

Cabe notar que os responsáveis pelas publicações são, em geral, letrados que se dedicam não apenas ao cultivo das belas letras⁵¹, fato esse que é comumente explicado pelos exíguos rendimentos advindos da atividade na imprensa; aliás outra constante na produção periódica é a lamentação dos homens de letras pelo cenário pouco estimulante para as idéias em geral, como se podemos notar nos seguintes trechos:

Maiores misérias sobrevêm aos literatos em contato com os editores e diretores de jornais. É um sofrer mui longo e cheio de mudanças variadas para serem enumeradas neste pequeno artigo. Os leitores os adivinham e podem por si conhecer as humilhações que daí surgem.[...]⁵²

Cumpria-nos desde já agradecer aos nossos benévolos amigos e sobretudo às ilustradas associações, quer nacionais, quer estrangeiras que tão generosamente tem correspondido à confiança com que lhe impetramos auxílio e proteção [...]

[...] e como já sabemos que dentre essas mesmas pessoas e sociedades algumas há que ainda trabalham na enfadonha e desinteressada missão de angariar assinaturas, não poderíamos por esse motivo agradecer aqui nominalmente sem deixar de imperdoavelmente olvidar muitos nomes desses distintos cavalheiros que tanto se tem esforçado para que a nossa modesta empresa possa ir adiante.⁵³

Esses homens que se dedicavam à atividade literária também faziam parte da vida política do país, como, por exemplo, Francisco Torres Homem, primeiro redator da *Minerva Brasiliense*, que desempenhou entre outras funções, o cargo de Senador do Império. A atividade literária, como notou Antonio Candido, era uma espécie de extensão da atividade política e, dessa forma, as propostas para o país, postas nas páginas da imprensa periódica não podem ser vistas como um mero recurso retórico, mas, sim como um ideal compartilhado por um grupo de letrados que buscavam alcançar as luzes e logo, equiparar-se aos principais centros de inteligência da época. Destarte, ao lado do ideal de uma imprensa altamente engajada, constata-se essa estreita aliança entre literatura e política:

[...] será o dia do seu glorioso triunfo aquele em que se estabelecer como axioma que um bom político deve ser um exímio literato⁵⁴.

⁵¹ Com relação à esse aspecto sugiro a leitura de NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Intelectuais brasileiros nos Oitocentos: a constituição de uma família sob a proteção do poder imperial*. IN: PRADO, Emília (org). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas**. Rio de Janeiro: Acess, 1999.

⁵² *Chronica Litteraria*, 02 de julho de 1848, p.217.

⁵³ *A Idéia*, setembro de 1869, p.34.

⁵⁴ *Chronica Litteraria*, janeiro de 1848, p. 1.

As revistas que serão analisadas mais adiante apresentam um significativo número de colaboradores. Destacam-se, ao lado de nomes como o de Torres Homem, por exemplo, a participação de Manuel Araújo Porto Alegre, Santiago Nunes Ribeiro, Joaquim Manuel de Macedo, Viriato Bandeira Duarte, dentre outros. Esses homens redigiram escritos sobre os mais diversos assuntos e não apenas literatura, como se poderia pensar. Mais uma vez, têm como exemplo Torres Homem, que publicou ao lado dos ensaios de cunho literário, artigos sobre economia política e até mesmo sobre as inovações do mundo industrial oitocentista. Porto Alegre, por sua vez, dedicou sua atenção à pintura, às belas letras e à música, publicando algumas partituras.

Tamanha versatilidade pode ser verificada nas próprias seções das revistas cujo escopo era amplo: desde assuntos considerados mais sérios, como ensaios de economia política até artigos ditos frívolos, como aqueles que versavam sobre moda e etiqueta - estes especialmente voltados para o público feminino. Ao lado de notas sobre o vestuário, por exemplo, encontramos ensaios que versavam sobre a educação do sexo feminino, tido como um assunto de suma importância pois dele dependia a formação das futuras gerações, como podemos depreender do seguinte trecho de um ensaio publicado na *Nova Minerva*, em dezembro de 1845, por Dr. Valdez:

O Rio de Janeiro contém hoje um grande número de estabelecimentos destinados à educação do belo sexo [...]. Os pais, por sua parte, não poupam gastos nem sacrifícios para conseguir o fim de ver suas filhas adornadas com as prendas de uma alta educação, prendas que um dia farão felizes quando, deixando o colégio e o lar paterno, forem ser na sociedade esposas e mães de famílias virtuosas. A sociedade brasileira parece ter compreendido em toda a sua extensão aquela sentença de Rousseau que encerra a maior verdade moral e social – os homens serão sempre o que as mulheres querem que sejam.⁵⁵

Ao lado desse ideal de educar a mulher para ser uma boa mãe e esposa, as revistas reservavam um espaço para a formação de bibliotecas científico-industriais, como menciona o número de janeiro de 1856, da revista *Abelha* no intuito de aprimorar o desempenho das mais variadas atividades.

A criação de bibliotecas científico-industriais é uma idéia de grande alcance para o adiantamento e progresso de um país qualquer. Meio poderoso de ilustrar as classes que trabalham no desenvolvimento da indústria, as

⁵⁵ **Nova Minerva:** periódico dedicado as sciencias, artes, litteratura e costumes. Rio de Janeiro: Typographia de M. A. da Silva Lima, dezembro de 1845, p.9.

bibliotecas científico-industriais são férteis de resultados benéficos e vantajosos.⁵⁶

Na configuração dos assuntos abordados pelas revistas vislumbrava-se desde discussões sobre a substituição ou não da mão de obra escrava pela imigração, que ocupavam, às vezes, mais de um número das revistas até a seção seguinte que versava sobre as novas contribuições da química e ainda contava com a seção dos romances franceses traduzidos, que eram publicados ao longo de alguns meses no rodapé dos jornais. A importância da seleção dos assuntos a serem abordados pode ser compreendida a partir do seguinte comentário do Dr. Lapa, presente na *Minerva Brasiliense*

Tão necessárias são hoje as ciências e as letras à felicidade do homem civilizado como importantes ao progresso de sua perfeição moral; importante, digo, porquanto os serviços que elas hão feito, e diariamente prestam ao espírito humano e as vantagens que delas lucra a sociedade, tão imensas são como incontestáveis. [...].⁵⁷

Os letrados do período, um misto de jornalista e escritor, destacaram em seus editoriais a necessidade urgente de promover o avanço das belas letras compreendidas como um reflexo da civilização; assim, os escritos literários eram tomados como a expressão da singularidade de uma nação. Homem de Melo, por exemplo, em artigo publicado na *Revista Popular*, observa que, para o florescimento das letras em nosso país, era necessário um ambiente de paz e tranquilidade que a conturbada fase de discussões sobre o exercício de poder, durante o episódio da abdicação do trono, não pode propiciar. Era chegada a hora, de acordo com Mello, da imprensa, imbuída de seus mais elevados princípios, promover o desenvolvimento do maior número possível de conhecimentos.

De postura engajada, de caráter versátil, a imprensa periódica nesse cenário procurou, através de seus inúmeros artigos, ensaios, romances, anedotas colaborar para os rumos do país, tendo como máxima ‘venha, pois, a instrução. Derrame-se por onde for possível esse orvalho civilizador da humanidade porque é essa a fonte de todo o progresso’.⁵⁸

1.3 As primeiras tentativas : o caso das revistas

⁵⁶ **Abelha**, 12 de janeiro de 1856,p.2.

⁵⁷ **Minerva Brasiliense**, janeiro de 1844, p.225.

⁵⁸ **Álbum Literário**: Periódico Instructivo e Recreativo, Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil,março de 1861, p. 2.

Por muito tempo a historiografia dedicada à imprensa considerou *O Patriota*, *jornal político e literário*, que circulou no Rio de Janeiro entre os anos de 1813 e 1814 a primeira revista brasileira. A partir dos anos quarenta do século XX, com base nos estudos de Hélio Vianna, verificou-se a existência de uma revista na Bahia intitulada *As Variedades ou Ensaios de Literatura* que desde o ano de 1812 circulava tendo como redator o português Diogo Soares da Silva Bivar. A revista teve uma duração curta – característica comum à maioria das publicações do período, apenas dois números vieram a lume, e pouco se sabe sobre o destino de seu redator.

As matérias abordadas pela revista eram das mais variadas. O primeiro artigo do número de estréia intitulava-se *Sobre a felicidade doméstica* e era seguida por um ensaio denominado *Da navegação entre os antigos*. Em seguida vinha um *Extrato da Viagem de Mr. Thierry*; fechava o número o ensaio *Costumes e usos do México*. Pelos títulos dos ensaios abordados verifica-se que a revista procurava atender a uma gama variada de interesse e buscava a formação de um leitor que pudesse se instruir e refletir sobre os mais diversos campos do conhecimento. A bem da verdade, boa parte da imprensa periódica da época, alicerçada num ideal de instrução como um poder transformador, visava transmitir um saber enciclopédico para seu público leitor. Acompanhemos, a propósito desse ponto, o que prometiam aos seus leitores os redatores da revista *As Variedades*:

O folheto que oferecemos ao público mostra de alguma forma o plano que havemos concebido e que, quanto em nós é, desejamos desempenhar na redação e publicação do presente periódico. *Discursos sobre os costumes e as virtudes morais e sociais, algumas novelas de escolhido gosto e moral; extratos de história antiga e moderna, nacional ou estrangeira, resumo de viagens, pedaços de autores clássicos portugueses, quer em prosa, quer em verso, cuja leitura tenda a formar o gosto e pureza na linguagem.*⁵⁹

O modelo por excelência dessa revista era a França, seguida da Inglaterra, com destaque para o *Journal dès Sçavans* (1665-1795) e as revistas inglesas *Edinburg Review* (1802) e o *Blackwood's Magazine* (1817), que ditaram as regras para a composição das publicações brasileiras. Regras como a divisão das publicações em seções, a existência de uma espécie de índice da revista e um modelo de capa que utilizava ilustrações com menção ao saber. A propósito de tais aspectos, as revistas que iremos abordar ao longo da dissertação contam na sua maioria com poucos recursos gráficos, somente uma revista, a *Ilustração Brasileira*, apresenta um pouco mais de sofisticação nesse aspecto. Comercializadas geralmente em livrarias, essas publicações também se submetiam à prática de subscrições, uma espécie de assinatura na época.

⁵⁹ Apud VIANNA, Op. Cit, p. 29.

Mas voltemos a *As Variedades*. Apesar de seu pioneirismo no ramo do periodismo cultural, pouco se conhece sobre sua história já que só se tomou conhecimento dela há pouco tempo, por meio de um exemplar da coleção de Marques dos Santos. Diferentemente, a revista *O Patriota*, primeira a circular na cidade do Rio de Janeiro a partir do ano de 1813 não passou por essa espécie de desaparecimento já que é comum entre os contemporâneos a menção à revista.

O redator da *Patriota*, Manuel Ferreira de Araújo destacava no número de estréia, as adversidades que ele antevia para o sucesso da publicação, como o grande tempo dedicado para a redação das várias seções da revistas, o restrito público-leitor e as dificuldades da circulação. Mais adiante, Araújo destaca que se propõe a colaborar para o melhoramento moral do país, utilizando-se da imprensa para esse fim exclusivo e não para fomentar conflitos de ordem política. A maioria dos artigos e ensaios que foram publicados no *Patriota* destacam a necessidade de preparar o Brasil para entrar em uma nova fase, onde o progresso e a racionalidade tinham um destacado papel; assim como a literatura que deveria ser estimulada com vistas a garantir nossa independência no campo literário. Ao lado dessas duas grandes linhas de discussão postas em pauta pela revista, cabe destacar a seção onde livros e demais publicações são anunciados, um espaço que é dedicado a incentivar a leitura e a divulgar outras revistas que contavam com colaboradores comuns, como, por exemplo, Manuel Araújo Porto Alegre, que publicava artigos em diversos órgãos de imprensa.

Em 1822, surge os *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura* dirigido por José Vitorino dos Santos que era também responsável pela publicação do *Jornal Científico, Econômico e Literário* de 1826 Quanto aos *Anais* sabe-se que somente um número foi publicado e que contava com a participação de José Bonifácio; os artigos da publicação versavam sobre economia política, o Banco do Brasil de 1821, fechando com um ensaio sobre a divisão dos bispados. Vitorino foi responsável, juntamente com Felisberto Januário Cordeiro, pela publicação da revista *Jornal Científico, Econômico e Literário* que publicou parte do poema *Vila Rica* de Cláudio Manoel da Costa, além de destacar em suas páginas ensaios sobre a teoria do universo e química agrícola. Dedicada à assuntos ligados ao cotidiano europeu, surge, em 1830 a primeira revista francesa feita no Brasil, a *Revue Brésilienne* que publicou ensaios sobre a queda de Carlos X, tema que reaparecerá na revista *O Beija-Flor*, esta, de curta duração e publicada entre 1830 e 1831, destaca em um dos seus artigos o crescente aumento das folhas impressas:

Se os progressos da imprensa fossem os degraus certos dum termômetro para o adiantamento da civilização, podíamos nos felicitar do nosso avançamento, pois que de quatro anos para cá o número das publicações periódicas tem quadruplicado no Brasil. Em 1827 apenas se contavam doze ou treze e hoje, conforme a conta tirada da Aurora, de sexta-feira, 26 do corrente, 54 saem à luz do Império: destas, 16 pertencem à Corte. Em 1827, apenas havia oito, e portanto, o número tem dobrado; é verdade que as revoluções e eclipses são freqüentes neste giro de letra redonda, uma das publicações enumeradas pela Aurora, *Revue Brésilienne* já desapareceu. Mas outras duas a renderam imediatamente: o *Espelho da Justiça* e *Le Messenger*, jornal francês.⁶⁰

Na cidade do Rio de Janeiro aparecem outras revistas com contornos mais específicos sobre assuntos variados (economia, agricultura, teatro, química) como o *Semanário Político, Industrial e Comercial* que, como a grande maioria dos impressos da época, não passou do primeiro número.

Ao lado de *As Variedades* e de *O Patriota*, que foram as primeiras tentativas de publicação de revista no país, não podemos deixar de citar a *Revista da Sociedade Filomática*, fundada em São Paulo por estudantes da faculdade de Direito no ano de 1833, que contava com a participação de nomes como Carneiro de Campos e Bernadino Ribeiro, entre outros. No tocante aos objetivos da publicação, os editores esclarecem que:

Sua única meta será coadjuvar a marcha lenta mas sempre progressiva da civilização brasileira. [...]. Seus meios – a publicação de memórias úteis sobre as ciências e a literatura -, a crítica das obras notáveis que aparecerem em nosso país-, a notícia do que forem tendo de mais interessante os povos cultos.⁶¹

Esse desejo de contribuir para o engrandecimento do país é um dos elementos comuns da produção escrita desse período. Três anos depois, em 1836, por exemplo, surge uma revista que, publicada em Paris, tratou de assuntos brasileiros, especialmente da literatura nacional: a *Nitheroy, revista de ciências, letras e artes*⁶². Essa publicação que contava com a participação dos letrados Gonçalves de Magalhães, Porto Alegre, Torres Homem e Pereira da Silva, foi responsável por uma sistematização maior da discussão sobre o *caráter brasileiro*, assunto de primeira ordem nas publicações do oitocentos.

Ao contrário das duas revistas anteriormente citadas, a história da *Nitheroy* é mais conhecida: seus colaboradores eram membros do Instituto Histórico de Paris, onde realizaram algumas palestras divulgando o Brasil na Europa, como foi o caso de Magalhães, que dissertou sobre o amadurecimento do campo literário a partir da Independência, defendendo a

⁶⁰ Apud VIANNA, Op. Cit, p.116.

⁶¹ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Notas sobre o conteúdo da Revista da Sociedade Filomática (1833). In: **2ª Jornadas de Periódicos Literários**, Assis, 2001. Mimeografado.

⁶² *Nitheroy*, Op. Cit.

idéia de uma emancipação que não era apenas política, mas que se estendia para outros campos, com destaque para o literário, pois, segundo Magalhães, a literatura de um povo é

(...) o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral, e de mais belo na Natureza, é o quadro animado de suas virtudes e de suas paixões, o despertador de sua glória, e o reflexo progressivo de sua inteligência. E quando esse povo ou essa geração desaparece da superfície da Terra com todas as suas instituições, suas crenças e costumes, a Literatura só escapa aos rigores do tempo, para anunciar às gerações futuras qual fora o caráter do povo, do qual é ela o único representante na posteridade; sua voz como um eco imortal repercute por toda a parte e diz: em tal época debaixo de tal constelação e sobre tal ponto da terra um povo existia cujo nome eu conservo, cujos heróis eu só conheço; vós, porém, se pretendeis também conhecê-lo, consultai-me, porque eu sou o espírito desse povo e uma sombra viva do que ele foi.⁶³

Porto Alegre, por sua vez, dedicou-se, no primeiro número da publicação, à redação de algumas poesias, enquanto Torres Homem foi responsável por um ensaio intitulado *Comércio do Brasil*.

Na distribuição dos assuntos abordados, surgem, ao lado de seções dedicadas a anedotas, quadrilhas e cartas enigmáticas, reflexões sobre a política, a agricultura, o teatro, as artes em geral e, até mesmo, páginas inteiras dedicadas à debates sobre a implantação de novas técnicas industriais, técnicas que permitiriam ao país conquistar uma posição entre as nações civilizadas. A revista, tida como um marco do romantismo brasileiro, em razão das discussões literárias que fomentou no país, possuía como epígrafe a frase “*Tudo pelo e para o Brasil*”, evidenciando o grau de importância dado aos assuntos relacionados à nação. Nesse sentido, os temas relacionados à literatura e à história nacional receberam grande atenção dos colaboradores da revista – que não se restringiam aos três sócios fundadores, contando com a participação de nomes como Azeredo Coutinho, Silvestre Pinheiro Ferreira e J. M. Pereira da Silva, entre outros.

Nada de exclusão, nada de desprezo. Tudo o que puder concorrer para o esclarecimento da história geral dos progressos da humanidade deve merecer nossa consideração. Jamais uma nação poderá prever o futuro quando ela não conhece o que ela é, comparativamente com o que ela foi. *Estudar o passado é ver melhor o presente, é saber como se deve marchar. [...]. Como nós estudamos a história não com o único fito de conhecer o passado mas sim para tirarmos úteis lições para o presente.*⁶⁴[grifo nosso].

⁶³ Ibidem, p.132.

⁶⁴ Idem, p.145.

O conhecimento, entendido por estes intelectuais como esclarecedor, na medida em que indicava o caminho mais seguro a tomar diante de uma determinada situação, era visto como algo que só deveria ser buscado se apresentasse alguma aplicação prática para a sociedade, pois de acordo com os letrados brasileiros do oitocentos:

Buscamos a ciência como meio, como um instrumento para conquistar uma posição. Ninguém a procura pela religião do dever. Se uma glória ruidosa com o eco da vaidade humana não vem responder à nossa primeira produção, lá deixamos esquecidos nossos primeiros ensaios [...].⁶⁵

Um das principais razões de êxito da *Nitheroy*, apesar de sua duração efêmera, foi o espaço que dedicou às reflexões sobre a nascente cultura nacional. Os artigos e ensaios literários e históricos buscaram evidenciar que, a partir do século XIX, a cultura brasileira não poderia ser mais considerada como um mero apêndice da cultura portuguesa. Esboçava-se uma espécie de maioridade do país que, agora liberto das amarras coloniais, podia, enfim, progredir:

Não, oh, Brasil, no meio do geral movimento, tu não deves ficar imóvel e tranqüilo como o colosso sem ambição e sem esperanças. O gérmen da civilização depositado em teu seio pela Europa não tem dado ainda todos os frutos que deveria dar; vícios radicais tem tolhido o seu desenvolvimento. Tu afastaste de teu colo a mão estranha que te sufocava, respira livremente, respira, cultiva as ciências, as artes, as letras, a indústria e combate tudo que entrevá-los pode.⁶⁶

Na pintura desse cenário de modernidade para o país, cabe destacar as principais medidas que os colaboradores da *Nitheroy* apontavam como indispensáveis. Em primeiro lugar, a necessidade de fundar uma genuína cultura nacional que seria expressa por meio da literatura. Gonçalves de Magalhães argumentava, com base nos autores franceses, como Ferdinand Denis e Almeida Garret, que a natureza dos trópicos deveria ser objeto de atenção dos literatos que deveriam se dedicar a descrever o país nas suas obras, deixando de lado o recurso aos elementos que não expressassem a realidade nacional.

O homem colocado diante de um vasto mar, ou no cume de uma alta montanha, ou no meio de uma virgem e emaranhada floresta, certo não poderá ter os mesmos pensamentos, as mesmas inspirações, como

⁶⁵ **Revista Popular**, janeiro de 1860, p.92.

⁶⁶ **Nitheroy**, p.146.

se ele assistisse aos olímpicos jogos ou na pacífica Arcádia habitasse.⁶⁷

Concomitante com a defesa de uma cultura nacional, outro assunto que ocupou boa parte dos artigos e ensaios da revista foi à escravidão. Nessa altura, a Inglaterra já exercia uma pressão para que a monarquia abolisse o tráfico de escravos, mas a atividade, apesar dos esforços ingleses, ainda era legal. Torres Homem dedicou um ensaio à esse assunto e, ao enumerar os males advindos da escravatura, advogou o recurso à mão de obra imigrante. A escravatura é concebida enquanto um verdadeiro empecilho ao progresso do país:

D'outro lado os governos, expressão completa dos preconceitos, dos erros e falsos interesses da época e desvairados pelos motivos daquela economia que antepõe o trabalho bruto, instintivo e forçado ao livre e inteligente, mantinham e protegiam como altamente útil ao país um gênero de tráfico que soube abrir uma larga ferida à humanidade, corrompendo as nascentes da prosperidade pública.⁶⁸

Em seguida o autor esclarece que, contrariando o rumo tomado pelo restante das nações do globo, o Brasil se apresentava como uma nação que marchava às avessas, daí todo o esforço dos letrados do período em instruir e educar o público, para que o país pudesse trilhar o caminho das nações ditas civilizadas, ou seja, para que adentrasse no mundo das nações onde o trabalho é livre.

[...]se o livre trabalho na sua lata acepção é um dos destinos da espécie humana a título de instrumento primordial de toda a civilização, os povos que têm a desdita de engastar em seu solo os horrores da escravidão doméstica comprometem de gravíssimo modo o seu porvir, afugentando todo o prospecto de opulência e prosperidade.⁶⁹

Entre as conseqüências do uso da mão-de-obra escrava que Torres Homem enumera está, em primeiro lugar, a resistência às inovações; daí, conclui, o caráter arcaico da agricultura brasileira e sua baixa produtividade.

A escravatura é um instrumento ruinoso de produção: o obreiro livre produz incomparavelmente mais que o escravo: do mesmo modo que a liberdade do trabalhador favorece a potência da indústria e o desenvolvimento da riqueza, a servidão produz o resultado inverso.⁷⁰

Outra característica apontada é o desprezo pelos trabalhos manuais e a valorização de ocupações *‘que ministram meios de influência e de ação sobre outros homens ou sobre a*

⁶⁷ Ibidem, p. 162.

⁶⁸ Ibidem, p. 36.

⁶⁹ Ibidem, p. 37.

⁷⁰ Ibidem, p. 60.

sociedade’, dito em outras palavras, o desejo de angariar cargos públicos. Por fim, a dificuldade de desenvolver a indústria em um ambiente onde a resistência às inovações se fazia presente.

O seu desenvolvimento industrial [do Brasil] porém, foi retardado pelo monstruoso corpo estranho implantado no coração de sua organização social. A posse de escravos nos tem evidentemente impedido de trilhar a carreira da indústria. Vede as consequências da escravatura! A sede dos empregos públicos e a esquiva para as profissões industriais são fatos mui gerais entre nós e que amiudadas vezes hão sido assinalados pela administração como uma grave enfermidade do corpo político.⁷¹

No diagnóstico de Torres Homem e Gonçalves de Magalhães sobre o país, esses dois assuntos (a literatura e a escravidão) ocupam especial destaque e se farão presentes nas revistas que surgirão anos depois, como, por exemplo, a *Revista Popular*, de 1860, que em um dos seus números aborda a tentativa de estabelecimento de colonos europeus no país. Assim se pronunciam os editores da revista sobre a questão:

Faltam braços e não se deve perder tempo em procurá-los se se quer salvar o futuro.[...]. Desde há muito que a colonização preocupa o país e a criação da repartição geral das terras públicas bem demonstra a importância que o governo liga à solução deste problema: suscitam-se todos os anos discussões nas assembléias legislativas, apresentam-se projetos de leis e entretanto não dá à questão um passo para a frente e ninguém está ainda bem de acordo sobre o que é possível e útil.⁷²

Para mais, os colaboradores da *Nitheroy* também contribuirão nas revistas que surgem paulatinamente a partir da década de 1840, nas quais, em alguns casos, exercerão o cargo de redator-chefe – como foi o caso de Torres Homem, na *Minerva Brasiliense*.

Tendo como modelo as publicações européias e investindo na discussão sobre as coisas públicas, as revistas buscaram, como se dizia na época, lançar os alicerces de um espaço de debate público e de formação do indivíduo que legasse às gerações futuras um cenário mais aprazível do que o encontrado pelo citado funcionário da Coroa, Luiz dos Santos Marrocos. Como diziam os empenhados editores da *Revista Popular*:

Cumpra que trabalhemos no presente, que leguemos ao futuro o fruto de nossas lucubrações. Vamos todos, dominados de um só pensamento, tomar parte nos generosos esforços dessa grande geração de pensadores que fazem a admiração dos séculos.⁷³

⁷¹ Ibidem, p. 69.

⁷² **Revista Popular**, março de 1859, p.350.

⁷³ Ibidem, janeiro de 1860, p. 93.

Capítulo 2 DAS REVISTAS E DOS COLABORADORES

Por ora nada mais prometemos do que a nossa boa vontade para fazermos com que esta revista tenha a maior circulação possível. O meio é somente um: torná-la variada, mas de uma variedade que deleite e instrua, que moralize e sirva de recreio quer nos salões do rico como no tugúrio do pobre.

Editorial d'O Espelho: Revista de Literatura, Modas, Indústria e Artes, n 01, 04 de setembro de 1859.

2.1 A estrutura das revistas

A passagem acima dá uma boa idéia do quanto se esperava das revistas que analisaremos nas páginas seguintes. Tamanha pretensão, perceptível nos ensaios, artigos, editoriais e em outras seções, nelas contidas num objetivo central que percorre toda a produção e escrita desses periódicos: uma obsessão de ser o mais útil possível para o público-leitor. Esse desejo, manifesto explicitamente nas primeiras páginas das revistas do período, é o fio condutor que guiará o processo de elaboração, configuração e escrita de tal produção periódica.

Exemplar desse intuito, desse desejo de ser útil ao leitor são alguns trechos e epígrafes, sobretudo de autores franceses como Voltaire e Victor Hugo, que salientam a crença na contribuição inigualável da educação para o futuro não só do indivíduo como da sociedade de modo geral. Vejamos alguns exemplos:

Antes ser indigente que ignorante porque ao indigente não lhe faltam senão as riquezas ao passo que ao ignorante, aquilo que o faz homem e o distingue do bruto.⁷⁴

O progresso da inteligência é infalível, havendo liberdade de falar, escrever e publicar o que pensamos⁷⁵

O homem sem instrução, oculto nas trevas da ignorância, esse gérmen atrasador do progresso, é qual diamante bruto, é um ente inútil à sociedade.⁷⁶

Na elaboração dessas revistas salta aos olhos o grande número de colaboradores. Diferentemente das primeiras publicações do gênero que possuíam um número modesto e às vezes até pequeno de correspondentes, a partir de 1840 a participação de letrados nas publicações é grande, chegando à expressiva cifra de quarenta a sessenta por revista, como é o caso, por exemplo, da *Guanabara* e, também, da *Nova Minerva*. Ao lado da crescente participação de letrados, é possível notar um acréscimo no tempo de duração dessas

⁷⁴ **O Cysne: Jornal Litterário**, Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 01 de junho de 1854, s.p.

⁷⁵ Epígrafe da revista **Acajá** : Jornal de Instrução e Recreio. Rio de Janeiro : Typographia do Pereira, 1860-1861.

⁷⁶ Trecho presente na revista **Nova Minerva** cujo microfilme apresenta falhas que não possibilitaram a identificação exata da data e do número da publicação.

publicações, que outrora não ultrapassavam o sétimo número de publicação⁷⁷, temos nesse momento uma duração considerável - em alguns casos chegando aos cinco anos de duração, surpreendendo até mesmo os próprios letrados que não deixavam de expressar as dificuldades que enfrentavam. Desde a idealização do projeto de uma revista, até o momento de colocá-la em circulação, tudo era penoso, como atentam os editores d'O *Guanabara*, em 1851, e da *Revista Popular*, na edição de aniversário de um ano, em janeiro de 1860, respectivamente:

Quando no dia primeiro de dezembro de 1849 alguns homens corajosos publicaram o primeiro número desta revista, mui longe estavam de esperar que ela chegasse ao seu terceiro tomo. Foi um ensaio, uma tentativa, como muitas outras que a tinham precedido: Deus, porém, abençoou a sua obra e ele, que lê no fundo dos corações, conheceu que nenhum outro pensamento senão o de promover o desenvolvimento intelectual do país guiava a tais homens⁷⁸.

A diretoria da revista começou bem e perseverou, e depois de um ano o seu livro tornou-se o verdadeiro livro do povo e das famílias. Na Corte e nas províncias, nas coisas mais conspícuas como nas mais simples, a Revista Popular é o livro em que homens e mulheres, velhos e moços, estadistas e eruditos, comerciantes e industriais, lavradores e artífices buscam e acham artigos e notícias que os instruem, os divertem, os entretêm sem causar-lhes fadigas. Bem se vê que tal livro era uma verdadeira necessidade porque nem todos têm o tempo de estudar os in-folio das bibliotecas, e de outro lado os jornais se ocupam com certas e determinadas questões. Faltava a leitura das horas vagas para todos, a Revista veio preencher esta lacuna.

(...) a diretoria tem agora maiores meios para levar avante a sua empresa. Já as gravuras, o papel e a impressão têm melhorado muito, porém contamos brevemente com melhoramentos de outra ordem que satisfaçam cada vez mais as exigências intelectuais do público⁷⁹.

Se nos números iniciais a tônica era realçar os elevados princípios que norteavam as publicações, agora, uma vez superado o *mal dos sete números*, os editores se empenhavam em realizar um balanço do trajeto percorrido até aquele momento. Sintomático de tal sentimento é o comentário dedicado às *nossas amantes leitoras no Álbum Semanal*, que destaca não apenas o êxito da revista entre as leitoras como a incorporação de novas seções.

O vosso Álbum Semanal [...] cujo sexto número não chegaria a ver a luz – como preconizaram certos agoureiros – acaba de findar o sexto mês de sua existência e ufana-se em dizer que não só cumpriu todas as obrigações a que se havia submetido como mesmo foi muito além de seu prospecto.[...].

Música, Figurinos não entraram em seu programa: no entanto, vai com ele enriquecer a sua coleção. Verdade seja que o número de assinantes, a boa

⁷⁷ Muitos editores mencionam com frequência o *mal dos sete números*: a existência das revistas, jornais e outras publicações que na sua maioria não ultrapassavam o sétimo número de publicação. Assim, a superação dos anos iniciais era amplamente celebrada nos editoriais, dado o caráter pouco duradouro da maioria da imprensa do período.

⁷⁸ O *Guanabara*, 10 de julho de 1851, 254.

⁷⁹ *Revista Popular*, 05 de janeiro de 1860, p. 104.

recepção que tem tido a folha e sobretudo a qualidade de suas espirituosas leitoras tem levado a redação a tentar tudo, a fazer toda sorte de sacrifícios para bem corresponder à pública expectativa. Outros seis meses vão começar e a redação não esmorecendo procurará por todos os meios possíveis melhorar as matérias dando sempre artigos de interesse, de moralidade, que recreando o espírito prestam ao mesmo tempo alguma utilidade nas diversas ocupações da vida social⁸⁰.

No trecho acima, os editores destacam o sucesso da publicação, que já durava um ano. Tal sucesso poderia ser explicado, entre outros fatores, pelas características próprias das revistas, como, por exemplo, a forma de exposição rápida das matérias e a linguagem ágil e de fácil assimilação, sem prejudicar a compreensão dos assuntos abordados. O sucesso da empreitada desses letrados pode ser medido não só pela duração das publicações, como também pelas correspondências de leitores, que algumas vezes enfureciam os redatores. O motivo para tanto furor era o exagerado número de pedidos de leitores para publicar algum artigo. No parecer dos redatores, não possuíam os textos enviados as virtudes e honrosas qualidades necessárias para a exposição pública.

Fique aqui de uma vez para sempre registrado que recebemos e receberemos tudo quanto nos mandarem mas não ficamos por isso obrigados a sua publicidade, nem tão pouco restituiremos os artigos que por qualquer motivo não sejam publicados.⁸¹

Passadas as dificuldades dos anos iniciais, essas publicações tinham agora um público consolidado, a ponto de receberem cartas de estima dos mesmos, sem contar os inúmeros artigos enviados pelos leitores, como no citado exemplo d'*A Idéia*.

Na configuração da estrutura dessas revistas é comum a existência de três a doze seções, de acordo com as temáticas abordadas⁸². Algumas seções não são fixas como, por exemplo, a dedicada à filologia, à catequese, à química, à agricultura, que aparecem em algumas publicações, sendo em alguns números substituídas por assuntos de economia política, traduções de artigos de revistas européias e anedotas. Ao contrário, as seções de história, literatura, biografia, variedades e poesia, além de ocuparem um número de páginas maior – comumente esses ensaios ultrapassam os dois números, têm um lugar fixo na estrutura das publicações.

É perceptível na própria forma de exposição dos assuntos a serem abordados nas revistas a predominância das seções de literatura e história, que contavam muitas vezes com mais de quatro ensaios numa mesma publicação. Uma vez que para a seção de história

⁸⁰ **Álbum Semanal: Chronológico, Litterário, Crítico e de Modas**, Rio de Janeiro: Typographia do Pereira, 09 de maio de 1852, p.101.

⁸¹ **A Idéia**, 01 de setembro de 1869, s/p.

⁸² Essa é a média de seções existentes nas revistas abrangidas pela pesquisa.

dedicaremos um capítulo à parte, voltaremos nossa atenção aqui para as outras seções, que também colaboraram na consolidação do formato das revistas e das temáticas discutidas.

A seção dedicada à literatura abrigou boa parte dos ensaios, artigos e resenhas das revistas. Tal seção contava com a participação de nomes de peso da intelectualidade do período, como Antonio Gonçalves Dias, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, Francisco Adolfo de Varnhagen, Pereira da Silva, Joaquim Manuel de Macedo, Justiniano José da Rocha, entre outros. O caminho para a afirmação de uma literatura nacional já havia sido traçado por Gonçalves de Magalhães, em 1836, na *Nitheroy*, quando teorizou sobre os elementos constitutivos do *caráter brasileiro*; agora era chegada a hora de produzir e divulgar a então nascente literatura pátria. Foi com esse intuito que em cada número dessas revistas foram divulgados em primeira mão não só romances, como também as pesquisas realizadas por esses letrados com vistas a colaborar para a memória nacional, daí, por exemplo, as repetidas vezes que se noticia a viagem de Gonçalves Dias para o Norte do país. Um espaço era reservado para a divulgação de novas obras, como podemos perceber no trecho abaixo, em que um colaborador faz a apreciação da obra de Dias:

O senhor Gonçalves Dias, cuja poesia toda brasileira, toda modulada nos sons guaranis vão correndo de manso como a água de um córrego ou ondulando como as ondas do Amazonas [...]. A sua poesia, cheia das harmonias da escola moderna é um pólen terníssimo [...]. O canto do piága nos dá bem evidentemente a idéia de sua pátria⁸³.

Pautando-se no *Discurso* de Magalhães, publicado na *Nitheroy*, os ensaios literários insistem nas vantagens oriundas do cenário tropical como fonte de inspiração para os escritores nacionais. Atentam, para além desse pano de fundo paradisíaco, para a sensibilidade americana que, por sua vez, seria responsável por um modo de sentir e de expressar próprios dos americanos. Acompanhemos, a título de ilustração, algumas das idéias acerca do caráter nacional na literatura presentes nessas revistas, idéias que, com o passar dos anos, se tornaram tópicos do discurso literário brasileiro.

Os brasileiros têm um inesgotável manancial de poesia na virgem natureza que os rodeia e onde se encontram mil belas e magníficos objetos nunca até agora descritos, mil novas imagens para revestir os seus pensamentos, mil novas impressões não sentidas pelos poetas europeus [...]

Já alguém nos lançou em rosto que não temos literatura nacional porque não temos língua: ficou porém provado a toda luz que a literatura de um povo é a voz de sua inteligência e que da influência do nosso clima, da configuração do nosso terreno, da fisionomia de nossos vegetais, do aspecto da natureza do nosso país, risonha ou selvagem, e de nossos usos e costumes, tudo tão dessemelhante de Portugal devia resultar uma tal ou qual

⁸³ **O Guaracyaba:** Jornal Litterario e Instructivo. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira de J. A. Pascentini & Souza,, 01 de dezembro de 1850, p. 96.

modificação nessa literatura embora portuguesa mas produzida pelos brasileiros e consentisse que a essa modificação se chamasse, sem impropriedade alguma, literatura brasileira.⁸⁴

Herdeiros do caráter ativo e apaixonado dos espanhóis, e os portugueses dotados do gênio e imaginação, habitantes de um formoso país onde se encontram todas as formas do grande e do belo, espectadores e atores de uma longa luta entre a liberdade e a tirania cujos sucessos apresentam os mesmos assuntos da poesia e da eloquência, possuindo naquela época o patriotismo, o valor, o entusiasmo, e, sobretudo essa sensibilidade americana tão esquisita, tão celebrada pela Europa: os sul-americanos, dizemos, têm em si os primeiros elementos e as circunstâncias mais favoráveis que em todo país tem dado origem ao desenvolvimento e progresso das letras.⁸⁵

O melhor livro, o mais belo e sublime modelo para o cultivo da imaginação no Brasil é sem dúvida a sua graciosíssima natureza. Não há um país na Terra que tenha como ele essa expressão palpitante, esse ar inspirador, essas cenas de íntima poesia. [...] ⁸⁶

Todos os países possuem uma tendência mais ou menos pronunciada, uma queda mais ou menos distinta pelo seu local e pelos costumes que os extremam uns dos outros, para cantarem em versos pouco limados e com uma harmonia original que, de per si só, exprimem a natureza [...] porém sobre eles predomina o Brasil, quer na composição dos seus cânticos, quer no sentimento íntimo que a música liga as palavras.⁸⁷

A seção de literatura foi, por excelência, o espaço para o debate de assuntos polêmicos, como a questão – compreendida como crucial- sobre a existência ou não de uma cultura brasileira. Alguns autores, como o português Gama e Castro destacavam no *Jornal do Commercio* a inviabilidade de tal idéia, já que tanto a literatura de Portugal quanto a do Brasil possuíam um traço em comum: a língua portuguesa. Coube ao chileno Santiago Nunes Ribeiro, na *Minerva Brasiliense*, em 1843 ,defender a existência de uma produção especificamente brasileira que, utilizando a língua portuguesa, falava de uma sociedade distinta daquela da mãe-pátria. As produções elaboradas pelos brasileiros, segundo Ribeiro eram

[...] o resultado das influências, do sentimento, das crenças, dos costumes e hábitos peculiares à um certo número de homens que estão em certas e determinadas relações que podem ser muito diferentes entre alguns povos, embora falem a mesma língua. As condições sociais e o clima do Novo Mundo necessariamente devem modificar as obras nele escritas nesta ou naquela língua da velha Europa⁸⁸.

⁸⁴ SOUSA E SILVA, Joaquim Norberto. A língua brasileira. *Guanabara*. s/d, p.99.

⁸⁵ **Nova Minerva**, dezembro de 1845, p.01-2.

⁸⁶ **O Guaracyaba**, 06 de outubro de 1850, p.41.

⁸⁷ **O Curupira**: Jornal Litterario e Instrutivo, Rio de Janeiro: Typographia Clássica, 30 de janeiro de 1853, p.137.

⁸⁸ **Minerva Brasiliense**, 01 de novembro de 1843, p.24

Cinco anos depois, a polêmica ainda se fazia presente nas páginas da *Chronica Litterária* que alertava para o surgimento de uma produção escrita que apenas compartilhava com Portugal o uso da língua portuguesa e que caminhava cada vez mais para o seu amadurecimento.

[...] a literatura portuguesa está formada, a brasileira forma-se e muitos poetas ainda hão de nascer antes de ser e para ser completamente formada; chegada porém a esse alto, só terá de comum com a portuguesa a língua, mas não identifica: ela foi anunciada nos Suspiros Poéticos, e está criada mas não está desenvolvida.⁸⁹

Entretanto, alguns colaboradores, entre eles o português Alexandre Herculano, na *Chronica Litterária*, alertavam para o longo caminho a ser percorrido por aqueles que se dedicavam ao cultivo das letras. Em seu parecer sobre a obra *Primeiros Cantos*, de Gonçalves Dias, Herculano observava, ao lado da inspiração tropical, algumas imperfeições, como, por exemplo, o recurso à metrificacão.

Os Primeiros Cantos são um belo livro, são inspirações de um grande poeta. A terra de Santa Cruz que já conta com outros no seu seio, pode abençoar mais um ilustre filho.

[...].

O autor não conhecemos mas deve ser muito jovem. Tem os defeitos do escritor ainda pouco amestrado pela experiência: imperfeições de língua, metrificacão e de estilo⁹⁰.

Em dezembro de 1845, poucos anos antes, Dutra e Mello, redigira uma apreciação acerca da obra *Marília de Dirceu* do poeta árcade Tomaz Antonio Gonzaga, na qual cobrava a ausência de cores nacionais.

Muito se lamenta ainda hoje que um pincel tão doce e harmonioso não tivesse preferido e estampado nas suas obras as virginais e magníficas cores de seu país [...]⁹¹

Em 1850, na revista *O Guaracyaba*, Corrêa de Azevedo analisou os escritos de Joaquim Manuel de Macedo e aconselhou aos literatos, para o bem e progresso da literatura nacional, uma distância dos modelos estrangeiros, em especial do francês. Observemos o seu parecer.

O senhor Dr. Macedo que estreou desde muito na poesia descritiva e que foi sempre inspirado pelo sol brasileiro, faz sentir em suas produções esse ardor de uma imaginação ornada das mais lindas flores de poética feitura.

Ele ama a sua terra, os seus montes, os seus matos, os seus animais, as suas aves e os seus pássaros, e por isso, quando sente é quando escrever.

[...].

Escrevei sempre, todos os vossos escritos são brasileiros, guardai porém sempre o vosso romance do contágio do romantismo francês porque

⁸⁹ *Chronica Litterária*, 18 de junho de 1848, p.195.

⁹⁰ *Ibidem*, 02 de janeiro de 1848, p. 04.

⁹¹ *Nova Minerva*, dezembro de 1845, p. 01.

*o Brasil não carece de mendigar nas ruas de Paris a Balzac e outras cenas para os seus movimentos. Sois poetas e sois romancista brasileiro com a pureza da originalidade*⁹².

É curioso notar que freqüentemente nas revistas, os ensaístas dedicavam um pequeno trecho para justificar o porquê da existência da seção de literatura. Segundo eles, era necessária essa justificativa numa época em que o conhecimento em geral era avaliado pelo seu grau de utilidade social. Desse modo, a literatura deveria também evidenciar a sua utilidade, que, segundo os letrados, era a de exprimir o progresso de uma sociedade. Acompanhemos uma defesa dessa tese utilitária dos escritos literários presente, na *Revista Popular*.

A idéia do belo que os poetas realizam em seus cantos não é uma idéia vã [...] sem utilidade social. Há de durar porque este fato a que chamamos de civilização que é o desenvolvimento progressivo da inteligência humana, todo consiste na realização da idéia do belo em todas as coisas justas e úteis.

[...].

*O belo se apresentará antes de tudo para abonar a civilização do povo que estuda*⁹³

Ao lado da seção de literatura, a maior receptora de artigos e ensaios foi a seção dedicada ao sexo feminino. Com o passar dos anos, era seção voltada prioritariamente para as mulheres, que ganhou destaque e conquistou um lugar fixo nas publicações. Inicialmente, eram ensaios tímidos e curtos; uma vez constatado o sucesso entre o público, passaram a ocupar um número considerável de páginas, e não mais se limitavam à publicação de romances, mas eram dedicados às modas, à etiqueta, e, principalmente, à vida familiar.

Tomemos como exemplo a revista *Álbum Semanal, Chronológico, Litterário, Crítico e de Modas* de 1851. Além de uma seção dedicada a informar sobre moda e etiqueta, ganharam aí destaque inúmeros ensaios assinados por Madame M., que possuíam como foco central a temática da vida familiar e social. Entre os assuntos mais abordados pela ensaísta estão os *conselhos para uma esposa zelosa*, que ocupam dois números consecutivos da revista. Nele o ciúme é compreendido como a ameaça mais funesta para a harmonia familiar. Para escapar de seus efeitos, a autora sugere:

Fuja quanto puder de fazer indagações acerca do viver de seu marido e expele de sua alma o que lhe pode produzir suspeitas dando sempre um sentido favorável aos passos de seu consorte por mais equívocos que lhe pareçam⁹⁴

⁹² *O Guaracyaba*, 08 de dezembro de 1850, p. 97, (grifo nosso).

⁹³ *Revista Popular*, 05 de dezembro de 1859, p.274.

⁹⁴ *Álbum Semanal*, 18 de abril de 1852. Cabe notar que essa publicação não continha a numeração das páginas.

Quanto à vida social, a ensaísta passa três números a explicar como uma dama deve se comportar em festas de gala, e, como deve desempenhar o papel de anfitriã. Eis algumas das sugestões oferecidas às leitoras.

Deve-se ter o cuidado de atender a todos, muito menos as senhoras brilhantes e festejadas do que as esquecidas e abandonadas. Se já forem mães, procure falar-lhes de seus filhos, que é um meio seguro de agradar-lhes: se forem solteiras deve gabar-lhes o seu vestuário: mal ou sempre se acha alguma coisa digna de ser louvada.

[...].

Entre nós já se vai introduzindo o costume de apresentar-se as pessoas umas às outras. Porém não se deve fazer muito oficialmente nem com gravidade inglesa, mas com a graça que a senhora bem educada tem em todas as suas maneiras⁹⁵.

A preocupação com a educação das meninas foi outro assunto que nas seções dedicadas ao *belo sexo* rendeu um expressivo número de ensaios, dessa vez na *Revista Popular*. Ao definir como a missão suprema da mulher a educação dos filhos, o autor Luís de Castro passa a dissertar sobre o modo como deveria ser feita a educação das filhas. A respeito desse assunto, aconselha:

Se a mulher é destinada à casa é preciso que desde a infância se acostume a sentir as delícias da família. O gosto pela vida doméstica não o pode ela adquirir senão na casa paterna, a educação num colégio só em caso de extrema necessidade pode convir. [...]. O primeiro e mais natural ensino para a menina e o que ela com gosto e vontade e quase por si aprende é a costura.

[...].

Ensinaí mães, ensinaí a vossas filhas todos os trabalhos de mão, próprios do seu sexo, ensinaí-as a cortar, a fazer seus próprios vestidos, ensinaí-as a governar uma casa [...]⁹⁶.

Mais adiante, Castro atenta para o grande mal que decorre da instrução excessiva dada às mulheres. Segundo ele, era necessário ser prudente e apenas ensinar o básico, já que o papel natural da mulher era a vida doméstica e qualquer ocupação que não se resumisse ao lar poderia desviá-la dos princípios do Criador.

A instrução não pode ser para a mulher senão um objeto secundário, é um veneno salutar quando administrado em dose conveniente, mas mortal se for dada em excesso porque então desvia-a da sua verdadeira missão; fá-la esquecer a casa para a qual ela foi criada.[...]. Quanto menos livros, melhor. Não, as mulheres não nasceram para sábias, as vigílias, os esforços da inteligência que demanda um estudo sério são fatais aos encantos de tão mimosa criatura.⁹⁷

⁹⁵ Ibidem, 21 de dezembro de 1851.

⁹⁶ *Revista Popular*, 05 de junho de 1859, p. 310.

⁹⁷ Ibidem, p.310.

Anos depois, em 1861, no *Acajá*, um ensaísta que assina como W. questiona-se sobre o modo como alcançar o progresso das artes e encontra a resposta na mulher. No seu entendimento - ao contrário do que defendia Castro na *Revista Popular*, ela era a responsável pelo florescimento e amadurecimento não só das artes, como das ciências e até mesmo da religião. A mulher era considerada como um símbolo da *primazia do gênero humano*, que injustamente fora relegada ao esquecimento e necessitava de instrução.

Não seria possível a existência da religião, a literatura e as ciências seriam vãs quimeras e as belas artes que têm tido por um dos seus fins retratar de mil formas as inúmeras belezas físicas do sexo feminino jamais teria existido no mundo sem a existência de sua origem: a mulher⁹⁸.

Apesar de algumas discordâncias, a maioria dos ensaios está de acordo no que diz respeito à um aspecto: o casamento⁹⁹ como o fim último da mulher. É interessante observar como o casamento é compreendido enquanto um instrumento de civilização e ordem, pois as sociedades nas quais a prática da poligamia era comum, freqüentemente, eram consideradas como atrasadas. A mulher, submetida a tais condições, desviava-se do seu natural destino – o casamento – e passava a constituir uma força retrógrada no desenvolvimento da sociedade.

[...] podemos concluir que sem a instituição do casamento não há civilização possível, porque só pelo casamento são as mulheres chamadas a exercer o seu poder moral e intelectual. Poder da mulher sobre o marido, poder da mãe sobre o filho : desta combinação é resultado toda a sociedade européia.

[...].

No começo do mundo, Deus criou um homem e uma mulher e até hoje os dois sexos tem constantemente existido em igual número: assim pois cada homem deve ter uma companheira – é a lei da natureza –o mais é barbárie e corrupção.¹⁰⁰

O espaço dedicado à publicação de romances também constituiu uma seção importante na estrutura das revistas. Com um significativo número de páginas, que durante meses publicavam predominantemente narrações de cunho histórico e ensaios sobre universo feminino, os romances causaram polêmicas entre os editores, colaboradores e o público. Alguns são acusados de imorais e, portanto, sua leitura é considerada prejudicial, especialmente quando o tema abordado versava sobre as atitudes femininas diante do amor. É o que o autor de um ensaio intitulado *O Romance*, publicado na revista *O Curupira*, em 1853, defende, ao comentar a aversão que essa seção provocava. No entanto, esse autor - que assina como J. F. Novaes- salienta que tal atitude em nada colaborava para o progresso da sociedade,

⁹⁸ **Acajá: Jornal de Instrução e Recreio**, 15 de fevereiro de 1861, p.49.

⁹⁹ Na *Chronica Litteraria*, o ensaísta destaca: “[...] porque no casamento está posta a baliza de todos os desejos, de todos os sonhos e pensamentos de uma mulher”. **Chronica Litterária**, 08 de abril de 1848, p.114.

¹⁰⁰ Tradução feita a partir do original francês *Education des mères de familles*. Ibidem, p.122.

já que o romance, ao retratar as virtudes e os vícios de uma determinada sociedade, possibilitava uma reflexão que contribuía para o melhoramento dos bons modos e costumes dos leitores. A seção, como todas as outras que compunham as revistas, não escapava do ideal instrutivo e, se fazia referência às atitudes compreendidas como impróprias, era com o fim especial de corrigir os excessos: tratava-se, nas palavras de Novaes, de uma *experiência teórica*.

Vasto como a imensidade,[o romance] abrange todas as cenas da vida; exato como a história : descreve-as com precisão e individualidade;- mostra a sociedade sob todas as suas faces sendo um manancial de experiência teórica¹⁰¹.

Percorrer a seção dos romances permite, num primeiro momento, mapear as principais temáticas abordadas pelos autores, e compreender ,em última instância, de que forma os papéis sociais são aí representados. Inicialmente cabe notar que, após a pequena seção de anúncios de novas obras encontra-se o espaço dedicado à publicação, em pequenos fragmentos, de romances, nacionais e traduzidos, nesse último caso, abundam especialmente escritos do francês Alexandre Dumas¹⁰². Direcionados para o público feminino, é comum nos títulos de romances os nomes de mulheres, como *Júlia*, *Claudina*, *Emília*, entre outras.

Nestas histórias, encontramos duas vertentes de representação da figura feminina: inicialmente, surge nos romances a imagem de uma mulher altamente idealizada, possuidora de grande número de virtudes, como a boa educação, a decência, a sobriedade, e que na maior parte das vezes se encontra distante, inacessível ao seu par. É esse o caso, por exemplo, do romance intitulado *Uma vítima do Amor* , publicado no *Acajá Jornal de Instrução e Recreio*, em 1861, que trata dos obstáculos resultantes da distância e do compromisso já firmado da protagonista com outro pretendente. Observemos essa idealização da figura feminina no seguinte trecho da narração:

Mil vezes a sorte de uma mariposa que, buscando saciar o seu desejo, morre nas chamas de uma luz. Nem ao menos minhas asas sentirão o calor dos teus carinhos¹⁰³.

A outra vertente é representada por personagens femininas que prezam pela vida boêmia, desregrada, sendo responsáveis pelos infortúnios que atingem aqueles que por elas se enamoram, como na história de *Claudina*, onde a personagem que dá nome à obra é uma

¹⁰¹ **O Curupira**, 23 de janeiro de 1853, p. 124.

¹⁰² Os romances de Dumas são predominantes nessas publicações, chegando a ocupar mais de um ano o espaço reservado para a publicação de traduções de clássicos da literatura.

¹⁰³ **Álbum Litterário**, 05 de março de 1861, p. 03.

messalina que, após muitos sofrimentos, encontra a sua redenção no amor. Esse é o final dado à maioria desses romances, romances que prendiam a atenção das leitoras por vários meses.

Essa previsibilidade do final da história era uma característica desse tipo de produção, porém, algumas raras vezes escapava-se desse desfecho. O crítico da obra de Teixeira e Souza, por exemplo, não deixou de destacar tal inovação, presente em *A Providência*, divulgada na *Guanabara*.

Os personagens que representam a ação são todos tão importantes que não é sem dificuldade que no meio deles se depara com o herói ; o que julgamos devido à ação que certamente não é o amor como acontece em quase todos os romances. À ação do romance, porém, ligam-se tantos incidentes, amarram-se tantos episódios interessantes, que a intriga do romance torna-se de tal sorte intrincada, que já no fim dele o leitor mais hábil e acostumado a romances não pode prever o desfecho!¹⁰⁴.

No tocante aos personagens masculinos, estes são retratados como os responsáveis pelo sustento da casa, caracterizados como moralmente virtuosos, mas que muitas vezes eram vítimas da *atroz sedução feminina*. Ademais, nos romances de cunho histórico, não faltam adjetivos para destacar o papel masculino no desenvolvimento da sociedade, como é o caso, por exemplo, de um romance que aborda os obstáculos e as vitórias levadas a cabo pelos jesuítas no Brasil dos tempos coloniais, publicado no *Beija Flor*, em 1850. Possuidores das mais altas virtudes, como a coragem, a sabedoria, o patriotismo, esses personagens sobrepunham-se aos homens comuns e eram enaltecidos como o modelo do cidadão ideal. Inúmeras são as referências, nesses romances, aos primeiros colonos, ao monarca D João VI , à D Pedro II e, sobretudo, aos jesuítas, considerados personagens fundamentais no estabelecimento da *civilização* em terras pátrias.

[...] foram eles os verdadeiros conquistadores, tanto no que toca ao espiritual, dominando a vencedores e vencidos, como pelo que respeita ao temporal, obtendo bastante privilégio, donativos e benefícios [...]¹⁰⁵.

Nas páginas seguintes à seção dos romances, deparamos com um espaço especialmente dedicado a narrar a vida de brasileiros ilustres, seção denominada, em alguns casos, de *Brasileiros Célebres*. Nesse pequeno espaço da revista, que na maioria dos casos não ultrapassava duas páginas, encontramos a narração da biografia de brasileiros tidos como exemplares. Em tom grandioso, o ensaísta apresenta aos leitores a história daqueles homens que não mereciam o esquecimento. Por meio da biografia, os letrados buscavam incutir em seus leitores lições de civismo, que possibilitariam a formação intelectual necessária para o

¹⁰⁴ **OGuanabara**, p. 153. Nesse trecho do microfilme não é possível identificar a data de publicação.

¹⁰⁵ **Beija Flor**, 15 de fevereiro de 1853, p.148.

adiantamento do país como um todo, conforme salientavam os editores da *Nova Minerva*, em janeiro de 1846.

E, certamente não há estudo que deixe impressões mais duradouras e que prepare mais o coração para a prática das virtudes que aquele da vida dos homens ilustres, nem tão pouco leitura que ofereça entretenimento mais ameno e instrução mais apropriada ao homem civilizado seja qual for a sua condição e a sua posição na sociedade: que esse espelho mágico da experiência que apresentam a prosperidade ou os infortúnios de outrem.¹⁰⁶

Assim como nos romances históricos, D Pedro II foi o brasileiro que conquistou o maior número de páginas das seções dedicadas aos brasileiros ilustres. Todos aqueles que se empenharam na narração da vida e feitos do imperador são unânimes em destacar, ao lado de suas qualidades de estadista, seu amor pelas letras e pelas ciências. O imperador é retratado como um sábio dos trópicos que aliava o conhecimento e o amor pelo seu país. Não deixavam os letrados de ressaltar a sua condição de homem acima dos comuns, apto a enfrentar uma série de situações adversas, como as revoltas provinciais, ao longo do Império, e a desgastante guerra do Paraguai.

Consideraremos pois a vida de D Pedro II como a vida de um homem pela mão de Deus ou do destino colocado acima dos outros homens para reinar e zelar os seus interesses.¹⁰⁷

Ao lado de D. Pedro II, entre as figuras mais recorrentes no panteão dos brasileiros, está Tiradentes, que foi abordado em três números seguidos da *Acajá*. Após um breve comentário sobre o episódio da Inconfidência Mineira, o autor do ensaio dedica-se a relatar a coragem e outras nobres virtudes daquele que não poderia ser visto como um homem comum, mas como um herói da pátria. Outro personagem histórico colocado no panteão dos heróis brasileiros é Manoel Beckman, aí alçado pelos rumos que tomou a sua tentativa de negociar algumas tarifas com a Corte e, posteriormente, por ser um mártir incompreendido. Eis alguns fragmentos desses verdadeiros panegíricos.

[...] foi uma vítima da volubilidade humana. Manoel Beckman, o ídolo que até pouco antes veneravam, o nome pronunciado por todos como o de um benemérito, o homem por quem dariam a vida, foi em virtude de falsas informações recomendado à prisão e sua cabeça posta a preço!

[...].

Aos dois de novembro de 1685, na Praça do Armazém, hoje da Trindade divisou-se o cadafalso erguido a espera dos mártires da liberdade e do povo.[...]. Beckamn, que, com a maior tranqüilidade subiu os degraus dessa civilizadora e humanitária invenção, declarando antes de entregar a

¹⁰⁶ *A Nova Minerva*, janeiro de 1846, p.01.

¹⁰⁷ *Estrela do Ocidente*: Periódico Semanal Instructivo, Crítico e Litterario, Rio de Janeiro: Typographia Clássica de F. A. de Almeida, s/d, p.113.

cabeça ao algoz não só perdoar as injúrias recebidas como igualmente que dava contente a vida pela futura felicidade do povo maranhense¹⁰⁸.

Esse homem que nada hesitou para gozar a liberdade, esse homem que sacrificou o que tinha de mais precioso, pelo amor que consagrou à sua pátria, esse homem teve coragem bastante para praticar um ato que ele sabia que acarretaria sobre si o ódio implacável dos tiranos (nossos opressores) mas que era o único meio dele concorrer para a liberdade da pátria, esse homem que por tantos títulos merece uma página na nossa história escrita com distinção, esse homem que foi a primeira vítima da nossa emancipação política. [...]. Um homem de sentimentos mais nobres, de uma alma tão elevada não é um homem comum. É um grande, é um herói¹⁰⁹.

Por fim, na estrutura dessas revistas não podemos deixar de mencionar a seção de *Variedades*, que tratava dos mais diversos assuntos em uma mesma página, desde notas sobre as viagens de homens ilustres, até pequenos pensamentos, passando por notícias acerca das últimas descobertas científicas e considerações sobre culturas de outros países.

Com relação a esse último aspecto, cabe salientar o grande número de ensaios que dissertavam sobre as mais diversas culturas, como a chinesa, a francesa e a muçulmana, por exemplo. Nesses fragmentos, que muitas vezes eram originários de anotações de viagem, os leitores eram informados sobre os costumes, os modos, a culinária e as crenças de distintas culturas e até mesmo sobre o seu comportamento social, como, por exemplo, num longo ensaio publicado na *Revista Popular* sobre os modos da mulher em diferentes países. O autor, Luís de Castro, destaca a condição subalterna da mulher em diferentes locais, como na Inglaterra, onde a legislação não reconhece a mulher enquanto indivíduo, ou na China, onde a viuvez é perpétua, sendo comum os casos de mulheres que se matam imediatamente após o falecimento do marido.¹¹⁰ Outros assuntos de destaque dessa seção eram as inovações, como o aparecimento de máquinas de costura americanas, que recebeu longos elogios dos redatores da *Revista Popular*, em 1862. Apesar de seu espaço ser menor se comparado com as outras seções, coube a seção de anedotas a divulgação de episódios cômicos que somados às charadas e às cartas enigmáticas, proporcionaram divertimento aos leitores, que percorriam as páginas da história, da literatura, da poesia, do romance, da biografia e, finalmente, concluíam a leitura das revistas com uma seção que, ao promover o riso, não deixava de lado a instrução:

¹⁰⁸ **Acajá...**, 31 de agosto de 1861, 23..

¹⁰⁹ *Ibidem*, p.27.

¹¹⁰ Castro elaborou para essa seção curiosas observações sobre a condição da mulher em várias partes do globo. Esse autor - que se destaca como o principal colaborador da seção dedicado ao belo sexo - assim se pronunciou a respeito da condição feminina na China: “ O homem é o chefe e deve mandar, a mulher lhe é sujeita e deve obedecer. Esta sujeição é perpétua: solteira, ela deve obediência a seu pai; na falta deste a seus irmãos; casada, deve-a ao marido, e viúva fica sob a inspeção e guarda do filho mais velho. [...]. Fora de casa, não deve ela ter negócios ou cuidados de qualquer natureza que sejam[...]Não deve dormir jamais sem luz.[...]. **Revista Popular**, 20 de junho de 1859, p. 213.

Um marquês, muito ignorante, convidou duas senhoras para irem ao observatório de Paris, onde o célebre Cassini deveria fazer a observação de um eclipse de sol. Chegando lá, o eclipse já se havia realizado, e, ao saber que era muito tarde e que tudo estava acabado, o marquês acrescentou: Subam, minhas senhoras, Monsieur Cassini é meu amigo e espero que tornará a principiar para me obsequiar¹¹¹.

Apresentando certo poeta uma tragédia a Piron, este, a cada verso que via que não era dele, tirava o chapéu, o que fazia a cada momento. Vendo isto o novo autor, perguntou a Piron qual era a razão porque obrava daquele modo. É, respondeu ele, porque tenho o costume de cumprimentar todos aqueles que são meus conhecidos.¹¹²

2.2 Os Colaboradores

Responsáveis pelas temáticas postas em discussão nas seções das revistas, os colaboradores-autores destacavam-se pelo seu caráter engajado e pela vastidão dos assuntos que despertavam seus interesses. Desse modo, não se dedicaram a colaborar somente na sua área de predileção, ao contrário, enveredaram por uma gama variada de assuntos, como foi o caso de Torres Homem, que ao lado da literatura redigiu ensaios sobre a escravidão, além de colaborar na seção sobre os avanços da biologia. Engajados porque acreditavam que somente por meio de uma atuação forte e ativa dos intelectuais poderia a cultura brasileira avançar. Era a missão que lhes cabia e que serviria como espólio para as gerações futuras¹¹³.

Tais homens, ao desempenhar com afinco a referida missão, produziram um expressivo número de discursos, ensaios, resenhas e artigos, que, somados, dão uma idéia do espaço que ocuparam na vida cultural oitocentista. Escrever sobre diferentes ramos da ciência, propagar o conhecimento¹¹⁴ para um número cada vez maior de leitores, combater o atraso das idéias que emperravam o progresso do país e, por fim, consolidar um espaço para reflexão das *coisas públicas*, tais eram os objetivos a serem atingidos pelos letrados brasileiros desde o lançamento da *Nitheroy*, em 1836.

¹¹¹ **Brazil Litterário**, 07 de abril de 1849, p.08.

¹¹² **O Beija Flor**, 07 de abril de 1849, p. 08.

¹¹³ “Um certo número de homens virtuosos serve de modelo a seus contemporâneos; eles são úteis à sociedade não somente durante sua vida, mas ainda depois dela, pelo exemplo que eles deram, pois que se pode dizer: a morte de um homem virtuoso assemelha-se ao fim de um belo dia, que do passado nos deixa em doce impressão e nos anima para o futuro”. **Nova Minerva**, março de 1845, p.105-6.

¹¹⁴ De acordo com o *Ensaio econômico sobre o influxo da inteligência humana na riqueza e prosperidade das nações* de José da Silva Lisboa publicado na *Revista Popular*: “Se os governos se convencessem que da superioridade da inteligência é que vem a progressiva riqueza e prosperidade das nações, e ainda a maior e mais durável potência dos impérios, e que da multiplicidade de inteligências nos inumeráveis ramos de emprego, de que se compõe a indústria humana e o extenso conhecimento das imutáveis relações de tudo o que concorre a aperfeiçoar o entendimento e reger as paixões resulta outra ordem de sociedade[...]” (grifo nosso). **Revista Popular**, novembro de 1859, p.41.

No entanto, muitas eram as dificuldades que se apresentavam para aqueles que se engajaram nessa tarefa¹¹⁵, como podemos perceber num esboço da trajetória do literato, publicada na *Chronica Litterária* e na *Revista Popular*, em 1848 e 1860, respectivamente.

[...]. Entramos na vida, cheios de fogo, de esperanças; mas apenas damos um passo para o nosso fim, a experiência e a luta dissipam as nossas ilusões risonhas, esclarecem os desgostos espalhados pela estrada e nos mostram o prolongamento, a incerteza do resultado. Este é o resultado comum, e ninguém pode se livrar dele.

[...]. porque profissão alguma é tão cheia de dissabores, de privações, de obstáculos, como a aventureira, a árdua profissão do homem de letras¹¹⁶.

No Brasil, as vocações nascentes definham tristemente por falta de animação. Primeiro que uma inteligência terna rompa com as espessas camadas de indiferentismo e torne suas produções conhecidas tem de vencer as dificuldades terríveis, prevenções desfavoráveis. Seus primeiros esforços, fracos e impotentes passam despercebidos quando não os acolhe a má vontade de críticos improvisados ou o despeito da mediocridade. [...].

[...].

Entretanto, o literato é o rei do futuro.[...]. Fala ao futuro pela voz da verdade, quebra as leis do tempo e, proclama seus oráculos até à mais remota posteridade.[...]. Sua missão abrange horizontes mais vastos. Pelo poder da inteligência ele triunfa da lei do tempo e suas idéias alcançam os séculos mais remotos.¹¹⁷ [...].

Entre as causas comumente enumeradas como responsáveis pelas dificuldades para o progresso das letras no país encontravam-se a indiferença e a lisonja. A primeira se fazia presente por meio dos críticos que tolhiam os jovens letrados.

A nascente crítica, a propósito, também tinha um espaço reservado nas revistas, espaço comumente denominado *bibliografia*, onde eram divulgadas as obras dos letrados nacionais com destaque para a participação de A. F. Dutra e Mello, o maior colaborador nessa seção. A apreciação das obras era sempre pautada pela presença de elementos e caracteres entendidos como constituintes de um caráter nacional, ou dito de outro modo, pelo comprometimento com as *coisas pátrias*. Dessa maneira, qualquer produção escrita que

¹¹⁵ Sobre o empenho dos letrados no desempenho da missão que se auto-intitularam vale destacar o seguinte trecho: “Começamos o nosso segundo ano sob os melhores auspícios, dizíamos nós, não porque tínhamos vencido as dificuldades inerentes a este gênero de escritos, mas porque experimentamos a benevolência do público e contraímos grande número de colaboradores cujos trabalhos não sem muito prazer deixamos estampados em nossas colunas. Nós lhe agradecemos profundamente a cooperação que nos prestaram para que a esta nossa folha se sustentasse até agora, e esperamos de sustentar ainda, graças ao amor que tem as letras e ao desinteresse que os anima”. **Beija-Flor**, maio de 1849, p. 1-2.

¹¹⁶ **Chronica Litteraria**, 02 de julho de 1848, p.209.

¹¹⁷ **Revista Popular**, 05 de janeiro de 1860, p.92-3.

apresentasse alguma característica que comprometesse esse ideal, como, por exemplo, o uso de modelos estrangeiros ou o recurso à mitologia, era alvo de severas críticas.¹¹⁸

A lisonja, não obstante ser constantemente apontada como um dos empecilhos com que se deparavam os letrados, constituía uma característica do meio cultural local, segundo a opinião dos próprios intelectuais. Tratava-se da tendência ao elogio entre letrados que faziam parte, por exemplo, de uma mesma associação literária. No *Álbum Litterario – Periódico Instrutivo e Recreativo* de 1860, um anônimo sentencia:

A lisonja, incenso corrupto que se queima no altar da estupidez, tributo que ao ouro rendem corações prostitutos, tece coroas de louro ao ignorante e instila gotas de fel na alma do gênio¹¹⁹.

Assim, por mais nobres que fossem os desejos de contribuir para o progresso do país, eles não eram suficientes para garantir o sucesso da empreitada. Era necessário, para o êxito da missão, um apoio que possibilitasse as condições fundamentais para o desempenho com vigor de tais atividades. E não houve melhor apoio para isso do que o dado pelo monarca, como reiteradas vezes sugeriam os editores do *Indicador da Utilidade Pública*, em 1836.

Para que as artes comecem a ter uma vida regular e floresçam pouco a pouco, para que elas espalhem o seu benigno insuflor na moral pública e na indústria, é necessário que a família artística tenha um ponto de constante apoio no país, e este ponto é o governo: o artista é precisamente aquele homem da Escritura que não vive só de pão¹²⁰.

Comumente descrito pelos seus contemporâneos como um *amante das letras e das ciências*, o monarca Pedro II foi uma personagem de destaque nesse cenário e desempenhou o papel de o grande incentivador da elevada missão de tornar o país um exemplo de progresso e civilização. Além de presidir sempre que possível as sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹²¹, Pedro II estimulou o surgimento e proliferação dos periódicos. Em uma de suas anotações, de 1861, declarou:

Leio constantemente todos os periódicos da Corte e das províncias os que, pelos extratos que dele se fazem, me parecem mais interessantes. A tribuna e a imprensa são os melhores informantes do monarca¹²².

¹¹⁸ A apreciação da então nascente crítica era muitas vezes considerada como prejudicial para o desenvolvimento de novos talentos literários já que, no julgamento de alguns letrados “não deixa amadurecer as idéias, não espera, julga prontamente, fatiga-se, desacoroça [...]”. A crítica se esquece de que ela ainda está no berço, e em vez de limitar-se a dirigi-la, açouta-a com os séculos-modelos, exige em demasia e depois queixa-se e prediz o ocaso da poesia.” *Nova Minerva*, dezembro de 1845, p.06-7.

¹¹⁹ *Álbum Litterário*..., 15 de novembro de 1860, p.58.

¹²⁰ *O Indicador da Utilidade Pública*, 1836, p.67.

¹²¹ “ Sua Majestade, o Imperador tem continuado a honrar com a sua augusta presença as sessões do IHGB. Este fato e a maneira singela porque é executado é um testemunho das eminentes qualidades de um tão alto príncipe e o quanto o monarca americano se empenha pelo progresso das luzes no seu nascente Império. *O Guanabara*, p 264.

¹²² Apud CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.79, (Coleção Perfis Brasileiros).

Os editores, inclusive, reservavam, na primeira página de lançamento das revistas, um agradecimento especial ao *mecenas* brasileiro. Acompanhemos, a seguir, alguns trechos acerca da participação do monarca na vida cultural ao longo do século XIX. O primeiro, publicado na *Guanabara* de 1850, agradece à D. Pedro II pelas reformas feitas na sala de estudos do IHBG. No trecho seguinte, os editores de *O Espelho – Revista de Literatura, Modas, Indústria e Artes* destacam o apoio do Imperador à iniciativa de publicar a revista em 1859.

Sua Majestade, o Imperador, dignando-se há tempos de fazer uma visita a sala onde o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro faz as suas sessões ordinárias, mostrou-se descontente da mesquinhez do lugar e ordenou imediatamente ao seu mordomo que mandasse preparar uma sala digna daquela sociedade que tão bons serviços está fazendo ao país. [...].

Um novo ser se despertou em nossa alma; sentimos um justo orgulho de pertencer a uma nação que é dirigida por um príncipe tão nobre e espontaneamente se desenvolve; e que planta com sua própria mão as balizas desse futuro que havíamos entrevisto nos nossos sonhos dourados [...].

Ah, não! Não foi tempo perdido para o Brasil e para a glória aquelas horas empregadas tão dignamente e que tanto hão de frutificar [...].¹²³

O Jornal, disse algures um dos nossos irmãos pelas letras, é a democracia prática pela inteligência [...]. Com esta convicção no espírito, entramos nós na arena. De um lado, a proteção pública, do outro lado, a proteção imperial, caminharemos embalados por estas duas afeições, ambas valiosas, legítimas ambas.¹²⁴

O apoio dado pelo monarca ao florescimento das letras e artes no país moldou o espaço ocupado pelos intelectuais oitocentistas que se reuniram ao seu redor. Essa vinculação é característica desse momento da história do país onde inúmeras vezes os letrados se viram propensos não somente à vida literária mas também à vida política. A bem da verdade, tal prática era comum entre os homens de letras, como elucida o seguinte trecho de uma revista da década de sessenta:

Há uma época na vida, cheia de fé, rica de esperança em que a mocidade, virgem do contato do mundo, crê no futuro das letras porque tem no seu peito um culto erigido à vontade. Mais tarde, porém, lá vêm as preocupações do presente, a exigência da vida prática, e o jovem que antevira uma perspectiva brilhante na carreira das letras, esquece o culto da verdade, o sacerdócio da inteligência pelas aspirações da ambição. *Seus olhos, desviados da região serena do pensamento contemplam fascinados os embates tempestuosos da vida pública; e o literato troca as fecundas lucubrações da inteligência pelas lutas agitadas e não poucas vezes estéreis da política.*

¹²³ *O Guanabara*, setembro de 1850, p.38.

¹²⁴ *O Espelho*, 04 de setembro de 1859, p. 03.

[...].

Assim são as vocações nascentes no Brasil. Desabrocham hoje no meio da crença e do entusiasmo para finarem-se amanhã nos terríveis desenganos da vida prática¹²⁵.

Como atentou o ensaísta da *Revista Popular*, tal configuração do ambiente intelectual era resultado dos seus próprios limites. As páginas das revistas são insistentes em afirmar os exíguos rendimentos oriundos da vida literária, situação essa que obrigava os letrados a investirem paralelamente em uma outra função para a sobrevivência, como confessa um dos colaboradores da *Guanabara*, em 1854:

Ninguém vive entre nós de ser homem de letras: todos têm suas ocupações com que granjeiam o pão cotidiano: deixando-lhes estas mui poucos lazeres para se entregarem as lucubrações literárias. A acumulação de empregos indispensavelmente entre nós em razão dos nossos mesquinhos ordenados absorve-nos o tempo que poderíamos dedicar ao estudo e daí a esterilidade de algumas penas que poderiam aliás ser tão fecundas.¹²⁶

Desse modo, o caminho comumente trilhado era o desempenho de funções públicas, como ocorreu com muitos dos colaboradores das revistas em questão. Somada a essa dificuldade resultante dos modestos rendimentos da atividade de letrado, a própria formação desses homens propiciou a rápida absorção no funcionalismo público.

Na sua grande maioria são bacharéis formados em Direito e, como observou o historiador José Murilo de Carvalho,¹²⁷ estavam aptos a ocupar altos cargos no Estado, como a magistratura, por exemplo. Ainda com base nos estudos de Carvalho, a educação superior garantiu certa homogeneidade à elite política, que era formada majoritariamente por profissionais liberais: advogados, jornalistas, engenheiros, médicos, entre outros. Uma rápida incursão sobre os principais colaboradores das revistas corroboram com essa tese.

No entanto, antes de nos ocuparmos desse assunto, uma ressalva se faz necessária: devido ao grande número de colaboradores, decidimos selecionar aqueles cuja presença nas revistas é mais freqüente; são colaboradores mais assíduos nas seções, raramente redigem um ensaio ou artigo, ao contrário, escrevem para várias seções, e algumas vezes, a sua presença predomina nas páginas de uma determinada publicação, como foi o caso, por exemplo, de Joaquim Norberto de Souza na *Revista Popular*, ou de Dr. Valdez na *Nova Minerva*.

Entre os principais colaboradores cabe destacar, inicialmente, a figura de Domingos José Gonçalves de Magalhães¹²⁸, que ditou o tom das discussões que tinham como temática a

¹²⁵ **Revista Popular**, 05 de janeiro de 1860, p.91-2. (grifo nosso).

¹²⁶ **O Guanabara**, 01 de setembro de 1854, p.321-2.

¹²⁷ CARVALHO, José Murilo de. **O Teatro das Sombras**. Rio de Janeiro: Relume, 1999.

¹²⁸ Fundador da Nitheroy, foi colaborador de várias revistas, entre elas, da *Revista Popular*.

literatura nacional. Desde o seu ensaio sobre a história da literatura do Brasil, publicado na revista *Nitheroy* em 1836, o nome de Magalhães é uma referência nas revistas do período para todos aqueles que se dispunham a refletir sobre a construção e escrita de uma cultura brasileira, logo o domínio de Magalhães, ou melhor, das idéias postuladas por ele é visível no espaço dedicado à análise do futuro das letras no país.

Sua formação, sua participação na vida política, ou melhor, sua trajetória ilustra o caminho comumente seguido pela maioria dos letrados oitocentistas: diplomado em Medicina, exerceu o cargo de professor no colégio Pedro II, além de atuar como deputado pela província do Rio Grande do Sul, anos mais tarde, ocupou o cargo de governador. A vinculação entre as belas letras e a política foi coroada com os títulos de Barão e Visconde do Araguaia, concedidos pelo Imperador Pedro II.

Uma outra presença muito marcante nas revistas foi a de Joaquim Norberto de Sousa e Silva que, seguindo os passos de Magalhães, buscou traçar as linhas mestras de uma história literária, o *Bosquejo* publicado entre os anos de 1859 à 1862 nas páginas da *Revista Popular*. Membro do IHGB - chegou inclusive a ser presidente da instituição - , Norberto redigiu uma *História da Conjuração Mineira*, realizou pesquisas sobre os costumes indígenas e, escreveu algumas peças de teatro e romances, além de dedicar-se à tradução de alguns autores franceses como, por exemplo, Molière.

Outro colaborador cujo nome é constante nas páginas das revistas é o de Francisco Sales Torres Homem. O intelectual participou, ao lado de Gonçalves de Magalhães, da fundação da *Nitheroy* e, anos mais tarde, em 1843, se dedicou à *Minerva Brasiliense* onde foi responsável pela seção de literatura e de ciências, além de redigir alguns ensaios de cunho econômico. Paralelamente à atividade literária, ocupou, ao longo dos anos, os cargos de deputado, senador, ministro da Fazenda e presidente do Banco do Brasil. Juntamente com Torres Homem e Gonçalves de Magalhães encontra-se João Manuel Pereira da Silva, que além de colaborar na *Nitheroy*, dedicou-se à seção de bibliografia, de leitura, crítica e sugestões de obras recém - lançadas da *Revista Popular*. Além de crítico literário, Pereira da Silva¹²⁹ era tradutor e historiador – publicou entre outras obras, a *História da Fundação do Império, Segundo Período do Reinado de D. Pedro I, História do Brasil de 1831 à 1840*; quanto à vida política, elegeu-se senador no final da década de 80 do Oitocentos.

¹²⁹ “Chamamos a atenção dos nossos leitores para o Plutarco Brasileiro que o Sr. Dr. João Manuel Pereira da Silva vai publicar. Não se pode negar que é um grande serviço que o sr. Pereira da Silva faz ao país, tirando do olvido esses ilustres brasileiros que tanto honraram o seu país”. *Nova Minerva*, abril de 1847, p.08.

Aliás, a associação entre os letrados – como a empreendida por Magalhães, Torres Homem e Pereira da Silva na *Nitheroy* – era comum nesse período. Anos depois, em 1849, surgiu a revista *Guanabara*, que contava entre seus editores com Manuel Araújo Porto Alegre, Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo. Esse último, além de médico, foi jornalista, professor do colégio Pedro II, membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e do Conselho Diretor de Instrução Pública da Corte em 1866. Colaborou intensamente com a tradução e escrita de inúmeros romances, comédias e óperas, cujas estréias eram sempre amplamente saudadas pelos críticos e pelo público.

No teatro de São Pedro representou-se uma ópera composta pelo Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo intitulada *O Fantasma Branco* que foi vivamente aplaudida pelo público: é um triunfo a nova produção do autor de *A moreninha*, do *Moço Loiro* e de *Dois Amores*[...] ¹³⁰

Gonçalves Dias, que também era jornalista e fazia parte do corpo docente do colégio imperial Pedro II, realizou inúmeras viagens pelo Brasil – com o fim especial de analisar as possibilidades mineralógicas da região norte - e pela Europa, sempre a mando do governo imperial, além de participar ativamente de periódicos como o *Jornal do Commercio*, a *Gazeta da Corte*, *Chronica Litterária*, entre outras publicações. Ao lado de Joaquim Manuel de Macedo, Dias era um dos letrados comumente identificados pelos críticos da época como uma das *grandes promessas nas letras nacionais*.

Já Manuel Araújo Porto- Alegre – também um dos fundadores da *Nitheroy*, além de contribuir na *Minerva Brasiliense*, foi responsável pela *Guanabara* onde dissertou sobre a arte musical, a literatura e o teatro no Brasil. Porto- Alegre integrava também o extenso rol de colaboradores da *Revista Popular*, assim como Luiz de Castro, Antonio Feliciano de Castilho, Justiniano José da Rocha, o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, Homem de Melo, Francisco de Paula Brito e Francisco Adolfo de Varnhagen entre outros.

Varnhagen – que ficou mais conhecido por sua contribuição no campo dos estudos históricos – era sócio-correspondente da Academia de Ciências de Lisboa e do IHGB, além de exercer o cargo de diplomata na Espanha, Paraguai, Venezuela, Chile, Peru e Países Baixos, onde, em contato com arquivos e bibliotecas compilou documentos e elaborou diversas obras como *História geral do Brasil*, *História das Lutas contra os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Ao lado de ensaios de cunho histórico, elaborou artigos sobre a situação literária no país, assunto do qual se ocupou também o cônego da capela Imperial Joaquim Caetano

¹³⁰ O *Guanabara*, p.264.

Fernandes Pinheiro, autor de um *Curso Elementar de Literatura Brasileira*, publicado em 1862, cuja história de elaboração é assim apresentada nas páginas iniciais da obra.

Quando, em 1857 fomos nomeados professores de retórica, poética e literatura nacional do Imperial Colégio Pedro II, reconhecemos praticamente a falta de um compêndio adaptado à última parte do nosso curso. Para preencher esse vazio, tomamos sobre os nossos débeis ombros uma empresa que a outros melhor caberia; e o resultado é ora o que apresentamos ao público [...]¹³¹.

Justiniano José da Rocha, por sua vez, dedicou-se à um espectro variado de atividades: do jornalismo enveredou para a ficção e a crônica, além de colaborar em inúmeros periódicos e traduziu o romance *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, para a *Revista Popular*.

Se a seção dedicada às belas letras contava com grande número de colaboradores, o mesmo não ocorria, por exemplo, com a seção voltada para as ciências médicas, cujo principal colaborador era Francisco de Paula Brito. Médico formado na França, Paula Brito era professor de física médica, terapêutica e química na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1833, membro do IHGB e da Academia Filomática de Paris, sócio honorário da Academia de Belas Artes. Paralelamente à atividade de deputado provincial, ocupou o cargo de presidente da Junta Central de Higiene Pública, no ano de 1855, empenhando-se no combate à epidemia de cólera que então assolava a província do Rio de Janeiro.

Ao lado desses nomes que figuraram de forma predominante nas diversas revistas que circularam nesse período, cabe destacar também José Manuel Valdez e Palácios, que comumente assina os artigos como Dr. Valdez. De nacionalidade peruana, Valdez, formado em Direito, sócio do IHGB, redigiu inúmeros ensaios e artigos que, na sua maioria, abordavam temáticas relacionadas como o universo feminino. Aliás, a participação de estrangeiros nas revistas é notável: Émile Adet, por exemplo, participou da *Minerva Brasiliense*, onde escrevia sobre literatura e teatro. Redigiu uma série de artigos em que destacava a contribuição francesa em vários campos do conhecimento produzidos no Brasil, especialmente na literatura. Ouçamos algumas de suas conclusões:

Percorrendo-se o círculo dos conhecimentos humanos no Brasil, vê-se que a França é a nação que mais tem contribuído neste século para o rápido progresso civilizador deste império. Descobre-se no seu desenvolvimento intelectual, debaixo de todas as modificações que são inerentes ao caráter nacional, a idéia francesa dominadora. Portanto, percorra-se o campo da política, e distinguir-se-ão fragmentos do sistema francês; explorem-se as ciências, físicas ou naturais, sociais ou filosóficas, incomensuráveis domínios, a idéia francesa é que sempre

¹³¹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Curso Elementar de Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, Garnier, 1862, p.13.

aparecerá.[...]. Com referências às artes industriais, às modas, máxima à literatura nascente da época presente, é o Brasil discípulo da França¹³².

No exercício de crítico teatral, Adet sentenciou:

Um bom teatro é um foco de civilização em que um povo se pode instruir, os ricos procurar um assunto sério e proveitoso de conversação, em que os homens estudiosos podem achar distrações, meditar, e às vezes desenvolver seu talento¹³³.

Havia ainda, a participação – embora menos freqüente – de outros letrados como foram os casos de Viriato Bandeira Duarte, Bernardo de Sousa Franco e Aureliano de Sousa e Oliveira, colaboradores, respectivamente da *Ilustração Brasileira*, do *Beija-Flor* e da *Abelha*. Viriato, que redigiu boa parte dos comentários sobre os romances publicados pelos escritores românticos, foi Juiz Municipal em São Luís do Maranhão, Auditor Geral da Marinha, em 1864, Desembargador, Chefe da Polícia da província do Mato Grosso e deputado, entre 1853 e 1866. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, além de juiz de órfãos, foi Ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros, entre os anos de 1840 e 1841 e, senador do Império, entre 1843 à 1855.

Nessa breve incursão pela trajetória de alguns dos colaboradores das revistas é possível perceber a presença de alguns elementos comuns: em primeiro lugar, o exercício de inúmeros cargos políticos, desde o cargo de deputado provincial até o de conselheiro e senador do Império¹³⁴ – esse último representava uma espécie de coroamento para aqueles que enveredavam pela vida pública. A concessão de títulos honoríficos também abunda nesse cenário : quase sem exceção, todos os colaboradores foram agraciados com títulos de Visconde ou de Barão pelo Imperador. Outra característica que se detecta nesse mapeamento do intelectual oitocentista é sua participação não apenas em mais de uma publicação, mas também em associações e agremiações literárias e culturais.

Neste período, inúmeras associações e sociedades foram fundadas com o fim especial de servirem como mola propulsora para o desenvolvimento das letras, ciências e artes, como a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, da qual, Torres Homem, por exemplo, foi membro. Anos mais tarde, essas associações entre homens de letras – que não necessariamente moravam no país - deram origem a inúmeros jornais e revistas, algumas com mais de sessenta colaboradores, como foi o caso da *Revista Popular*.

¹³² **Minerva Brasiliense**, 15 de novembro de 1843, p.80

¹³³ *Ibidem*, 01 de novembro de 1843, p.121.

¹³⁴ O cargo de senador durava em média quinze anos.

Apoiados pelo poder imperial, seja na forma de patrocínio para viagens ao exterior ou para publicação de obras, seja por meio do exercício de um cargo público – que muitas vezes eram ocupados por longos anos, os letrados superavam assim os problemas decorrentes dos exíguos rendimentos da atividade literária e consolidaram sua presença junto ao imperador. Ao desempenhar mais de um cargo, esses letrados procuraram, unir o útil ao agradável. Por maiores que fossem os elogios atribuídos ao monarca, os letrados insistiam que as condições estavam longe das ideais.

Em 1864, os responsáveis pelo *Cysne – Jornal Litterário* defenderam durante mais de dois meses a fundação de uma sociedade protetora dos Homens de Letras: uma instituição que a cada ano premiaria aqueles que se destacassem, estimularia os homens de letras em atividade e incentivaria aqueles que desejassem ingressar nesse universo:

Eia, pois um esforço! Faça-se alguma coisa em favor desses pobres operários do pensamento, uma simples tentativa que demonstre ao menos a boa vontade da parte daqueles que dirigem os negócios deste país [...]. Por que não teremos uma instituição adaptada a premiar o mérito dos bons escritos e a fazer por esse modo adeptos ao melhoramento intelectual, como acontece em outros países¹³⁵!

Outro apelo que aparece, desta vez na *Nova Minerva*, é para a criação de instituições de ensino, como Liceus, Academias e Universidades. De forma insistente, os letrados advogam a criação de um número cada vez maior de espaços dedicados à difusão do saber, com o fim especial de suprir as lacunas que ainda se faziam presentes e obstavam o futuro nacional, como podemos depreender do seguinte trecho:

Uma Universidade além das Academias, Cursos, Liceus e aulas atuais preencheria muito esse vácuo imenso que ainda existe em nosso orbe literário; e que é de tanto mais urgência quanto é certo que o nosso colossal país deverá um dia, pelas suas proporções avantajadas ocupar um grau distinto entre as mais adiantadas nações do globo: e que se ainda não atingiu é quiçá porque não tem dado maior impulso às ciências e artes, fonte de sua riqueza [...]¹³⁶.

Anos antes, em agosto de 1848, na *Chronica Litterária*, Viriato Bandeira Duarte queixava-se das grandes somas concedidas para outras atividades, especialmente para as industriais, e alertava que um país não era feito somente com grandes obras arquitetônicas, mas também com idéias que davam o seu quinhão de contribuição para o avanço do

¹³⁵ *O Cysne*, 01 de junho de 1864, p.05.

¹³⁶ *Nova Minerva*, p. 128 . O microfilme apresenta falhas que impossibilitam a identificação da data.

país.¹³⁷No entanto, nos anos seguintes, nenhuma nota ou artigo informava se tal sugestão logrou êxito.

A frequência da participação dos colaboradores nas revistas era variada. Em alguns casos, como na *Revista Popular*, os escritos de Joaquim Norberto Silva e Sousa ocupavam toda a sessão de literatura, com cinco ensaios, por exemplo; outros colaboradores contribuíam com apenas um ensaio, como Manuel de Araújo Porto Alegre, na *Guanabara*..

Entre os principais colaboradores cabe destacar, por exemplo, ao lado de Joaquim Norberto de Sousa e Silva na *Revista Popular*, Dr. Valdez na *Álbum Semanal e Nova Minerva*, Torres Homem na *Minerva Brasiliense*, Luís Castro e Moreira de Azevedo na *Revista Popular*, entre outros. Os assuntos prediletos abordados pelos letrados são, ao lado da literatura nacional – que ocupou boa parte das revistas, estudos de cunho etnológicos-históricos, como foi o caso, por exemplo, dos ensaios realizados por Joaquim Norberto da Silva e Sousa, para a *Guanabara*, que versavam sobre a língua e costumes indígenas, artigos que renderam, anos mais tarde, uma modesta antologia da poesia indígena.

Um colaborador que figura com um respeitável número de ensaios, artigos e comentários nas publicações é Francisco Sales Torres Homem. Enquanto Norberto dedicou sua atenção prioritariamente para os modos e costumes indígenas – tudo isso com o fim especial de estabelecer uma origem para a literatura nacional -, Torres Homem priorizou as temáticas do avanço das ciências e do uso da mão de obra escrava. Como boa parte dos intelectuais do período, o visconde de Inhomirim se mostrava entusiasmado com o advento das máquinas, com os avanços da biologia e com a difusão dos conhecimentos científicos, como podemos perceber no balanço que realizou sobre o século XIX, publicado no número de estréia da *Minerva Brasiliense*, em 1843 :

É somente em nossos dias que se tem feito notar uma geral mudança na direção das ciências : noutras épocas elas apresentavam uma marcha altiva e orgulhosa : absorvidas na grandeza de suas abstrações, pouco se cuidava em prestá-las ao serviço prático da espécie humana, aplicando-se às artes úteis. Daí provinha que estas, sem princípios racionais, se guiavam apenas por uma espécie de instinto empírico.[...] *a nossa idade terá a glória de haver tirado a ciência de suas compreensões egoístas.* [...]a imprensa tornou em nossos dias a leitura popular, o pensamento universal, continuou a revolução que o Evangelho tinha começado; deu a todos o que outrora só aos grandes e aos ricos se distribuía[...]. De todos os inventos porém de nossos coevos é sem dúvida a navegação a vapor a mais importante, o mais fecundo, o mais rico em promessas¹³⁸.

¹³⁷ O colaborador da *Brazil Litterário* assim se pronuncia acerca dessa temática: “Lembremos-lhes que o progresso e a grandeza das nações não se limita somente ao aparato das armas e acumulação de dinheiro; depende também da ilustração de seus súditos”. **Brazil Litterário**, 01 de junho de 1864, p.06.

¹³⁸ **Minerva Brasiliense**., 01 de novembro de 1843, p.07.

Torres Homem também defendeu, para *o bem do futuro do país*, como dizia, a substituição gradual da mão de obra escrava pela europeia e assalariada. Seu primeiro ensaio voltado para o tema foi publicado já em 1836, na *Nitheroy*; anos depois a temática reaparece na *Minerva Brasiliense*, na *Guanabara*, na *Nova Minerva* e na *Revista Popular*. O tom geral desses ensaios confirmava o veredicto do editor-chefe da *Minerva Brasiliense*: se o extenso uso de mão de obra escrava permanecesse, consequências funestas para o Brasil poderiam ser esperadas. A solução encontrada pelos letrados foi a defesa e intensa propaganda da vinda de colonos europeus. Esse era o projeto que tinham para o futuro do país. No entanto, na década de 50¹³⁹, com a crescente pressão inglesa, a situação se mostrava cada vez mais frágil: era necessário prudência e organização para conquistar colonos, como aponta a *Revista Popular*:

Introduzir colonos no Brasil, sem saber que fazer com eles, não só é inútil mas até danoso pois que estes colonos jamais serão contentes tendo sido recrutados sob a fé de promessas vagas e mentirosas e não vendo achar o que esperavam.¹⁴⁰

Moreira de Azevedo, por sua vez, se destacou na seção de *bibliografia*, que comentava as obras recém publicadas, uma espécie de incipiente crítica literária. Sua presença nessa seção é marcante, abordando desde o aparecimento de novos periódicos – era prática comum divulgar e saudar as novas revistas no rodapé – até o surgimento de novos poetas.

Após essa incursão pelos principais nomes que figuraram nas revistas da época, e por suas características de grupo, voltemos nossa atenção para alguns aspectos que nos permitam mapear o lugar do intelectual nesse cenário. Em primeiro lugar, cabe salientar que o caráter homogêneo desses colaboradores – desde sua formação acadêmica até a ocupação de cargos ministeriais – pode ser contemplado no seu próprio posicionamento, que raramente apresentavam divergência. Ao percorrer as diversas revistas publicadas entre os anos de 1843 à 1869, o que se verifica é uma comunhão de idéias e visões sobre o país no tocante aos mais distintos assuntos.

O que se percebe é um posicionamento político que advoga a condução do país para o futuro, pautando-se pela ordem e no respeito à instituição monárquica. Desse modo, percorrendo os ensaios, artigos e romances escritos por esse grupo de letrados, não se encontra indícios de temperamentos revolucionários, no sentido de representar qualquer

¹³⁹ Com relação à essa temática remeto às seguintes obras: CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir). **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico: Do Império à República**. São Paulo: Difel, 1985, vol. V.; VIOTTI, Emília. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

¹⁴⁰ **Revista Popular**, maio de 1860, p.25.

oposição ou antagonismo no cenário oitocentista.¹⁴¹ A respeito desse assunto, acompanhemos no seguinte comentário presente na *Revista Popular* :

[...] mas quando dissemos livres, não queremos dizer naqueles [países] onde reina a anarquia e a desordem, [...] a absoluta falta de poder, [...] nem entendemos por países livres só aqueles que levam o nome de repúblicas, pois que neles pode reinar o despotismo mais do que na monarquia, como nos comprova a história recente dos estados hispano-americanos [...]¹⁴²

O contato dos letrados com o Imperador era intenso, bem como com alguns intelectuais europeus. Esse foi o caso, por exemplo, de Manuel Araújo Porto-Alegre que teve como mestre na arte da pintura o francês Debret e conheceu durante sua estadia na capital francesa o escritor português Almeida Garret; aliás, era freqüente, durante esse período, viagens para a Europa e os intercâmbios com instituições e centros europeus, como o Instituto Histórico Francês, que possuía membros–colaboradores brasileiros, Gonçalves de Magalhães e o já citado Porto-Alegre.

Aliada à essa característica, notamos que todos esses letrados postulavam uma autonomia do país diante das outras nações. Para tanto, estimulam estudos e iniciativas que possibilitem o progresso do Brasil em todos os setores: dos estudos de literatura, a catalogação de fontes para a história do Brasil, as missões científicas, a organização de exposições dos principais produtos do país em feiras internacionais e tantas outras medidas patrocinadas pelo governo Imperial e executadas pelos letrados. Por meio de suas atuações - que se estenderam por vários campos do conhecimento e diversas instituições nacionais e estrangeiras -, tais homens colaboraram intensamente para o despertar e para o amadurecimento da vida cultural carioca oitocentista.

Um terceiro ponto de convergência entre os letrados, e intimamente ligado ao primeiro, era o amor ao progresso. Essa crença no caminhar firme da humanidade rumo ao aprimoramento técnico, moral e intelectual perpassava todos os colaboradores, que compreendiam a época em que viviam como o ponto alto do desenvolvimento humano. Assim, pautados pela crença no progresso, acreditavam num destino não menos glorioso para si próprio: estavam destinados a lançar os alicerces para as gerações seguintes.

Estará a mocidade atual condenada a ser eterna recopiladora dos nossos antepassados ou terá entusiasmo para se inspirar e ser útil à Humanidade.

¹⁴¹ “ Homens de ordem e ponderação, medianos na maioria, que viviam paradoxalmente o início da grande aventura romântica e, mesmo no aceso da paixão literária, desejavam manter as conveniências, nunca tirando um olho do Instituto Histórico ou da jovem e circunspecta majestade de D. Pedro, ao qual dedicavam seus livros.”. Cf. CANDIDO, Antonio. Op. Cit, p.42.

¹⁴² **Revista Popular**, junho de 1859, p. 08, (grifo nosso).

Será esta geração a conveniente para uma reforma social ou será um autômato obrigado a ceder às vontades de certas mediocridades rotineiras, exaustas pelos anos e sem força para imaginar!¹⁴³

Uma quarta característica desses colaboradores era sua vinculação com o poder imperial. Embora já tenhamos tocado nesse quesito, cabe uma vez mais reiterar que tal postura evidencia, além dos limites das circunstâncias da época, uma aliança que, somada à uma quinta característica, a saber, a veneração pelas culturas francesas e inglesas, deu um caráter *oscilante* para essa geração de intelectuais.

Ora, esses letrados desejavam e reinvidicavam um autonomismo, ao mesmo tempo em que pautavam suas ações culturais pelas culturas exógenas, como a francesa, por exemplo, entendida como um modelo a ser copiado e difundido entre os brasileiros. Tal característica, como observou Candido¹⁴⁴, não pode ser vista como anacrônica, ao contrário, essa oscilação derivava do anseio de superar o obscurantismo dos tempos passados e de inaugurar um futuro que habilitasse o país a figurar ao lado de nações-modelos, como a França, Inglaterra e Estados Unidos. A oscilação se dava também nas relações com o monarca: Torres Homem certa vez, em 1848, num panfleto intitulado *O libelo do povo*, atacou a dinastia dos Bragança. Anos mais tarde, em 1857, já nomeado Ministro da Fazenda e membro do Partido Conservador, reconheceu a imprudência de tal episódio e não poupou elogios à Pedro II.

Na constituição de uma cultura brasileira, ou, dito de outro modo, no estabelecimento de uma vida cultural dinâmica no Brasil daqueles tempos, esse grupo de homens - que estudou na, ou que tinha como modelo de conduta a Europa - buscou romper com os obstáculos impostos à sua ação - que eram quase sempre identificados por eles como resquícios dos tempos coloniais - e apontar os novos caminhos que o país deveria trilhar, sempre pautado pelo conhecimento racional

É o desejo de sua difusão através das revistas que reúne esses colaboradores ao longo do século XIX. Das iniciativas pioneiras na década de 30, tímidas mas que já anunciam o fio condutor desse percurso, nos deparamos com o fortalecimento de um espaço de discussão e reflexão que, nas décadas de 40 e 50, possibilitou a consolidação no Brasil da figura do intelectual enquanto aquele que indicaria ao resto da sociedade o caminho a ser percorrido.

¹⁴³ **O Guaracyaba**, 18 de janeiro de 1854, p.105.

¹⁴⁴ CANDIDO, Antonio. Op. cit.

Capítulo 3 DA HISTÓRIA EM REVISTAS OITOCENTISTAS

Começamos hoje um trabalho que, sem dúvida, remediará de alguma sorte os nossos descuidos, reparando os erros e enchendo as lacunas que se encontram na nossa história. Nós vamos salvar da indigna obscuridade em que jaziam até hoje muitas memórias da pátria e os nomes de seus melhores filhos.[...].

Discurso proferido no IHGB por Januário da Cunha Barbosa.

3.1 O despertar da História

No discurso que proferiu no IHGB em 1839, o cônego Januário da Cunha Barbosa atentava para a importância que a criação de uma associação como o Instituto teria para o país, salvaguardando a memória nacional¹⁴⁵. Afinal, tirar dos escombros fatos, episódios e personagens até então desconhecidos, era o intuito maior dos membros do Instituto¹⁴⁶. E não só, concomitante com tal desejo, os membros do IHGB ansiavam também por corrigir o que consideravam alguns equívocos divulgados por nacionais e estrangeiros sobre a geografia e a história do Brasil :

Ei-nos hoje congregados para encetarmos trabalhos do proposto Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, e desta arte mostrarmos às nações cultas que também prezamos a glória da pátria, propondo-nos a concentrar em uma literária associação os diversos fatos da nossa história e os esclarecimentos geográficos do nosso país, para que possam ser oferecidos ao conhecimento do mundo, purificados dos erros e inexactidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionais quanto estrangeiros.

[...]. O nosso silêncio, repreensível de certo em matéria que tanto afeta a honra da pátria tem dado ocasião a que os historiadores uns de outros se

¹⁴⁵ ” Basta atendermos ao que diz Cícero sobre a história, para conhecermos logo as vantagens que se devem esperar de um Instituto que dela particularmente se ocupe, e composto de homens os mais conpicuos por suas letras e por suas virtudes. *A história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida. Por essa judiciosa doutrina bem facilmente se conhece quão profícua deve ser a nossa associação., encarregada como em outras nações de eternizar pela história os fatos memoráveis da pátria, salvando-os da voragem dos tempos, e desembaraçando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhe aglomeram a parcialidade, o espírito de partidos, e até mesmo a ignorância.* BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. **RIHGB**, jan/fev/mar de 1839, p.11.

¹⁴⁶ “ Não se compadecia já com o gênio brasileiro, sempre zeloso da glória da pátria, deixar por mais tempo em esquecimento os fatos notáveis da sua história, acontecidos em diversos pontos do Império, sem dúvida, ainda não bem designados. Eis o motivo, Senhores, porque dois membros do conselho da Sociedade Auxiliadora Nacional e também sócios do Instituto Histórico de Paris, participando dos generosos sentimentos dos nossos literatos, se animaram a propor a fundação de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que sob os auspícios de tão útil quanto respeitável sociedade curasse de reunir e organizar os elementos para a história e geografia do Brasil, espalhados por suas províncias, e por isso mesmo difíceis de se colher por qualquer patriota que tentasse escrever exatamente tão desejada história.**RIHGB**, Ibidem, p.16.

copiem, propagando-se por isso muitas inexatidões que deveriam ser imediatamente corrigidas.¹⁴⁷

A partir da sua fundação, inúmeros estudos foram empreendidos na ânsia de promover o avanço do conhecimento histórico, até aquele momento relegado a poucas obras, - obras cuja ausência de um caráter geral incomodava os membros do IHGB, como veremos mais adiante. Prossigamos nas instruções dadas aos membros e sócios correspondentes na ocasião da inauguração do Instituto.

Coligir documentos e manuscritos que auxiliassem na compreensão da história pátria: essa era a primeira instrução dada aos membros que, nas diversas províncias do país e em outros países, eram estimulados a realizar pesquisas em arquivos, cartórios e quaisquer repartições onde fosse possível encontrar vestígios do passado brasileiro. A eles caberia, por meio da coleta de documentos – que abrangia não somente à história e a geografia como também a mineralogia, a botânica, a cartografia, entre outras áreas - e dos intercâmbios com associações culturais européias, realizar uma sistematização dos assuntos relativos à pátria e, assim, preencher as lacunas apontadas pelo cônego Januário da Cunha Barbosa. Atento à importância da missão, na sessão de 24 de novembro de 1840, o desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes alertava para os procedimentos a serem tomados, com o fim de obter êxito na busca por documentos relativos a história do país. Segundo ele,

o primeiro passo portanto que deve dar o Instituto é solicitar o consentimento dos que nos podem fazer patentes os cofres preciosos onde se encerram tantos documentos da maior importância para a História e para a Geografia de nossa terra natal. [...].

Quando, porém, se tratar de elucidar um ponto ou de História ou de Geografia, ainda não suficientemente esclarecido por escritos ou mapas existentes, outro será sem dúvida o caminho que deve pisar. Persuado-me de que qualquer destas hipóteses convém mui principalmente as viagens científicas.¹⁴⁸

Ao lado da catalogação e organização de documentos, os sócios do IHGB são insistentes em realçar a crença de que o estudo da História colaborava para despertar os *sentimentos cívicos*. Ao fornecer exemplos de conduta e lições para as gerações posteriores, o conhecimento histórico exercia um importante papel na construção e divulgação de modelos da atuação do homem na sociedade. Logo, ao lado de ensaios e reflexões de cunho histórico, a narrativa biográfica desempenhou um destacado papel neste período ao apresentar personagens numa *bem ordenada galeria, colocando-os segundo os tempos e os lugares, para*

¹⁴⁷ Ibidem, p.12.

¹⁴⁸ PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e a Geografia do Brasil. **RIHGB**, julho de 1841, p.149-50.

que sejam melhor percebidos pelos que anseiam seguir seus passos nos caminhos da honra e da glória nacional. Observemos alguns trechos a esse respeito :

Na vida dos grandes homens apreende-se a conhecer as aplicações da honra, a apreciar a glória e a afrontar os perigos que muitas vezes são as causas de maior glória.[...].

E não oferecerá uma história verídica do nosso país essas lições que tão profícuas podem ser aos cidadãos brasileiros no desempenho de seus mais importantes deveres.[...?].

A nossa história abunda de modelos de virtudes, mas um grande número de feitos gloriosos morrem ou dormem na obscuridade, sem proveito das gerações subseqüentes.

[...]

Dentre todos os estudos que tendem e convergem mais diretamente a dar desenvolvimento ao engenho humano, nenhum há mais importante e, que por sem dúvida, mais rápido e gigantesco opere do que o da História¹⁴⁹.

A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas.¹⁵⁰

Ao fornecer exemplos para as gerações vindouras, o estudo da História estava tão fortemente atrelado à biografia que, em uma rápida reflexão intitulada *Do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro*, o cônego Cunha Barbosa enumera primeiramente as

[...] notícias biográficas impressas ou manuscritas dos brasileiros distintos por suas letras, virtudes, armas, serviços relevantes, ou por qualquer outra qualidade notável, desde o descobrimento do Brasil até hoje, com explicação de seus nomes, naturalidade, tempo em que viveram e motivos de sua celebridade.¹⁵¹

Em seguida, destaca que deveriam merecer a atenção dos letrados as *cópias autênticas de documentos interessantíssimos à nossa história, assim antiga como moderna* e as *notícias sobre os costumes dos índios, sua catequese e civilização*.

A propósito dos índios, no despertar de uma consciência histórica, os letrados oitocentistas conferiam destaque aos estudos de cunho lingüísticos e etnológicos que abordassem os seus costumes e suas tradições, a ponto de Gonçalves de Magalhães redigir

¹⁴⁹ **O Curupira**, 13 de fevereiro de 1853, p.145.

¹⁵⁰ VON MARTIUS, Karl. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, janeiro de 1845, p.409.

¹⁵¹ BARBOSA, Januário da Cunha. Do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro. **RIHGB**, jan/fev/mar de 1839, p.141.

uma memória denominada *Os indígenas perante a História*, onde destaca a necessidade de reabilitar o elemento indígena para a compreensão da história do país. No parecer de Magalhães, era fundamental que o historiador se desvencilhasse de algumas opiniões estabelecidas que compreendiam o indígena como um ser desprovido de qualquer sentimento de fé e de justiça, e analisasse o seu papel na história do Brasil. No entanto, para desempenhar tal tarefa, alguns cuidados eram necessários no trato com os documentos que abordavam os indígenas, tendo em vista que se constituíam na sua maioria, em relatos elaborados por europeus e, portanto, deveriam ser tomados como uma versão da história, como atentou Magalhães:

Quando no estudo da História, religião, usos e costumes de um povo vencido e subjulgado outros documentos não temos além de crônicas e relações dos conquistadores, sempre empenhados em todos os tempos a glorificar seus atos com aparências de justiça, e a denegrir as suas vítimas com imputações de todos os gêneros; engano fora se cuidássemos achar a verdade e os fatos expostos com sincera imparcialidade e devidamente interpretados. [...].

Quando, pois, se nos apresentam vários documentos provenientes de um só lado, cumpre-nos procurar a verdade pela crítica, e por um método indireto, notando sempre as contradições, como fazem os juízes no acareamento das testemunhas. [...].¹⁵²

Mais adiante, nas suas conclusões, o autor salienta a participação crucial dos indígenas em episódios da nossa história, - como os da expulsão de franceses e holandeses no período colonial -, para defender que, dado o seu caráter de observação e imitação, não era necessário o recurso à força para integrá-los à civilização.

A reflexão realizada por Magalhães acerca da contribuição indígena na trajetória do país é uma das problemáticas das quais se ocuparão os demais membros do IHGB na tentativa de elaborar uma história pátria. Ilustrativo desse esforço é o concurso lançado pela instituição em 1843, com vistas a premiar àquele de elaborasse o melhor plano para a escrita de uma história do Brasil. Dois foram os nomes que enviaram seus textos à comissão: Karl Von Martius e Henrique Wallestein. O vencedor foi o bávaro Von Martius com o texto intitulado *Como se deve escrever a História do Brasil*. Nele, Martius anuncia os pilares de uma análise histórica que deveria privilegiar o estudo das três raças que influíram na constituição de um caráter brasileiro: o indígena, o português e o índio. De acordo com ele,

Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorrerão para o desenvolvimento do homem. São, porém, estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ou

¹⁵² MAGALHAES, Gonçalves de. Os indígenas perante a História. **RIHGB**, janeiro de 1841, p.4

*ameríndia, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular*¹⁵³.

Em seguida, Martius esclarece que o encontro de raças distintas além de ser constante na história, possuía um caráter providencial: o aprimoramento da sociedade.

Tanto a história dos povos quanto a dos indivíduos mostram que o gênio da história do mundo conduz o gênero humano por caminhos cuja sabedoria sempre devemos reconhecer, não poucas vezes lança mão de cruzar as raças para alcançar os mais sublimes fins na ordem do mundo. 391.

[...].

*Jamais será permitido duvidar que a vontade da providência predestinou o Brasil à esta mescla.*¹⁵⁴

O outro candidato, Henrique Wallestein, com a sua *Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil*, apresentava um modo de se escrever a história muito pautado em autores da Antiguidade. Acompanhemos a sua proposta:

O plano, que parece mais acertado de se escrever a história do Brasil é seguramente o mesmo que seguiu Tito Lívio, João de Barros e Diogo do Couto, isto é, pelo sistema de décadas ,narrando-se os fatos acontecidos dentro de certos períodos.

Desta maneira vão os sucessos bem encadeados, e quando aconteça acharem-se lacunas, estas não serão sensíveis se forem de um até dois anos, e estas lacunas, seja qualquer que for o método que se adote para escrever uma história qualquer, sempre hão de existir na falha dos fatos que não se memoram, como de ordinário acontece, quando principia um tempo histórico que se vai descrever séculos depois; porém, para clareza e percepção parece que este método de décadas é o mais preferível.¹⁵⁵

Apesar de premissas diversas, Martius e Wallestein concordam em um aspecto acerca da escrita da história do Brasil: o ponto de partida deveria ser a narração dos povos indígenas que ocupavam o país quando do desembarque dos portugueses. Ambos os autores consideram que, para a redação de uma *verdadeira* história pátria, não poderia ficar ausente a presença dos indígenas no território e as relações advindas do contato com o europeu. Esse era o marco cronológico que deveria estar presente em qualquer obra que tratasse da história do país. Enquanto a proposta de Wallerstein para a comissão de história do IHGB é breve, não ocupando mais de duas páginas, o texto de Martius, ao contrário, prima pela longa e detalhada exposição dos elementos considerados fundadores na narrativa histórica brasileira. Na análise dos índios e do seu papel na história brasileira, o historiador deveria se questionar, de acordo

¹⁵³ VON MARTIUS, Karl. Op. cit, p.390.

¹⁵⁴ Ibidem, p.391. (grifo nosso).

¹⁵⁵ WALLESTEIN, Henrique. *Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil*. **RIHGB**, março de 1882, p.159.

com Martius, primeiramente sobre suas origens, para em seguida, se indagar sobre como se apresentaram no momento do contato com os portugueses e, por fim, quais eram as causas que levaram à sua redução. Respondidas essas questões, o próximo passo era a análise da maneira como se processou o entendimento com os portugueses. Quanto aos portugueses, Martius enfatiza que o episódio do descobrimento só poderia ser compreendido como parte das façanhas marítimas empreendidas por esse povo, responsável pela implantação de novos costumes num território até aquele momento desconhecido. As perguntas que, nesse caso, deveriam nortear o historiador eram as seguintes: como se estabeleceram os europeus nesse território? de que forma a vida e os costumes europeus se transportaram para a colônia?.

Após a análise dos europeus, teria lugar, como o último elemento constituinte da história pátria, a análise da presença dos escravos africanos no Brasil. O bávaro se questiona sobre a natureza da contribuição africana: qual seria o desenvolvimento do país sem a introdução dos escravos negros? . Esse é o fio condutor de sua rápida análise acerca dos africanos. Para Martius, essa questão caberia aos historiadores responder após a realização de uma arguta análise das influências morais exercidas por essa população de escravos. Por fim, em sua conclusão, o bávaro alertava para a figura do historiador, que deveria atender aos interesses de uma monarquia constitucional.

Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço á sua pátria, deverá escrever como autor monárquico constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra¹⁵⁶.

A bem da verdade, nada mais esperado, dado o apoio concedido pelo monarca Pedro II às iniciativas dos membros do Instituto. Além desse apoio e de comparecer as sessões, Pedro II também discursou sobre o que considerava digno do estudo da história. Observemos a sua posição acerca dessa temática:

Sem dúvida, senhores, que a vossa publicação trimestral tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço, que também no novo merecem as aplicações da inteligência; mas para que esse alvo atinja perfeitamente, *é de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertença digna realmente dos elogios da posteridade*: não dividi pois as forças, o amor da ciência é exclusivo, e, concorrendo todos unidos para tão nobre, útil, e já difícil empresa, erijamos assim um padrão de glória à civilização da nossa pátria¹⁵⁷.

O conhecimento histórico visado e pesquisado pelos integrantes do IHGB é majoritariamente identificado com o passado e, assim, a ênfase dos ensaios e artigos prioriza

¹⁵⁶ VON MARTIUS, Karl. Op. Cit, p.410.

¹⁵⁷ O Guanabara, abril de 1859, p.332.

o período colonial, sobretudo, a presença indígena e a colonização portuguesa. Pedro II, em seu discurso, pede para que seja dada também atenção ao tempo presente e, sobretudo, à sua administração. No entanto, para alguns letrados, como Wallestein, a escrita da história contemporânea era um problema para o historiador, afinal, como manter a desejada imparcialidade diante de episódios recentes. Na sua divisão cronológica da história brasileira, a coroação de D. Pedro I representava a última década e, a partir desse episódio, era aconselhável que não se elaborasse nenhuma opinião ou juízo acerca dos acontecimentos. Outro posicionamento semelhante pode ser encontrado em Francisco Adolfo de Varnhagen, considerado o “Heródoto” nacional. Para ele, a história contemporânea do país não era possível, não só pela proximidade do historiador com os fatos ocorridos, como também pela documentação que, muitas vezes, ainda não havia sido publicada. Acompanhem, respectivamente, a argumentação de Wallestein e de Varnhagen sobre os cuidados do historiador na emissão de juízos sobre a história contemporânea.

Parece justo, que a história termine por aqui. [coroação de Pedro I], porque escrever a história contemporânea nenhum historiador nacional o deve fazer para não expor a juízos temerários, e a outros inconvenientes que trazem consigo os respeitos humanos. Arquivem-se os documentos e o tempo virá¹⁵⁸.

A história dos primeiros anos do Império [...] não a poderemos nós, por enquanto, escrever tão conscienciosamente quanto a desejáramos; não só porque as contemplações e resguardos que se devem aos vivos pediriam uma redação que não ataria bem com a imparcialidade que guardamos do passado, como porque os documentos e correspondências dos estadistas que nessa época figuravam, só agora começam a ser dados no prelo¹⁵⁹.

Paralelamente a esses primeiros esforços, as primeiras instruções e as primeiras reflexões sobre a elaboração de uma história do Brasil, surge entre os anos de 1854 e 1857, a obra que consagraria Varnhagen como o grande nome da historiografia brasileira oitocentista: a *História Geral do Brasil*. Primeira tentativa de sistematizar o passado nacional, a obra de Varnhagen, pautada nas discussões travadas entre os membros do IHGB, destaca a colonização portuguesa e os benefícios decorrentes de tal episódio. Seguindo as orientações dadas por Von Martius em 1843, Varnhagen aborda a presença indígena e o crescente esforço português em elevar o país à categoria de uma nação civilizada. Frequentemente aponta características entre os selvagens que impediam o avanço do país, como a antropofagia ou,

¹⁵⁸ WALLESTEIN, Henrique. Op. Cit, p.160.

¹⁵⁹ Apud RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, 3ª. Ed., p.135.

então, a aversão ao trabalho. Somente com a descoberta do país pelos portugueses é que fora possível mudar o quadro de atraso que se encontrava o Brasil. O descobrimento não se mostrava como mera obra do acaso, ao contrário, estava nos planos da Providência que, preparava para o país, a partir daquele momento, um futuro grandioso.

Porém, nem tudo era positivo na análise feita por Varnhagen, especialmente quando o assunto abordado era a escravidão e os escravos, que representavam, a lado dos indígenas, um empecilho para o aprimoramento do país. Apesar da sua importância nas atividades econômicas, o legado dos africanos era sombrio. Para Varnhagen, a influência moral que exerciam através de seus hábitos e maneiras só conduziria o país ao desregramento de costumes. É interessante notar como essa questão, apontada pela primeira vez por Martius, se tornará uma constante para aqueles que se dedicarão à história do Brasil.

Por fim, o autor da *História Geral do Brasil* destaca o processo de independência, que no Brasil, ao contrário das nações vizinhas, culminou na manutenção da monarquia constitucional, fato esse compreendido como fundamental para o futuro do país. Com a instituição da monarquia, o país dava seus primeiros passos rumo à civilização, que só poderia ser alcançada por meio da herança européia. Nesse ponto, Varnhagen compartilha de idéias que farão eco nos anos posteriores: se, por um lado, a contribuição indígena e africana precisava ser analisada e avaliada, por outro, não restavam dúvidas quanto ao caráter positivo da ação de europeus nas terras descobertas. Na interpretação que redige sobre o país, Varnhagen prioriza a atuação européia e o seu legado, que não deveria ser objeto de estudo apenas, mas preservado.

Tanto a análise de Martius quanto a obra de Varnhagen, ao privilegiarem o elemento português na condução da história do país, postulam, como consequência da interação entre as três raças, a crescente predominância dos portugueses no processo de aperfeiçoamento dessas mesmas raças. Logo, com o passar dos anos, o país apresentaria diante das demais nações do globo o resultado desse processo, ou seja, a obtenção de uma face civilizada, entendida aqui como o predomínio da herança européia. Esse era o sentido da história do país para Martius e Varnhagen: a mescla de elementos diversos, a superação dos obstáculos, tudo isso com o fim especial de garantir não apenas o desenvolvimento de um povo, mas o de permitir a sua inserção nos rumos da história universal.

Nunca, portanto, o historiador da Terra de Santa Cruz há de perder de vista que a sua tarefa abrange os mais gloriosos elementos; que não lhe compete tão somente descrever o desenvolvimento de um só povo, circunscrito em estreitos limites, mas sim de uma nação cuja crise e mescla atuais pertencem à história universal, que ainda se acha no meio do seu desenvolvimento superior. Possa ele não reconhecer em tão singular

conjunção de diferentes elementos algum acontecimento desfavorável, mas sim a conjuntura mais feliz e mais importante no sentido da mais pura filantropia. Nos pontos principais, a história do Brasil será sempre a história de um ramo de portugueses [....]¹⁶⁰.

Apesar de alguns letrados postularem veementemente uma atenção maior aos povos indígenas, como a memória escrita por Gonçalves de Magalhães, o que se verifica, no caso da *História Geral do Brasil* e, mais adiante, nas seções de história das revistas, é a crescente publicação e debate de temas relacionados à colonização portuguesa e à sua relação com o futuro do país. A propósito, as considerações e análises acerca da história não se restringiam tão somente a uma análise do passado do país, mas se concentravam nas conseqüências futuras de determinados episódios. Desse modo, tanto o cônego Januário da Cunha Barbosa quanto Von Martius e Varnhagen partilhavam da crença de que a análise do passado permitiria traçar uma espécie de esboço do que viria no futuro. Mais do que uma ferramenta para o despertar das virtudes cívicas, a história se apresentava como um meio eficaz de, por meio do conhecimento do passado, corrigir os erros e apontar uma direção segura para os anos vindouros, já que ‘ a ação no presente e o planejamento do futuro ficam definitivamente marcados pelo peso do passado’¹⁶¹. Esse é o ideal presente nos diversos ensaios, reflexões, memórias, observações e comentários elaborados pelos sócio-correspondentes e os demais membros do IHGB, que não deixavam de salientar a urgência em se conhecer cada vez mais o país e sua história, especialmente agora quando ele dava os seus primeiros passos como uma nação independente. Dotado de um novo status político, o Brasil ainda tinha um longo caminho a percorrer para se igualar às demais nações civilizadas e, na opinião dos letrados oitocentistas, não existia melhor auxílio nesse gradual processo de aperfeiçoamento do que as lições legadas pela história. Através da análise dos tempos passados era possível verificar os excessos cometidos, que obstavam o avanço da sociedade, como também projetar para o futuro medidas e propostas que minimizassem os efeitos perniciosos dos abusos ocorridos até aquele momento.

Por meio das iniciativas promovidas dentro do IHGB esperava-se superar a falta de conhecimento sobre o país e de seu passado e, uma vez concretizado esse primeiro objetivo, era possível contribuir de forma mais segura e eficiente para o seu progresso preconizado pelas leis da Providência. A trajetória a ser percorrida nesse processo era a seguinte:

¹⁶⁰ VON MARTIUS, Karl. Op. cit., p.406.

¹⁶¹ GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. IN: PESAVENTO, Sandra (org). **História Cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003, p.19.

Toda nação deve primeiro conhecer-se: sem isso nunca poderá ela trabalhar com bom êxito para o seu aperfeiçoamento. É preciso que faça justa idéia do estado em que se acha a fim de tomar medidas que convenham a esse estado; deve conhecer os progressos que tem feito, os que lhe cumpre fazer, e o que tem de bom ou de defeituoso para saber o que há de conservar e o que há de corrigir. Sem tal conhecimento a nação será conduzida ao acaso; tomar-se-ão muitas vezes medidas falsas e julgar-se-á obrar com grande prudência imitando o proceder dos povos reputados hábeis sem notar que tal regulamento ou prática salutar a uma nação é muitas vezes pernicioso à outra. [...].

Estudemos bem o nosso território a vista dele tratemos de organizar uma administração mais fácil, mais econômica e um sistema de colonização próprio a civilizar a nação e a formá-la.¹⁶²

3.2 A História nas revistas

A crença na utilidade do conhecimento histórico, que perpassa os ensaios, as reflexões e as memórias do IHGB, ajuda-nos a compreender o destaque dado para a seção de história, que ocupava um expressivo número de páginas. Localizada entre a seção de literatura e o espaço dedicado às biografias, o necrológio, a seção de história dessas publicações abordava assuntos bem distintos, em tempos e épocas diferentes, como os rumos da revolução francesa, passando por reflexões sobre a catequese dos indígenas no Brasil e a reforma protestante na Alemanha moderna. No entanto, um fio comum unia estas reflexões e análises: a convicção de que o conhecimento histórico era guiado por uma lei, invariável e universal. Vejamos a esse respeito o comentário presente na *Guanabara*, em dezembro de 1854 acerca do futuro das nações.

[...] a lei invariável que rege tudo quanto é contingente, ainda mais uma vez tinha de ser cumprida. O berço da raça humana, essa Ásia, onde outrora cenas tão memoráveis se passaram, esse templo magnífico onde mistérios tão sublimes se consumaram cede de seus triunfos; já não empunha a bandeira do progresso : a adusta (sic) África acompanha-a em seu tardio caminhar, e do mundo antigo só a culta Europa marcha na vanguarda, profiando cada uma de suas nações a qual caberá a vitória: seu exemplo anima o novo continente e o colosso do norte já rivaliza com seus irmãos

¹⁶² O *Guanabara*, fevereiro de 1854, p.424-5.

européus; o Brasil, monarca do meio dia americano, segue com passo intrépido após os seus dois precursores.¹⁶³

Tal prognóstico destacava o avanço dos Estados Unidos, *o colosso do norte*, em detrimento das nações do continente asiático e africano, nações que, no parecer do ensaísta, não estavam na dianteira do processo, inevitável, que conduziria as nações ao progresso. Assim, qualquer análise histórica deveria salientar o lento e gradual avanço da humanidade rumo à perfectibilidade, afinal, os rumos da história eram ditados pelo contínuo aperfeiçoamento do homem e da sociedade. No caso brasileiro, esse avanço podia ser medido através da presença cada vez maior das idéias, dos modos e dos costumes franceses.

Nós, que seguimos em tudo a França, a qual marcha na vanguarda da civilização, que espalha por toda parte suas idéias civilizadoras e seus princípios luminosos, esforcemo-nos por segui-la par e passo porque o papel que ela representa hoje no mundo nos está destinado.¹⁶⁴

Quando uma nação copia os costumes e usos adotados nos países civilizados os seus primeiros ensaios são passos que ela firma na estrada do progresso. Por isso, longe de nos enfadarmos de ver todos os dias o Brasil buscando imitar a França, esse grande centro donde parte a civilização universal, é com prazer não destituído de patriótico sentimento que vemos já introduzidos em nosso país, além dos fúteis usos, os usos proveitosos.¹⁶⁵

Para os ensaístas, redatores e editores dessas publicações, o Brasil estava destinado a exercer um papel de destaque entre as nações do globo, não só por sua dimensão continental, como pela própria trajetória de sua história, uma trajetória distinta das marcadas por sangrentas batalhas das nações vizinhas no processo de independência, e pela adoção da forma monárquica constitucional, considerada como a mais perfeita forma de governo. Essa singularidade frente às nações vizinhas assegurava ao Brasil um futuro promissor, no entanto, essas nações vizinhas, como a Argentina e o Paraguai, não estavam à margem da História. Desse modo, outros elementos ditavam o caminhar da história e, assim, era possível, superar os obstáculos e garantir o seu *adiantamento*, como esclarece o ensaísta da *Nova Minerva*, em janeiro de 1846.

O dia, pois, em que aparecer este homem em qualquer dos estados hispano-americanos, julgamos que será aquele em que começará a época da regeneração desse estado, cujo exemplo será seguido pelos outros, a vista da prosperidade de que goze sob a salvaguarda de um governo firme [...].¹⁶⁶

¹⁶³ Ibidem, 01 de dezembro de 1854, p.315.

¹⁶⁴ **Ilustração Brasileira**, agosto de 1854, p.147.

¹⁶⁵ **Álbum Literário**, 15 de agosto de 1860, p.02.

¹⁶⁶ **Nova Minerva**, janeiro 1846,sp.

Se, por um lado, a História era guiada por leis inevitáveis e universais, por outro lado, o homem desempenhava um importante papel nesse processo, pois, de acordo com suas intenções e ações - bem direcionadas – obtinha um resultado satisfatório que antes somente o passar dos anos traria. Assim, o “homem providencial”, que se apresentava em momentos de dificuldade, era necessário para o adiantamento das sociedades e, entre os exemplos mais recorrentes desse tipo nas revistas, está o francês Napoleão Bonaparte, que foi analisado pela *Nova Minerva* nos seguintes termos :

As grandes revoluções, assim como a organização das sociedades por ela desmontadas necessitam de um ponto de apoio, de um centro comum para se operarem. Napoleão foi necessário para que a França dilacerada e quase desmantelada voltasse à vida social. Washington foi necessário para consumir a obra da independência e da democracia da América do Norte; Luiz Felipe foi necessário para empunhar as rédeas do governo da França que estava em risco de retrogradar com a queda do Império; Bolívar, enfim, foi necessário para que se consumasse a independência sulamericana¹⁶⁷ [...].

A propósito, cabe notar o grande número de ensaios e artigos que possuíam como temática a história da França, especialmente a Revolução de 1789. Excetuando as análises históricas que abordavam o Brasil, a França ocupou boas páginas das revistas, sendo seguida por observações e reflexões acerca dos Estados Unidos. A história francesa, especialmente os episódios relacionados com a Revolução em 1789, eram debatidos através de traduções de obras européias ou por meio de análises como a publicada na *Nova Minerva* em 1846. Em *Prospectos Futuros do Continente Americano*, o autor, que não assina o ensaio, avalia o papel das revoluções na história, questionando sua inevitabilidade. Ao se debruçar sobre a série de episódios que assolou a França no século XVIII e constatar os resultados finais, sentencia:

Portanto, se a revolução francesa, tão fecunda em crimes e calamidades, deu por último resultado a reorganização da sociedade na Europa e a proclamação e aquisição dos princípios razoáveis que constituem a felicidade das nações, por que não se esperará no futuro o mesmo resultado para os estados hispano-americanos das comoções que os atingiram em sua transição de colônias para o estado de nações independentes?¹⁶⁸

A revolução francesa, apesar de episódios violentos, apresentava, num balanço geral, resultados positivos que, em última instância, contribuíram para o progresso daquela sociedade; logo, o autor se questiona sobre se o mesmo não poderia ser esperado das antigas colônias da América Espanhola.

Ao lado da revolução francesa, outro assunto que ocupou um significativo número de páginas na seção de história das revistas brasileiras foi a *ação da Europa sobre a América*.

¹⁶⁷ Ibidem, fevereiro de 1840, sp.

¹⁶⁸ Ibidem, janeiro 1856, sp..

Durante o ano de 1846, a *Nova Minerva* dedicou vários ensaios e reflexões a esse tema. Em linhas gerais, a revista entendia a Europa como uma guia, uma condutora que *levava para toda a parte os adiantamentos, o espírito de ordem, de indústria, de paz e de prosperidade*. No entanto, tal temática polêmica dividia os ensaístas: alguns apresentavam um receio quanto à contribuição européia, ou melhor, quanto à contribuição portuguesa, no caso da colonização do Brasil, que era alvo de críticas, especialmente no que toca à administração colonial. Outros autores, ao contrário, em suas análises salientavam e elogiavam a atuação européia nas terras do Novo Mundo, seja na América Inglesa, Espanhola ou Portuguesa. Ouçamos alguns comentários dessas duas vertentes de interpretação:

A Europa, só o nome Europa desperta antipatias em uns e temores de perdição e escravidão em outros. Estes sentimentos são dignos de exame. Eles constituem uma espécie de enfermidade, nascida na verdade de um patriotismo exaltado. [...]. Que nos ensina, no entanto, a luz da razão desembaraçada da influencia dos erros comuns? Que a pátria não é o solo, solo temos há mais de três séculos, porém não temos pátria senão há poucos anos :A América Espanhola desde o ano de 1810 e o Brasil desde 1822. A pátria é a liberdade, a ordem, a riqueza, a civilização no solo nativo, organizado debaixo da bandeira e o nome do mesmo solo. Tudo isto nos tem trazido a Europa, isto é, nos tem trazido as noções de ordem, a ciência da liberdade, a arte da riqueza, os princípios da civilização.[...]. Poderíamos definir a América civilizada dizendo que é a Europa estabelecida na América.¹⁶⁹

A Europa, em vez de derramar a civilização e a moralidade na América como uma onda própria a fecundá-la, arremessa para cá a escória de sua corrupção, e que além disto ao passar da linha para o Brasil enforcam e alojam ao mar as consciências¹⁷⁰

Á Europa, a parte “mais adiantada” dentre as nações do globo, são dedicadas reflexões sobre sua história, especialmente a história francesa e inglesa, que aparecem nas publicações como um prenúncio do que se esperava em terras americanas, dito em outras palavras, por meio da história da França, por exemplo, se buscava conhecer as leis providenciais da história e, desse modo, melhor compreender os rumos da humanidade. Conhecer e analisar a história européia, mais do que satisfazer a curiosidade do leitor, servia como uma lição para se pensar o presente, compreender o passado e indagar sobre o futuro, afinal, na seção de história, não era somente o passado que estava em destaque mas também o futuro, ou melhor, aquilo que se esperava do futuro, pautado pelas reflexões acerca do passado. Assim, inúmeros prognósticos são elaborados ao longo dos ensaios históricos, como o de Avellino Milagres, publicado na

¹⁶⁹ Ibidem, março de 1845, p. 1-2.

¹⁷⁰ **Guaracyaba**, 29 de janeiro de 1854, p.129.

Ilustração Brasileira, em 1854, que traça uma síntese sobre os principais povos que exerceram um utilíssimo papel na história e adverte sobre o futuro da América nesse cenário:

A Grécia sucedeu à Ásia, Roma à Grécia, A Europa à Roma: a América sucederá à Europa [...] será encarregada dos destinos do mundo.

[...]. A consideração de que um dia seremos os primeiros deve fazer com que não poupemos sacrifício e que os conhecimentos se generalizem, sejam postos ao alcance de todos, que é o que nos falta.

A humanidade não retrograda: ela desenvolveu-se na Ásia, cumpriu aí o seu destino [...]. A Grécia foi o novo teatro da humanidade, seu sol recebeu a civilização que lhe veio da Ásia, foi uma época brilhante mas a Grécia cumpriu seu destino [...]. O que foi a Ásia, o que foi a Grécia, o que foi Roma é hoje a Europa e, ela não há de também sucumbir? Por certo, e a América tomará o cetro do mundo: o fim da Europa será o começo da América.

Ninguém pode descortinar com certeza o que há de vir, porém, se as leis da história tem alguma força, grande deve ser o nosso futuro¹⁷¹.

O conhecimento histórico, apoiado nas idéias de progresso e de aprimoramento legava para as gerações vindouras um importante e útil arsenal para atuar nos tempos presentes. Os artigos publicados na seção de História dividiam-se entre aqueles dedicados ao passado – que ocuparam um maior número de ensaios –, ao presente e algumas especulações sobre o devir histórico. No que diz respeito ao passado, esses ensaios, como expusemos até agora, enfatizavam a grande contribuição dos europeus para a Humanidade, seja através de sua cultura, de sua moda, de seu conhecimento científico, e também por meio da sua atuação nas colônias americanas, possibilitando, em última instância, o alvorecer da civilização em terras não européias. Quanto ao presente, os ensaios e artigos incidem especialmente sobre as descobertas científicas, a expansão da forma constitucional de governo entre as nações e o crescente progresso dos Estados Unidos.

Se a França e sua história são os modelos privilegiados de análise sobre o passado, os Estados Unidos, ao contrário, surge como a temática para se debater o presente. A antiga colônia inglesa é objeto de análises, comentários e reflexões que não deixam de destacar a sua posição de vanguarda no continente americano. Na caracterização da sociedade americana não faltam elogios para sua organização social e, principalmente, para as inúmeras associações nos mais variados ramos do comércio, provando dessa maneira, a inegável *vocação* industrial do povo americano, que transformou o que *não era mais do que um deserto em um centro de comércio mui animado*. Aliada à tudo isso, estavam as características geográficas, geológicas e climáticas do continente americano, que só proporcionam vantagens

¹⁷¹ *Ilustração Brasileira*, 24 de julho de 1854, p. 147.

para o contínuo aprimoramento daquela sociedade. Acompanhemos uma síntese da análise sobre o *estado presente dos Estados Unidos*, publicada na *Nova Minerva*:

Em todas as partes da União se acham estabelecimentos [...]: o trabalho, a ordem, a economia são a base destes pequenos grupos que constituem a Grã Família Americana. Os resultados deste espírito de associação e desta inteligência de comércio são imensos. [...].

Do mesmo modo que o homem não pensava em outro tempo na Itália mais do que no triunfo da arte, os Estados Unidos consagram exclusivamente o poder que tem recebido de Deus à sua organização material e industrial.¹⁷²

A história americana fornecia subsídios para as demais nações do continente que almejavam alcançar o progresso e a prosperidade, já vivenciados pelos norte americanos; daí, o enorme interesse despertado por tudo aquilo que fosse relativo aos Estados Unidos, especialmente, sua cultura e sua história. O *colosso do Norte*, como era chamado, se apresentava não apenas como a vanguarda da época, mas também como a prova irrefutável do protagonismo ao qual estava destinado o continente americano. Para os redatores e colaboradores das revistas, era necessário ir além do simples conhecimento da história norte americana: era preciso visitar o país, averiguar o funcionamento de suas instituições e, na medida do possível, aplicar aquilo que fosse benéfico em terras brasileiras, daí algumas viagens patrocinadas pelo imperador para os Estados Unidos. Na década de 50, quando boa parte das atenções no Brasil estava voltada para a questão da manutenção ou não do tráfico de escravos, um colaborador da *Guanabara* defendeu a substituição da mão de obra escrava pela indígena e, caso os silvícolas apresentassem alguma resistência, o autor defendia o uso da força, tal como no caso norte americano da conquista do Oeste. A recente história dos Estados Unidos fornecia, portanto, um exemplo de atuação no presente.

Outro assunto que aparece com frequência na seção de história está relacionado com o avanço da ciência, que consagrava o século XIX como um ponto alto na história da humanidade. Toda uma série de descobertas e inventos é alvo de breves comentários, que destacavam a superação de antigas superstições e a inauguração de uma grande era, como podemos perceber na seguinte passagem :

Estamos no verdor de uma outra grande era. Os homens vão se emancipando do juízo dos antigos erros, [...], a razão e o senso comum reivindicaram o seu cetro usurpado pela superstição, pelo fanatismo; e a humanidade, do mesmo modo, livre do despotismo civil e religioso prosperará nos seus campos conquistados, mais vasta e gloriosamente do que poeta ou filósofo algum tem sonhado.

A semente da liberdade civil e religiosa que há dois séculos germinava em alguns pontos da Europa, aparece à superfície e principia a vegetar. Os

¹⁷² *Nova Minerva*, p. 123, sd.

princípios liberais e de ordem tem lançado vigorosas raízes no espírito dos povos.¹⁷³

No decorrer dos comentários, fica evidente, mais uma vez, o grande destaque dado aos Estados Unidos, nação que contribuía no cenário mundial com um grande número de inventos, fato esse comumente explicado pela *grandeza de alguns homens*. Durante o mês de dezembro de 1860, a revista *Acajá* dedicou uma série de artigos a esses homens que eram, aos olhos do ensaísta, responsáveis por inaugurar uma nova fase na história de seus respectivos países, uma espécie de gênio.

A exaltação dos avanços da ciência, do uso da razão e das inovações experimentadas pelos homens oitocentistas, no entanto, dividia espaço na seção com análises que incidiam sobre o cristianismo e seu papel na história. Se, por um lado, os ensaístas verificavam uma mudança nas crenças - mudanças impulsionadas pelas novidades no campo do conhecimentos - , por outro lado, algumas permanências são enfatizadas, como o caráter benéfico do cristianismo sobre a civilização na América. Por sua ação virtuosa, o cristianismo é saudado como uma filosofia que possibilitaria a regeneração da humanidade. Ouçamos um comentário sobre o tema presente na *Estrela do Ocidente*:

Na época em que vivemos, o ceticismo que herdamos do século passado [...] tem tornado problemáticas as mais importantes questões sociais bem como as questões de menos monta debatidas nos liceus e escolas.[...]. Se aparecesse uma filosofia que pela força de seus argumentos e irresistíveis , pela clareza de suas provas pudesse restituir aos espíritos entorpecidos o vigor da persuasão profunda: se essa filosofia ensinasse a abnegação do amor próprio e aconselhasse a filantropia como o primeiro dever regeneraria o mundo, e que enquanto o progresso das ciências e das artes pula e melhora exteriormente o gênero humano destruiria o intolerável egoísmo que destrói o formoso edifício da civilização.

[...]. Que nos cabe, pois, preparar os nossos filhos para o destino que os aguarda : crentes ou incrédulos que sejamos, educar religiosamente aqueles que o progresso da humanidade exige que sejam religiosos. Ainda está oculto no porvir qual será o símbolo universal do cristianismo mas a missão do presente é a religiosidade.¹⁷⁴

Desse modo, o conhecimento científico tinha um papel a desempenhar na história: impulsionar o progresso nas artes e na sociedade. Enquanto o cristianismo se apresentava como o elemento responsável pelo aperfeiçoamento dos costumes e do caráter dos povos ainda não civilizados. Inúmeros são os ensaios que destacam o caráter *regenerador* da religião cristã, como aquele intitulado *Influência da civilização sobre a condição do homem e*

¹⁷³ Ibidem, setembro de 1845, p.78.

¹⁷⁴ *Estrela do Ocidente*, março 1848, p.12.

da sociedade, publicado em 1846 na *Nova Minerva*. Nele, o autor, o peruano Dr. Valdez, atenta primeiramente para o grau de liberdade que desfruta uma nação e, conseqüentemente, o lugar que ela ocupa na escala da civilização, afinal,

A liberdade de um povo depende do progresso que é capaz de fazer; pois na medida de sua capacidade é mais ou menos livre a proporção que ocupa um lugar mais ou menos distinto na escala da civilização.¹⁷⁵

Em seguida, o autor aborda a polêmica em torno dessa questão, entre os defensores e os detratores da civilização. Enquanto os primeiros compreendem a civilização como aquilo que proporciona ao homem os instrumentos para viver em sociedade¹⁷⁶, os outros acreditam no seu poder de debilitar os costumes¹⁷⁷. Para Valdez, os efeitos da civilização sobre a sociedade só podem ser positivos, já que, através da civilização, locais que antes não desfrutavam dos bons costumes e da ordem, agora, por meio da ação dos europeus, podem vivenciar essa experiência de aprimoramento social. Nesse processo, o cristianismo ocupou e ocupa um lugar de destaque, difundindo pelas terras não européias noções de ordem, civismo e moralidade, noções fundamentais para aquelas nações que desejam o progresso. Uma nação civilizada, pautando-se por essas noções, não deveria, pois, temer agitações sociais, afinal, essas convulsões apenas ocorriam em locais onde a ordem e o progresso não chegaram. Na conclusão do ensaio, o peruano destaca :

Quando se dá à uma nação o título eminente de civilizada, não só se quer dizer que é rica, ilustrada e industriosa, como também, e principalmente, que tem bons costumes, que bem entende e pratica melhor que outra os preceitos de justiça e da moral e que conhece quais são as condições com que podem os homens viver mais felizes na sociedade.¹⁷⁸

Ao lado da publicação de ensaios que abordavam de forma geral a temática da civilização, os colaboradores das revistas lançaram alguns artigos em que abordavam a “civilização dos indígenas” no continente americano. No caso da América Inglesa, os autores geralmente destacavam o recurso à força no processo de submissão dos selvagens à ordem desejada, utilizando para isso como justificativa as premissas de Vattel que defendia para

Aqueles que, habitando países férteis, descuidam a cultura da terra e preferem viver da rapina, faltam a si próprios, injuriam seus vizinhos e merecem ser exterminados como bestas feras e nocivas. O estabelecimento de colônias no continente da América setentrional só se apresentava como

¹⁷⁵ *Nova Minerva*, maio de 1846, p. 01.

¹⁷⁶ “Longe de tender a civilização para o enfraquecimento do valor civil, ele se aumenta por isso que ao passo que nos dá mais ilustração e dignidade torna-nos mais sensíveis à injúria e menos pacientes em toda a dominação injusta”. *Nova Minerva*, loc. Cit.

¹⁷⁷ “Confessa-se que envelhecendo se civilizam porém dizem que a civilização as debilita, que degeneram, em uma palavra, que tanto maior é o seu degeneramento quanto mais é a sua civilização. *Nova Minerva*, loc. Cit.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p.02-3.

legítimo visto que as gentes dessas vastas paragens as percorriam em vez de habitar¹⁷⁹.

O caráter nômade dos indígenas autorizava a ação dos colonos na ocupação das terras que, no entender do ensaísta, seriam mais bem aproveitadas de forma mais industriosa, como se dizia na época.

Por mais cruel que pudesse parecer aos olhos de estrangeiros, era necessária essa atuação forte, com vistas a salvaguardar o futuro do *colosso do Norte*. Como já dissemos aqui, o futuro, ou melhor, as especulações sobre o futuro, também ocuparam as colunas dedicadas à História e não houve assunto que rendesse maior número de ensaios do que as supostas providências a tomar no intuito de garantir o progresso da sociedade. Nesse sentido, civilizar as populações autóctones era mais do que necessário, era vital para o próprio andamento da sociedade. Se, na América Inglesa, o uso da força era não só necessário como até mesmo elogiável quando se tratava do Brasil, a tônica era outra. Alguns colaboradores destacavam que era inútil civilizar os indígenas brasileiros, dado que desde os tempos coloniais eles mostravam-se refratários a toda e quaisquer tentativas de regradar seus hábitos. A civilização, no Brasil, só seria possível com a crescente presença de europeus no país. Essa era a proposta mais aceita pelas publicações, como podemos averiguar no seguinte trecho da *Abelha*:

Para civilizarmos o Brasil e fazermos que haja o povo brasileiro necessitamos de ir paulatinamente acabando com a escravidão dos africanos, necessitamos prender e avassalar temporariamente os índios bravos e necessitamos enfim, admitir no país gente branca voluntária e arregimentada em grupos.¹⁸⁰

Deixemos, por enquanto, de lado a história do Brasil – a qual voltaremos no tópico a seguir e passemos agora nossos olhos pelo que as publicações publicaram referente à história da América Espanhola, outro assunto de destaque nessa seção.

Até aqui, destacamos a história francesa, a ação européia no Novo Mundo e a discussão e reflexão sobre a civilização - assuntos que tiveram grande destaque nos ensaios e artigos da seção de história. Outra temática, que, embora em escala bem menor se comparada à Revolução Francesa, por exemplo, teve espaço nas colunas de história foi a América Espanhola.

A presença dessa temática pode ser encontrada não apenas na seção de história, como também na seção de literatura, onde o número de ensaios é maior. No que diz respeito às análises históricas destacam-se quase sempre os episódios que culminaram na independência

¹⁷⁹ *Abelha*, 12 de janeiro de 1856, p. 397.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p.401.

das antigas colônias espanholas, episódios que suscitaram tanto artigos saudando essa nova fase, como artigos temendo pelo futuro do continente, dada as condições em que se processaram os acontecimentos. Primeiramente, os ensaístas destacam o progresso que poderia ser exemplificado pelo novo status político, de nação independente, que as conduziria rumo à prosperidade, já que a liberdade era tida como uma condição *sine qua non* para alcançar a perfectibilidade tão desejada. Aliada à isso, os artigos não deixavam de realçar que, como parte do continente americano, bons augúrios eram esperados para essas novas nações, destinada pela providência a serem a vanguarda da humanidade. No entanto, algumas preocupações e temores dividiam espaço com essas reflexões otimistas, notadamente no que se refere à adoção da forma republicana de governo. A forma monárquica constitucional, considerada na época como a mais perfeita dentre as formas de governo, não era apenas desejada como amplamente adotada pelos países civilizados, assim, nesse quesito, os territórios da antiga América Espanhola mostravam-se no movimento contrário ao que ditava as leis da história; como esclarece Mello Moraes, colaborador da *Álbum Literário*:

A melhor forma que fez o homem em matérias sociais foram as formas constitucionais de um governo representativo porque se concilia a soberania do povo com a realeza. Nesta forma de governo, o equilíbrio dos poderes do Estado e a responsabilidade dos ministros da Coroa fazem que o chefe de Estado só obre o que mandam a constituição e as leis.¹⁸¹

Nos artigos dedicados à história da América Espanhola eram recorrentes os temores de que tal forma de governo pudesse obstruir o gradual avanço da civilização e do progresso no continente. Daí a preocupação dos ensaístas com as conseqüências de um processo de independência tão violento, marcado por sangrentas batalhas e pela anarquia geral. Conhecer a história desses países, nesse caso, era também uma lição sobre aquilo que deveria ser evitado em terras brasileiras.

3.3 Uma leitura do Brasil

Desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, os esforços dos homens de letras se concentravam na edificação de uma memória nacional, ou, melhor, na construção de uma história para o país. As análises dedicadas aos temas nacionais indicam que tal empenho era orientado não apenas para a publicação e divulgação da história pátria, mas principalmente para a correção de algumas informações e interpretações, julgadas errôneas e carentes de revisão. Um caso exemplar dessa iniciativa foi a análise desenvolvida

¹⁸¹ *Álbum Literário*, 20 de agosto de 1853, p.03.

por Antonio Gonçalves Dias, na *Guanabara*, em 1854, intitulada *Reflexões sobre os Anais Históricos do Maranhão por Bernardo Pereira de Berredo*. Nesse escrito, Gonçalves Dias além de fazer um comentário da obra, destacando as partes que julgou equivocadas, tece algumas observações sobre a escrita da história. Vejamos alguns trechos:

[Berredo] não é um verdadeiro historiador, é um simples cronista, não explica, expõe os fatos, enumera-os, classifica-os pelas datas e julga que nada mais lhe resta a fazer. Justiça lhe seja feita: a exposição é quase sempre verdadeira, as numerações são exatas, as classificações são justas; mas faltalhes a cor, o movimento, a vida, e por isso a sua obra é tantas vezes fastidiosa¹⁸².

Para o exercício da atividade de historiador era, pois, necessário mais do que a simples exposição e a classificação dos fatos, era preciso empreender uma análise que conferisse vida aos *mistérios do passado*, como esclarece Gonçalves Dias. Além disso, no seu entender, para ser um bom historiador era necessário ter as qualidades de um poeta ou então de um político. Eis a sugestão que dá ao autor para que o trabalho fosse julgado digno entre os críticos:

Convinha também que nos descrevesse seus costumes [indígenas], que nos instruisse nos seus usos e na sua religião, que nos reconstruísse todo esse mundo perdido, que nos iniciasse nos mistérios do passado como caminho do futuro para que saibamos donde vimos e para onde vamos: convinha enfim que o poeta se lembrasse de tudo isto, porque tudo isto é poesia; e a poesia é a vida do povo, como a política é o seu organismo.

Que imenso trabalho não seria este! Mas também quantas lições para a política, quantas verdades para a história, quantas belezas para a poesia!¹⁸³

Após essa sugestão de como deveria proceder o historiador, o poeta romântico destaca nos *Anais* a predominância do elemento português e a pouca atenção dada aos indígenas, aos franceses e aos holandeses na história maranhense, omissão que só poderia ser compreendida como *um misto de patriotismo exclusivo e de cego fanatismo*. Nos *Anais* o destaque vai para os portugueses e para os seus feitos que possibilitaram a conquista das novas terras. No entanto, tal enfoque é severamente criticado por Dias. Para ele, qualquer pessoa que desejasse escrever uma obra de cunho histórico acerca do Brasil deveria principiar a sua análise pela presença indígena. Por meio de uma reflexão que incidisse sobre os usos, os modos e as tradições indígenas seria possível elaborar uma história do Brasil propriamente dita.

O primeiro tópico de que havemos de tratar na história do Brasil é dos índios. Eles pertencem tanta a esta terra como os seus rios, como os seus montes, e como as suas árvores; e por ventura não foi sem motivo que Deus os constituiu. Tão distintos em índole e feições de outros povos.

Não digamos, como diz Berredo, que era um povo bruto e feroz, nem os apreciemos pelos que conhecemos hoje. Não degeneraram ao contato da

¹⁸² *O Guanabara*, agosto de 1854, p.25.

¹⁸³ *Ibidem*, p.30.

civilização porque esta não pode envilecer; mas embruteceram a força de servir, perderam a dignidade, o caráter próprio e o heroísmo selvagem.¹⁸⁴

No parecer de Gonçalves Dias, um dos maiores erros cometidos por Berreto era a ausência de qualquer menção ao papel dos indígenas em terras maranhenses, e a referência aos indígenas como selvagens e brutos, segundo o poeta, não só era irritante como estava na contramão do que se almejava para o país: uma narrativa histórica que demonstrasse o quão útil e gloriosa foi a participação indígena em nossa história.

Tal perspectiva, no entanto, parece que não logrou êxito entre os colaboradores das publicações: na *Guanabara*, onde há um ano Gonçalves Dias fazia o apelo para que a contribuição indígena fosse contemplada nas obras e ensaios históricos, outro colaborador sentenciava:

Ora, os nossos índios ou são cidadãos brasileiros ou não: para o serem não cumprem nenhuma das obrigações da lei e andam vadiando e com as orelhas e beijos furados em vez de serem guardas nacionais e vestir uniforme, etc. Não sendo, ou não estando nesse gozo, por incapacidade moral como diz a constituição, não pode a lei – o direito civil – ver neles mais que uma gente estranha ao pacto social¹⁸⁵.

Tal sugestão reaparece na *Revista Popular*, em janeiro de 1859, num artigo assinado por Charles de Expilly, no qual a crescente preocupação com o suprimento da mão de obra é evidente, como podemos perceber no seguinte trecho:

[...] acrescentou o nobre lord [Palmerston] que o governo imperial não parecia ter-se apercebido da utilidade que poderia tirar da população indígena; e por conseguinte argüiu-o por nada ter feito até o dia de hoje para aproveitar em prol da atividade social estas forças inúteis e até perigosas que se escondem nos desertos e nas florestas. Lancando os olhos sobre o mapa do Brasil e considerando o território imenso que este império abrange não é possível deixar de pensar nas numerosas tribos que vagueiam ainda sem proveito nenhum para a civilização¹⁸⁶.

A menção aos usos e costumes indígenas é, de modo geral, contemplada nos ensaios de forma breve; o destaque maior é dado para a chegada dos portugueses e o processo de civilização desencadeado nas novas terras. Desse modo, a maior parte dos ensaios que incidem sobre os indígenas na história do Brasil salienta a sua participação em episódios da colonização como a expulsão dos holandeses e franceses, e ressaltam a urgência em torná-los aptos para viver em sociedade. O desejo de Dias de elaborar uma história do país que atentasse para os primitivos anos, antes da chegada portuguesa, e para a vida dos povos

¹⁸⁴ Ibidem, p.28.

¹⁸⁵ *O Guanabara*, abril de 1855, p.394.

¹⁸⁶ *Revista Popular*, 05 de janeiro de 1859, p.27.

indígenas cedeu lugar, nas publicações, a rápidas menções às tradições indígenas e longos debates sobre o futuro desses povos.

Nas análises históricas que versam sobre o país, os letrados não pouparam reflexões sobre o passado com vistas a garantir um próspero futuro. Nesse sentido, o colaborador da *Guanabara* destacou aquilo que considerava como o meio mais eficaz de garantir a civilização dos indígenas. Acompanhemos suas sugestões:

Não temos outro recurso para não estarmos à espera que estes queiram civilizar-se do que o de declarar guerra aos que se não resolvam submeter-se e o ocupar pela força essas terras que estão roubando à civilização. Esta guerra não tem que ser feita à custa da nação que precisa empregar suas forças n'outros pontos: tem que ser feita exclusivamente por cidadãos, guardas nacionais que para ela se ofereçam, organizando-se em bandeiras.

De acordo com o ensaísta, todos os esforços deveriam ser reunidos para promover a grande obra do século, a civilização dos indígenas. A contribuição indígena só poderia acontecer dentro dos moldes de uma sociedade inteiramente civilizada. Esse é o tom dos ensaios que se dedicaram a pensar os indígenas e o seu papel em nossa história. O passado havia nos legado uma população que somente por meio da atuação jesuítica alcançou resultados tidos como positivos, a questão agora, na segunda metade do século XIX, era como proceder com essa população *desventurada* sem o auxílio dos padres de Loyola. A instrução dada pelo colaborador da *Guanabara* enfatizava a atuação dos cidadãos em promover o mais rápido possível a inserção dos índios no pacto social, sem esperar que *eles se decidam a fazer esse sacrifício*. Para tanto, amparada na constituição, os indígenas, dada a sua incapacidade moral, deveriam ser tutelados pela nação, que por sua vez, seria a responsável pelo seu futuro, tal como se incubem os tutores de crianças desvalidas.¹⁸⁷

Assim, guiados pelo Estado, os indígenas deveriam conviver de quinze à vinte anos em pequenos internatos, onde seriam educados com o intuito de se tornarem cidadãos e bons cristãos. Após esse tempo, o ensaísta atenta que a mão de obra indígena não deveria ficar ociosa, ao contrário, era urgente que fosse aplicada em substituição aos africanos, afinal, se questiona, “*por que motivo em lugar de irmos buscar africanos além dos mares para os escravizar, não havemos antes, dentro do Brasil de prender à força os índios bravos para os desbravar e civilizar?*”¹⁸⁸. Na conclusão da sua proposta sobre o futuro dos indígenas, o autor responde às reflexões de Dias de forma satírica, salientando que pseudo- filantrópicos,

¹⁸⁷ “Sejam os índios bravos, por sua incapacidade moral, declarados pupilos da nação, que desde logo o seu governo sentirá sob si todo o peso da responsabilidade que incumbe aos tutores das crianças desvalidas, pois bem as crianças [...] são os índios”. **Revista Popular**, 05 de janeiro de 1859, p. 395.

¹⁸⁸ Ibidem, p.392.

estimulados pelos escritos de Rousseau e de Voltaire, não contribuíam em nada para o progresso e bem geral da humanidade.¹⁸⁹

Ao lado dessas reflexões e análises que versavam sobre os indígenas, ou melhor, sobre a sua desejada civilização, a seção de história deu grande destaque, como um marco na trajetória do país, ao processo de independência. A temática da Independência nas revistas procurou, ao lado da conservação dos episódios do processo, a fundação de uma baliza cronológica. Marco inaugural da fase que abrigava a liberdade e o progresso no país, a independência não deveria apenas ser lembrada e comemorada, como também analisada e compreendida enquanto uma prova do grau de aprimoramento alcançado em terras brasileiras. Sem a presença do *vulcão da discórdia civil*, o Brasil conquistara de forma providencial a sua autonomia, preservando a ordem com a manutenção da monarquia. Em 1854, na *Guanabara*, Castro Lopes dedica na seção de história uma série de artigos e ensaios à independência e aos anos que se seguiram à ela, destacando o período regencial : um momento turbulento na história do país, no entanto, necessário para a consolidação da liberdade. Em seguida, menciona o ano de 1848 e o episódio da insurreição de Pernambuco, considerada como a última grande agitação social antes do pleno estabelecimento da ordem e da tranqüilidade. Acompanhemos a sua análise:

[...] o monarca português [...] identifica-se com a sagrada causa da liberdade do Brasil e solta o grito de Independência ou Morte – cujo eco jamais terminará suas ondulações. Mas pouco tempo goza o imortal Pedro da magnitude de sua obra e [...] novamente as ondas dos partidos se encapulam; nove anos de agitações enluciam o Brasil mas a providência desvelada pela sorte do mais belo torrão do globo inspira ao filho do libertador brasileiro um já sonoro que repercute em todos os corações; e o segundo Pedro sobre ao trono no meio da mais entusiástica demonstração de alegria. O vulcão da discórdia civil sopita então as suas lavas, que só dois anos depois deixa escapar, parecendo pela última vez ter feito explosão em 1848 a centelha despreendida da cratera demagógica da França, atravessando o Atlântico ateou incêndio das paixões extinto felizmente em mente breve espaço¹⁹⁰.

Na sua leitura da história da independência brasileira, Castro Lopes menciona brevemente os anos regenciais e as conturbadas rebeliões que, em última instância, contribuíram no seu entender para o anúncio de uma nova era, contribuíram para a consolidação das instituições do império, sob a sábia direção do monarca Pedro II.

¹⁸⁹ Estávamos para deixar esta simples indicação aos nossos políticos, receosos de que a exposição completa de idéias a tal respeito prejudique as outras de nossas propostas. Há hoje em dia uma tal praga de falsos filantropos, graças à Rousseau ou à Voltaire, ou não sei quem, que a gente em matéria de índios não pode dizer uma palavra, sem que lhe caiam em cima [...] pseudo-filantropos. Ibidem, loc. Cit.

¹⁹⁰ **O Guanabara**, setembro de 1854, p. 318-9.

Nesse mesmo ano, em outra revista, a *Ilustração Brasileira*, um colaborador não identificado propõe uma nova divisão cronológica para o ensino da história brasileira, cujo marco inicial seria a independência. Os episódios anteriores a esse fato não deveriam ser considerados, afinal, o país não gozava de liberdade - que confere “vida” à história. Dessa maneira, na via oposta do que propunha Gonçalves Dias, a história do país só tinha relevância a partir do processo que culminou na autonomia do país em relação à sua antiga metrópole.

A época histórica do Brasil não pode ser contada senão de sua gloriosa independência – é aí que ela começa – o índio dormia o sono da indiferença [...] a liberdade é a independência – que foi a eletricidade que deu vida ao cadáver. Antes de nossa independência não tivemos vida, porque a vida é liberdade e esta nos veio com a independência – éramos inerte. Nossa existência, pois começa com o grito de Liberdade aos majestosos campos do Ipiranga – fato de eterna recordação, em que Portugal perdeu o mais brilhante diamante de sua coroa, e em que ganhou a humanidade porque mais uma nação apareceu no horizonte [...]¹⁹¹.

Como vimos até aqui, para a maioria dos letrados que elaboraram análises históricas, a presença indígena no território nacional, indicada por Von Martius como um dos importantes eixos de análise da história do Brasil, era tida como um indício de atraso, cedendo lugar como o pontapé inicial da história para a proclamação da independência onde a lei da história se fez presente. O país estava destinado a alcançar a liberdade e, assim, compartilhar com as demais nações do progresso, sinalizado, entre outros fatores, pela sua autonomia política.

A partir do episódio de 1822, a trajetória do país apresentava-se em sintonia com a do resto do globo. Nos dizeres dos redatores d’*O Curupira*, em 1853, a civilização se introduzira no país e a história dos anos anteriores, marcada pelo atraso e pela servidão, deveria servir de estímulo para que todos os cidadãos se empenhassem em colaborar para levar o país ao mais alto degrau de progresso.

[...] dizemos que o Brasil é um dos países que desde a sua independência mais tem caminhado na estrada da civilização, e que nesses últimos anos seus progressos tem sido tão espantosos que poucas nações o podem igualar, sobretudo se quisermos atender as dificuldades quase insuperáveis com que tem de lutar, dificuldades provenientes de causas que não examinaremos aqui mas que serão totalmente aniquiladas pela dedicação de seus filhos [...].

Nosso progresso extraordinário, visto o curto espaço que tem decorrido da nossa independência para cá, ninguém pode contestar – para comprová-los apreciemos o desenvolvimento individual e social do Estado Brasileiro. Não entrando na apreciação das notabilidades que jazem no silêncio dos túmulos e que deixaram um nome brilhante nas páginas de nossa história, porque só tratamos do presente, apresentamos os nomes de alguns contemporâneos sem analisá-los por serem bastante conhecidos em nosso país, que os soube apreciar. Os senhores Visconde de Olinda, Paulino,

¹⁹¹ *Ilustração Brasileira*, agosto de 1854, p.146.

Souza Franco, Sales Torres Homem, Nabuco, Zacarias e muitos outros fazem honra ao país onde nasceram e nada tem que invejar as capacidades estrangeiras¹⁹².

Em linhas gerais, os letrados concebiam o século XIX, ou melhor, os anos posteriores à Independência como exemplares daquilo que desejavam para o país: ordem e progresso, deixando para trás um passado que só merecia ser lembrado para ilustrar o avanço moral e político vivenciado a partir de 1822. Além do mais, o destaque para o grito de liberdade dado por Pedro I e para os episódios decorrentes dele serviam para reiterar, uma vez mais, a precisão e a utilidade da atuação dos homens na história do país.

Por último, dentre os principais assuntos relacionados com a história do Brasil que tiveram destaque nas publicações entre os anos de 1843 e 1869, estava, ao lado dos indígenas e da Independência, a presença africana, ou melhor, a escravidão que, assim como a temática dos indígenas, também estimulou a elaboração de projetos para o futuro entre os letrados. Primeiramente, cabe destacar, que de forma geral, os ensaístas compreendiam a presença africana como altamente perniciosa para o Brasil. A história da escravidão e do modo de vida que gerou no país ao longo de mais de três séculos, comprovava o imenso prejuízo financeiro e moral que tivera a nação.

Nos ensaios que versam sobre esse assunto, é enfática a dimensão negativa conferida à presença africana, que já desde o episódio de Palmares anunciava conseqüências funestas para o futuro do país. Cabe notar que, ao longo do século XIX, especialmente na década de 50, a questão do tráfico era objeto não só de artigos mas também de acordos diplomáticos firmados com a Inglaterra. Desse modo, diante da crescente pressão inglesa em abolir a escravatura, era necessário encontrar uma saída. Dada a crença no caráter utilitário da história, a solução foi buscada na análise e compreensão do papel dos africanos na vida do país até aquele momento. Pautados na história, os letrados insistem na urgência em erradicar as maléficas influências dos africanos, que se faziam presentes não apenas na vida econômica como na sociedade de uma forma mais ampla, afinal, o recurso à mão de obra escrava não se restringia apenas à agricultura, mas abrangia também a vida doméstica.

Acreditava-se que a índole, os caracteres, os usos e costumes dos africanos eram altamente prejudiciais à marcha do progresso. A solução, segundo a maioria dos ensaístas, era incentivar a vinda de colonos europeus para os trópicos. Mais uma vez, deparamos com análises que interpretam negativamente a presença de elementos não europeus na história pátria e, para contornar tal problema, sugerem a maciça presença de novos colonos.

¹⁹² O **Guanabara**, agosto de 1854, p.10.

Pautados em acontecimentos como a destruição do quilombo dos Palmares, os colaboradores da *Revista Popular*, em 1860, alertam para o grande obstáculo que representavam as agremiações de antigos escravos na consolidação do Império. Subjacente a tal crítica, estava a idéia de que a escravidão e os modos perniciosos dos africanos não eram condizentes com o aprimoramento da humanidade.

Escuro e medonho é o vulcão que estão preparando ao Brasil os que, sob pretextos de aumentar os braços e a cultura da cana e do café sustentam como indispensável o tráfico dos africanos. Egoístas insensatos! E sacrificais assim o futuro do vosso país a um conto de réis de menos ou de mais para as alfândegas¹⁹³.

Nada mais contrário à noção do progresso do que o crescente uso de mão de obra escrava, quando nas outras regiões do mundo tal prática já havia sido abolida. A participação dos escravos negros na história do Brasil, essencial, num primeiro momento, para a viabilização das lavouras de cana de açúcar, era agora condenada e julgada ultrapassada num mundo que tinha a pretensão de ser civilizado.

A influência dos escravos, especialmente das escravas, na vida doméstica era outro tópico da história que deveria merecia a atenção dos ensaístas. Ilustrativo do posicionamento da maioria deles sobre o tema é o artigo publicado na *Álbum Literário*, que enumera os malefícios oriundos do contato com as negras desde a infância.

O uso adotado nas nossas famílias de entregar a criação de nossos filhos à amas, quase sempre negras, é de certo pernicioso senão perigoso. Sabemos que as primeiras impressões gravam-se indelevelmente no ânimo das que as recebem e, por tal modo, que não tarde e muito tarde se consegue modificar os prejudiciais efeitos que elas causam.

No contato com as escravas [...] nossos filhos ganham em defeitos, aprendem hábitos maus [...]. Entre os prejuízos ressalta-se a corrupção da linguagem e o comportamento na sociedade.

A França, a Inglaterra, a Alemanha e outros países previnem-se desses prejuízos na aquisição de governantas: livram seus filhos da perniciosa influencia que exerce o contato e a convivência com àqueles despidos de conhecimentos sociais, ignorantes nos usos e costumes[...].¹⁹⁴

Tendo sempre à mente a crença nas lições que o conhecimento histórico nos legava através de acontecimentos, personagens e situações passadas, a trajetória dos africanos no país era pincelada por resistências e revoltas que corroboravam com a tese, presente nas revistas, de que a crescente utilização da mão de obra escrava era acompanhada pela decadência da sociedade.

¹⁹³ Ibidem, setembro de 1851, p.390-1.

¹⁹⁴ *Álbum Literário*, 15 de agosto de 1860, p.02.

Um marasmo incessante pelo afrouxamento de todos os laços morais da sociedade brasileira não podia ser outro o paradeiro de uma civilização ou antes a barbarização africana¹⁹⁵.

O que estava em jogo, então, era como se livrar dessa situação. Para responder à essa indagação, as publicações lançaram uma enorme quantidade de ensaios que discutiam a herança negativa da presença de mão de obra escrava no país e apontavam soluções para o problema. Em primeiro lugar, ao descrever a introdução dos africanos como escravos no país, os correspondentes das revistas apontam que somente com o passar dos anos e o gradual adiantamento da humanidade fora possível perceber quão pernicioso era tal atitude para os anos vindouros. Nesse sentido, os estrangeiros Leon Aubé e Charles Expilly redigem artigos entre os anos de 1859 e 1860 na *Revista Popular*, em que apontam soluções e medidas que, a longo prazo, contornariam a situação e levariam o país a solucionar o problema da escassez de mão de obra. Ambos os autores destacam que só havia um meio para o país superar o atraso dos tempos passados: a vinda crescente de imigrantes europeus, especialmente alemães e franceses. Tal proposta contava naquela altura com um forte indício a seu favor: a então recente experiência de colonos na fazenda do senador Vergueiro. Além de trazerem para o país, métodos e técnicas mais avançadas, os imigrantes através da sua cultura contribuiriam também para o aprimoramento dos modos da sociedade brasileira.

No entanto, muitas atitudes deveriam ser tomadas, de preferência, o mais rápido possível, para alcançar essa meta, afinal, a experiência de Vergueiro, considerada positiva pelos ensaístas, era apenas um exemplo em meio a diversas tentativas fracassadas do governo imperial de suprir a demanda por braços e, ao mesmo tempo, não comprometer o progresso do país. A falta de planejamento, a ausência de uma infraestrutura mínima necessária para o estabelecimento dos colonos eram alguns dos fatores que impediam o êxito na empreitada de dotar o país de uma face mais civilizada. No diagnóstico que traçou sobre a história do país até aquele momento, Aubé aponta os erros mais freqüentes cometidos nas tentativas de substituir os africanos por europeus nas atividades produtivas :

As colônias são fundadas ao acaso, sem conexão entre si, sem ligação com o que as cerca, de maneira que se pode dizer que muitas delas estão pela sua própria posição de antemão destinadas a um triste futuro ou pelo menos a definhando durante longos anos [...]¹⁹⁶.

Aubé esclarece que era fundamental que o governo imperial oferecesse boas condições de existência para os colonos e fizesse intensa propaganda do Brasil nos diversos países

¹⁹⁵ *Revista Popular*, 01 de maio de 1860, p.112.

¹⁹⁶ *Ibidem*, 20 de outubro de 1859, p.351.

europeus, como França, Alemanha e Inglaterra, principais alvos de interesse do país. Dever-se-ia evitar, por exemplo, a imigração de chineses,, vista como altamente perigosa dado o caráter pouco afeito à integração social dos mesmos.

Já os artigos de Charles Expilly procuram demonstrar o avanço alcançado pelo Brasil ao longo dos anos, atentando que tal situação só tenderia a melhorar com a vinda dos europeus, que, como bem ilustra a própria história, foram e continuavam a ser os responsáveis pelo progresso, pelos bons costumes, enfim, pelo ingresso do Brasil no mundo moderno. Com considerações semelhantes às de Leon Aubé, Expilly apresenta de modo minucioso o projeto que tinha para o futuro do Brasil, comandado pela imigração maciça de europeus. Segundo ele, a imigração européia não traria apenas trabalhadores e capitais, mas também o aperfeiçoamento desejado dos vários níveis da sociedade. Ao invés, por exemplo, da figura da negra ama de leite, sugeria a contratação de jovens mulheres para desempenharem a função de tutoras das crianças, sendo responsáveis por transmitir a elas bons gostos, bons costumes e, até mesmo, hábitos de leitura. A governanta européia era, pois, a solução encontrada para corrigir os vícios e excessos provocados pela presença de negras africanas na vida doméstica de milhares de lares brasileiros.

Outra consideração feita por esse autor diz respeito às relações com os colonos. De todas as experiências, a mais rentável era o sistema de parceria, que permitia aos colonos com menos recursos financeiros alcançarem um resultado mais favorável do que o sistema de pequenas propriedades, cujos gastos com a aquisição da terra eram desestimulantes. Uma vez respeitadas e postas em práticas essas observações, o futuro do Brasil não estava mais ameaçado, afinal, ao fazer uso de mão de obra livre, européia, o país dava um importante passo na superação dos elementos que obstavam o seu pleno *aprimoramento moral e econômico*. A introdução dos escravos africanos no país fora um grave erro que agora seria consertado para o bem geral da humanidade, com a presença de europeus. Ao se debruçar sobre essa parte do passado do país, os responsáveis pela seção de história das revistas, enfatizaram as duras lições obtidas: o atraso, o afrouxamento moral e a aversão ao trabalho manual, características que não condiziam com o que ditavam as leis da história, com aquilo que à Providência destinara ao Brasil, enfim, com o progresso tão desejado e aclamado nas páginas dessas publicações.

Na leitura que nacionais e estrangeiros empreenderam sobre da história do Brasil, especialmente pautados nessas três temáticas de maior relevância nos ensaios, artigos e reflexões, nos deparamos com julgamentos sobre o passado - identificado com o atraso que deveria ser superado - , aclamações sobre o tempo presente, compreendido como um marco

para o adiantamento do país, e, por fim, alguns projetos para que o futuro do país não fosse comprometido.

O passado, sobretudo o passado dos povos indígenas e o passado colonial mostravam o estado primitivo do país que dormia diante da civilização. A época inaugurada com a proclamação da independência, em 1822, ao contrário, representava o nosso despertar para o mundo moderno, marcava a passagem do Brasil para um outro patamar político entre as demais nações do globo. Por fim, a presença da escravidão africana surgia como um desvio no caminho rumo ao progresso, um acidente do percurso que necessitava ser superado o mais breve possível. Das diversas lições legadas pelo conhecimento histórico, o caráter benéfico da presença européia era uma delas e, desse modo, foi a solução proposta durante mais de três décadas pelas revistas que circularam no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX.

O conhecimento histórico para esses letrados, não tinha somente a função de narrar episódios mais ou menos remotos ou recentes, a ele era conferido o poder de conduzir os rumos do porvir. O homem, por sua vez, tinha um papel ativo a desempenhar na história, como ilustravam o caso de Napoleão na história francesa, tantas vezes narrado nas revistas, ou então, dos próprios letrados oitocentistas que se auto nomearam os responsáveis pelo futuro do Brasil. A eles devemos uma série de esforços orientados para a propagação do conhecimento e, especialmente, as análises que redigiram sobre nossa história. No intuito de realizar com afinco a missão que a Providência lhes havia destinado, encontraram no conhecimento histórico o meio de, ao analisar o passado, contribuir para o futuro e, dessa maneira, para a posteridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendido, analisado e divulgado como uma importante fonte de instrução e de aperfeiçoamento, o conhecimento histórico posto nas páginas das revistas empreendeu uma interpretação do país e de seu povo, que não se limitou a uma análise do passado, mas se dedicou também ao tempo presente e se indagou sobre o futuro. A análise dos tempos passados indicava os excessos e aquilo que deveria ser mudado assim como também salientava os elementos positivos que deveriam permanecer, como, por exemplo, a ação do homem europeu no processo de colonização das terras do Novo Mundo.

O tempo presente, por sua vez, não deveria ser posto de lado, como indicava o próprio imperador Pedro II em sessão no IHGB: sem dúvida era preciso que os letrados se esforçassem em catalogar, registrar e divulgar aqueles acontecimentos que haviam contribuído para os primeiros passos do país rumo ao seu aprimoramento. Todavia, ao constatar na história a presença de elementos que obstavam o avanço brasileiro, era fundamental que os letrados propusessem soluções que afastassem os obstáculos e assegurassem a inserção do país na trilha do progresso e da civilização – como se dizia na época.

Todo esse esforço levado a cabo pelos letrados oitocentistas só tinha sido possível com as novas condições que a então colônia gozava com a presença, a partir de 1808, da Corte Portuguesa. Por meio de inúmeras medidas, o príncipe regente D. João estimulou a maior circulação de idéias e, assim, tornou mais dinâmica a vida cultural do Rio de Janeiro. Entre uma série de atos empreendidos pelo monarca no intuito de dotar a colônia portuguesa de condições mínimas para o seu funcionamento, cabe destacar o estabelecimento da imprensa, que tornou possível a proliferação de escritos impressos no país, especialmente a partir da década de vinte. Nesse período, a discussão sobre os rumos do país ocupou a atenção dos homens letrados que, através de panfletos, jornais, revistas e folhas avulsas, procuraram contribuir para o *adiantamento* do Brasil.

Amparadas no ideal de propagar o conhecimento de forma simples e direta, as revistas que circularam na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX se empenharam, por meio de suas variadas seções, em *ilustrar* o maior número possível de leitores e leitoras, e nos mais diversos assuntos: economia política, agricultura, idiomas, mineralogia, botânica, geografia, história e até mesmo na curiosa seção de anedotas que, ao relatar episódios cômicos, intentava, promovendo o riso fácil, divulgar informações e conhecimentos tidos como úteis para a vida social. As revistas, assim como toda a imprensa

do período acreditava que à ela cabia uma importante missão: a de colaborar para o progresso do Brasil.

Os colaboradores dessas seções enveredaram para uma gama de assuntos e temáticas, todos eles unidos pelo interesse comum de inserir o país entre as nações mais adiantadas do globo. Profissionais liberais na sua maioria, os homens de letras que participavam da elaboração das revistas, alguns inclusive faziam parte do corpo de editores de mais de uma publicação, eram insistentes em seus ensaios na urgência em dotar o país de instituições e costumes que lhe garantissem uma face mais “civilizada”, daí, por exemplo, a seção de bibliografias, que indicava as obras literárias compreendidas como exemplares para a formação do bom gosto entre os leitores ou, então, os inúmeros ensaios históricos que insistiam na substituição da mão de obra escrava pelo imigrante europeu, medida amplamente divulgada e tida como uma das soluções possíveis para superar o atraso e elevar o país à categoria de nação avançada.

Entre as diversas seções que compunham a estrutura das revistas, cabe destacar o lugar ocupado pela seção de história e os debates nela publicados. Era comum ao período a crença no caráter utilitário do conhecimento: a divulgação de episódios, não só da história do Brasil como da história francesa ou americana, por exemplo, era entendida como um meio de propagar as úteis lições que o passado legava e que deveriam ser analisadas sempre com o propósito de auxiliar no entendimento do tempo presente e indicar um caminho seguro para o futuro.

O conhecimento histórico, assim, exerceu um importante papel entre os letrados do Oitocentos. Fonte de conhecimento do passado, a história dava também indícios para a compreensão do tempo presente e instrumentos para se traçar o esboço do devir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Periódicos Oitocentistas:

A Abelha: Semanário Científico, Industrial e Litterario. Rio de Janeiro: Typographia do Pereira, 1856.

A Aurora: Periódico Litterario e Crítico. Rio de Janeiro: Typographia de F. A. de Almeida, 1851

A Aurora Acadêmica : Periódico Científico e Litterario. Rio de Janeiro : Typographia Fluminense de D. L. dos Santos, 1866.

A Idéia : Revista Artística e Litterária. Rio de Janeiro : Typographia de F. A. de Souza, 1869.

A Nova Minerva: periódico dedicado as sciencias, artes, litteratura e costumes. Rio de Janeiro: Typographia de M. A. da Silva Lima, 1845-1846.

A Sciencia: revista sintética dos conhecimentos. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1847-1848.

Acajá: Jornal de Instrução e Recreio. Rio de Janeiro : Typographia Pinheiro & Companhia, 1860-1861.

Álbum Litterário: Periódico Instructivo e Recreativo. Rio de Janeiro : Typographia do Correio Mercantil, 1860-1861

Beija Flor : Jornal de Instrução e Recreio. Rio de Janeiro: Typographia Guanabarensense de L. A. F. de Menezes, 1849-1852.

Brazil Litterario. Rio de Janeiro: Typographia da Actualidade, 1864-1865.

Chronica Litteraria: Jornal de Instrução e Recreio. Rio de Janeiro: Typographia do Editor José Ferreira Monteiro, 1848

Cruzeiro do Sul: Periódico Hebdomanário de Instrução e Recreio. Rio de Janeiro: Typographia do Pereira, 1849.

Estrela do Ocidente: periódico semanal instrutivo crítico e litterario. Rio de Janeiro: Typographia Clássica de F. A. de Almeida, 1849

Ilustração Brasileira. Rio de Janeiro: Typographia Vianna & Filhos, 1854-1855

Minerva Brasiliense: Jornal de Sciencias, Lettras e Artes. Rio de Janeiro : Typographia Austral, 1843-1845.

O Álbum Semanal: Cronológico, Litterário , Crítico e de Modas. Rio de Janeiro: Typographia do Pereira, 1851-1853.

O Curupira: Jornal Litterario e Instrutivo. Rio de Janeiro: Typografia Fluminense, 1852-1853.

O Cysne: Jornal Litterário. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1864.

O Espelho: Revista Semanal de Litteratura, Modas, Indústria e Artes. Rio de Janeiro : Typographia de Francisco de Paula Brito, 1859-1860.

O Guanabara: Revista Artística, Scientifica e Litteraria. Rio de Janeiro: Typographia Guanabarensis de L. A. F de Menezes, 1850-1855.

O Guaracyaba : Jornal Litterario e Instructivo, Rio de Janeiro: Typographia Brasileira de J. A. Pascentini & Souza, 1850-1854.

O Guarany: Jornal Político, Litterario e Industrial. Rio de Janeiro: Typographia de Paula Brito Dous de Dezembro, 1853.

O Indicador da utilidade Pública: folha política, científica e litteraria. Rio de Janeiro: Typographia do Pereira, 1856.

Revista Fluminense: Semanário Noticioso, Litterario, Scientifico, Recreativo etc. Rio de Janeiro: Typografia Classica, 1861-1869.

Revista Popular: Noticiosa, científica, industrial, histórica, litteraria, artística, biographica, anedoctica, musical, etc, Rio de Janeiro: Typografia Moderna de Georges Bertrand, 1859-1862.

Catálogos

CATÁLOGO de Periódicos Brasileiros Microfilmados. Rio de Janeiro : Fundação da Biblioteca Nacional, 1994.

CATÁLOGO de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro existentes na Biblioteca Nacional. 1808-1889. Rio de Janeiro : Divisão de Publicações e Divulgação, 1981, v.85.

Estudos

ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). **Cultura Letrada no Brasil:** objetos e práticas. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: FAPESP, 2005

AMORA, Antonio Soares. **O Romantismo.** São Paulo: Cultrix, 1971.

BELLO, Oliveira. **Imprensa Nacional** – 1808-1908. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

BERGER, Paulo. **A tipografia no Rio de Janeiro:** impressores bibliográficas – 1808-1900. Rio de Janeiro: Pirahy, 1984.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos Políticos da História do Brasil**. Brasília : Senado Federal, 1996

BRESCIANI, Stella. (org). **Imagens da Cidade** – séculos XIX e XX. São Paulo: Anpuh/Marco Zero,1993.

_____. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**.São Paulo: Editora da Unesp,2005.

BURKE, Maria Lúcia Garcia Pallares. **The Spectator** – O teatro das luzes: diálogo e imprensa no século XVIII. São Paulo:Hucitec,1995.

CABRAL, Alfredo do Vale. **Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 à 1822**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional,1881

CAMARGO,Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. **Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro**. São Paulo: Edusp/Kosmos,1993, vol. I.

CANDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 1969, vol. II.

_____. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Publifolha,2000.

CANO, Jefferson. **O Fardo dos Homens de Letras** – O ‘orbe’ literário e a construção do Império Brasileiro. Campinas: IFCH/Unicamp,2001. (Tese de Doutorado).

CARVALHO, José Murilo de . **A construção da ordem** – O Teatro das Sombras. 2ª Edição revista. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume-Dumara,1996

_____. **Dom Pedro II**. São Paulo : Companhia das Letras, 2007.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia**. A História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

_____. **A História Cultural** : entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

COSTA,Licurgo. **História e evolução da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional,1940.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: GB,1975.

_____. **A tradição afortunada** – O espírito de nacionalidade na crítica brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio,1968.

_____.(org).**Caminhos do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Americana/Prolivro,1974, vol. I.

_____. **Conceito de Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica,1960.

EDMUNDO, Luiz. **A Corte de D. João VI no Rio de Janeiro: 1808-1821**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939-40 (3 vols).

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador** – Uma história dos Costumes. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, vol. I.

FONSECA, Gondin da. **Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)**. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro : Graal, 1999.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e Sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista**. Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil – sua história**. Trad. Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz Editor/Edusp, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico: reações e transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LOPES, Hélio. **A divisão das águas**: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856). São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos** – A Guerra dos Jornalistas na Independência : São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira (1794-1855)**. São Paulo: Cultrix, vol.II, 1977.

_____. **A Palavra Escrita**. São Paulo: Anhembi, 1957.

MEYER, Marlyse. **Folhetim** : uma história. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial**. São Paulo: LTC/Edusp, 1979

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos** – Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

NAXARA, Márcia. **Cientificismo e Sensibilidade Romântica**. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 2004.

PARANHOS, Haroldo. **História do Romantismo no Brasil (1830-1850)**. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1937.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **A astúcia liberal**. Bragança Paulista: EDUSF e Ícone, 1999.

PINASSI, Maria Orlanda. **Três devotos, uma fé, nenhum milagre**: um estudo da revista Nitheroy (1836). Campinas: Editora da Unicamp, 2001. (Tese de Doutorado).

PINHEIRO, Maciel. **O Rio de Janeiro através das Revistas**. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1965, Vol I – RIHGB.

PIZARRO, Ana (org). **América Latina: palavra, literatura e cultura**. São Paulo/Campinas: Memorial/Editora da Unicamp, 1994, vol. II.

PRADO, Emília (org). **O Estado como vocação** : idéias e práticas políticas no Brasil Oitocentista. Rio de Janeiro: Acess, 1999.

RIBEIRO, Ivan Marcos. **A imprensa romântica no Brasil**: O Minerva Brasiliense e seu segmento literário. Assis: Faculdade de Ciências e Letras, 2001. (Dissertação de Mestrado em Teoria Literária).

RICOUER, Paul. **História e Verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. **O Rio de Janeiro Imperial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Toopbooks/Univercidade, 2000.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)**- Com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imesp, 1988.

_____. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. São Paulo: CEN, 1969.

_____. **História da história do Brasil**. São Paulo: CEN, 1978.

_____. **História e Historiadores Brasileiros**. São Paulo: Fulgor, 1965.

_____. **Teoria da História do Brasil**. São Paulo: CEN, 1957

ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em berço esplêndido**. A fundação de uma literatura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991. (Tese de Doutorado).

SCHAPOCHNIK, Nelson. **Letras da Fundação** – Varnhagen e Alencar – Projetos de narrativa instituinte. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1992. (Dissertação de Mestrado).

SEMERARO, Cláudia Marino; AYROSA, Cristiane. **História da tipografia no Brasil**. São Paulo: Museu da Arte, 1979.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. **Linguagem, Cultura, Sociedade**: O Rio de Janeiro de 1808 à 1821. São Paulo: FFLCH/USP, 1973 (Tese de Livre Docência), volumes I e II.

_____. **A Idade D'Ouro no Brasil**. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821**. 2.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck de. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SOUZA, Roberto Acízelo de. (Org). **Joaquim Norberto de Sousa Silva - História da literatura brasileira e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002.

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) à Machado de Assis (1908)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1998.

VIANNA, Hélio. **Contribuição à história da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945

Artigos

ALGRANTI, Leila Mezan. Censura e Comércio de livros no período de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821). **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, t.XXXIII, p.631-663, 1999.

AZEVEDO, Moreira de. Origem e desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro, **RIHGB**, 28, 169-224, 1865.

_____. Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual reinado. **RIHGB**, 48, 265-32, 1885.

_____. Instrução Pública nos Tempos Coloniais do Brasil. **RIHGB**, 55, 141-158, 1892.

BARBOSA, Antonio da Cunha. Origem e desenvolvimento da imprensa colonial brasileira. **RIHGB**, 63, 239-262, 1900.

BURKE, Maria Lucia Garcia Pallares. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**, FGV, n.104, p.144-161, jul., 1998

FERREIRA, Maria Bessone da Cruz; NEVES, Maria Lucia Bastos P. Livreiros franceses no Rio de Janeiro: 1808-1823. In: **História Hoje: balanço e perspectivas**. IV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RJ. Rio de Janeiro: ANPUH, 1990, p.190-202.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p.5-27, 1988.

LAET, Carlos de. O Imperador e a Imprensa. **RIHGB**, 98, 409-411, 1925.

LEITE, Miriam Moreira. O Periódico: variedade e transformações. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: USP, 28, pp. 137-151, 1977.

LESSA, Cláudio Ribeiro de. As bibliotecas brasileiras dos tempos coloniais (Apontamentos para um estudo histórico). **RIHGB**, 191, 339-345, 1946.

MAGALHÃES, Basílio de. Os jornalistas da independência . **RIHGB**, 82, 771-780, 1917.

MARIANI, Bethânia Sampaio. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou de como o discurso jornalístico constrói memória) In. ORLANDI, Eni Pucinelli (org). **Discurso Fundador – A Formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes,1993.

MARTINS, Francisco de Sousa. Progresso do jornalismo no Brasil. **RIHGB**, 8: 262-275,1846.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. O pensamento da metrópole portuguesa e relação ao Brasil. **RIHGB**, 257, 43-61,1962.

MYERS,Jorge. Hacia la completa palingenesia y civilización de las naciones americana : literatura romântica y proyecto social, 1830-1870. In.PIZARRO, Ana (org). **América Latina: palavra, literatura e cultura**. São Paulo/Campinas: Memorial/Editora da Unicamp,v. 2,1994.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. Intelectuais Brasileiros nos Oitocentos: a constituição de uma família sob a proteção do poder imperial (1821-1828). In: PRADO, Emília (org). **O Estado como vocação : idéias e práticas políticas no Brasil Oitocentista**. Rio de Janeiro: Acess,1999.

_____. Pensamentos vagos sobre o Império do Brasil. In. Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense – **Estudos**. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo,2002.

_____. Leitura e Leitores no Brasil (1820-1822): o esboço frustrado de uma esfera pública do poder. In. **Acervo**, Rio de Janeiro, 8, jan-dez, 1995.

_____. Censura, circulação de idéias e esfera pública de poder no Brasil, 1808-1824. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, t.XXXIII, p.665-697, 1999

PORTO-ALEGRE, Manuel Araújo. Apontamentos sobre os meios práticos de desenvolver o gosto e a necessidade de Belas Artes no Rio de Janeiro. **RIHGB**, 166, 603-611,1932.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Contextos de Leitura no Rio de Janeiro do século XIX: salões, gabinetes literários e bibliotecas. In. BRESCIANI, Stella (org). **Imagens da Cidade – séculos XIX e XX**. São Paulo: Anpuh/Marco Zero,1993.

SOUZA, Jonas Soares de. A vitrine do imaginário: periódicos ilustrados do século XIX. **Boletim do Centro de Memória**. Campinas: UNICAMP, jul-dez, 3 [6],pp.33-43,1991.

SUSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no Romantismo Brasileiro. In. PIZARRO, Ana (org). **América Latina: palavra, literatura e cultura**. São Paulo/Campinas: Memorial/Editora da Unicamp,v.2,1994.

VIANNA, Hélio. A pequena imprensa da regência trina permanente (1831-1835). **RIHGB**, 179, 17-101, 1943.

_____. Francisco de Salles Torres Homem. **RIHGB**, 246, 256-281, 1960.

_____. D. Pedro panfletário e jornalista. **RIHGB**, 22, 324-343, 1964.

.